

LAZER & SOCIEDADE

Lazer, Educação e Cidadania



LAZER & SOCIEDADE

Lazer, Educação e Cidadania



EACH

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte

Profa. Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Diretor: Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho

Vice-Diretor: Prof. Dr. Edson Roberto Leite

REVISTA LAZER & SOCIEDADE**Editor Executivo Internacional**

Prof. Dr. André Thibault (UQTR/Canadá)

Editor Executivo Nacional

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha (GIEL/USP/CNPq)

Coordenador Científico

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa (GIEL/USP/CNPq)

Comitê editorial

Prof. Dr. Helder Ferreira Isayama (UFMG/MG)

Profa. Dra. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto (SNDEL/DF)

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino (UNIMEP/SP)

Coordenadores temáticos

Profa. Dra. Juliana Pedreschi Rodrigues (GIEL/USP/CNPq)

Prof. Dr. Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco (GIEL/USP/CNPq)

Prof. Dr. Sidnei Raimundo (GIEL/USP/CNPq)

Equipe de apoio editorial

Alípio Rodrigues Pines Junior (GIEL/USP/CNPq)

Eduardo Motoyuki Fushiki (GIEL/USP/CNPq)

Iranilda Oliveira de Medeiros (GIEL/USP/CNPq)

Janaina Carrasco Castilho (GIEL/USP/CNPq)

Júlio Ramos Ferreira da Silva (GIEL/USP/CNPq)

Kleber Vinícius Barros Kachinski (GIEL/USP/CNPq)

Larissa Costa Silva (GIEL/USP/CNPq)

Rafaela Amorim Gomes (GIEL/USP/CNPq)

Rosana Fernandes dos Santos (GIEL/USP/CNPq)

Thais Helena Franceschini (GIEL/USP/CNPq)

Revisores ad hoc nesta edição

Profa. Dra. Christianne Luce Gomes (UFMG/MG)

Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (UNB/DF)

Prof. Dr. Giovanni Di Lorenzi Pires (USC/SC)

Prof. Dr. José Clerton Martins (UNIFOR/CE)

Profa. Dra. Liana Abrão Romera (UFES/ES)

Profa. Dra. Valdelaine da Rosa Mendes (UFPEL/RS)

Editora AlephRua Dr. Luiz Migliano, 1110 Cj. 301 – 05711-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: [55 11] 3743-3202 – www.editoraaleph.com.br – aleph@editoraaleph.com.brDados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Biblioteca)

Lazer & sociedade / Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. – dez. 2010. – São Paulo : EACH/USP : Aleph, 2010-v. : 23 cm

Irregular.

Resumos em inglês, francês e espanhol.

Subtítulo: Lazer, educação e cidadania.

Edição brasileira da revista *Loisir et société* = *Society and leisure*, ISSN 0705-3436, originalmente publicada em francês e inglês pela Université du Québec à Trois-Rivières.

Editado em parceria com o Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Editor Executivo Internacional: André Thibault; Editor Executivo Nacional: Ricardo Ricci Uvinha. ISSN 2179-5371

1. Lazer – Aspectos sociais. I. Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. II. *Loisir et société*.

CDD-306.4812

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Venda proibida.



Sumário

Mensagem do editor executivo internacional..... <i>André Thibault</i>	5
Mensagem do editor executivo nacional..... <i>Ricardo Ricci Uvinha</i>	7
Lazer, educação e cidadania: qual o papel da escola pública <i>Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco</i>	9
Do <i>chronos</i> ao <i>kairos</i> : os tempos da educação para o lazer <i>Caê Rodrigues e Ricardo Peixoto Stevaux</i>	28
Qualidade de vida e valores na contemporaneidade: um estudo hermenêutico sobre as possibilidades do ócio para a sociedade do consumo <i>José Clerton de Oliveira Martins e Francisco Antonio Francileudo</i>	43
Esporte televisivo, lazer e educação: implicações para a formação profissional em educação física <i>Cinthia Lopes da Silva</i>	60
Os luxos do lixo: representações sociais de lazer de catadores de papel..... <i>Fernanda Caetano Cunha e Christianne Luce Gomes</i>	73
Pessoas vivendo com HIV/AIDS e suas representações sobre o lazer em diferentes fases da vida..... <i>Patrícia Herold, Giuliano Gomes de Assis Pimentel e Áurea Regina Telles Pupulin</i>	89

Parques esportivos em Campo Grande (MS): desafios à inclusão	107
<i>Junior Vagner Pereira da Silva, Quezia Pinheiro Tosta, Marieli Knapik, Angela Cristina Santos Gil Lins e Tânia Mara Vieira Sampaio</i>	
Cultura no lazer: uma referência de educação não formal no SESC São Paulo.....	126
<i>Yara Schreiber Dines</i>	

Mensagem do editor executivo internacional

A revista *Leisure & Society/Loisir et Société* vem sendo publicada como um periódico científico internacional por quase 32 anos pela Universidade de Québec. A edição internacional é distribuída em trinta países e reúne colaboradores de diversos pontos do mundo. *Leisure & Society/Loisir et Société* é um periódico multidisciplinar dedicado à publicação de artigos temáticos ao lazer e a seus impactos nos mais distintos ambientes socioculturais.

Um agradecimento especial à Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer/Ministério de Esporte (SNDEL/ME), que apoiou essa importante colaboração bilateral entre a Universidade de São Paulo e a Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR). É realmente um orgulho que a primeira edição brasileira da *Revista Lazer & Sociedade* esteja sendo publicada. Nosso objetivo comum é convidar pesquisadores latino-americanos, em especial os brasileiros, para contribuir no debate internacional sobre os estudos do lazer e seu papel no desenvolvimento de diversas sociedades pelo mundo. A qualidade desta primeira edição nos dá grande confiança em atingir tal intento.

Prof. Dr. André Thibault¹

¹ Vice-presidente, Organização Mundial do Lazer; diretor, Observatoire Québécois du Loisir; Université du Québec à Trois-Rivières, Canadá; <http://www.uqtr.ca/oql/>.

Mensagem do editor executivo nacional

A *Revista Lazer & Sociedade* é editada pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Universidade de São Paulo (GIEL/USP/CNPq), Brasil, em conjunto com o Département d'Études em Loisir, Culture et Tourisme – Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR), Canadá. Tal atividade consiste na publicação de três edições especiais da revista *Leisure & Society/Loisir et Société*, originalmente publicada em inglês e francês pela UQTR.

O periódico é um dos veículos de publicação mais respeitados pela comunidade científica internacional temática aos estudos do lazer. Visa-se, na edição brasileira, à publicação exclusiva de artigos, originais e de revisão, submetidos por pesquisadores, em especial latino-americanos, produzidos no idioma português e com resumos em inglês, francês e espanhol.

Nesta edição, a *Revista Lazer & Sociedade* contempla a temática “Lazer, Educação e Cidadania” com a apresentação de oito artigos. Os artigos submetidos foram analisados por revisores *ad hoc*, convidados especialmente para esta edição, e por membros do GIEL/USP/CNPq.

A *Revista Lazer & Sociedade* não tem custos de assinatura, sendo que os exemplares de cada edição são prioritariamente distribuídos pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer/Ministério de Esporte (SNDEL/ME), principal colaborador do GIEL/USP/CNPq na referida publicação.

Espera-se que a *Revista Lazer & Sociedade* possa abordar o lazer numa ótica interdisciplinar, entendendo-o como componente universal da cultura humana, que assume formas e significados diferenciados de acordo com as características de determinada sociedade. A realização deste projeto pode contribuir para uma necessária articulação entre os estudos do lazer na América Latina com a produção acadêmica mundial nesse tema.

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha¹

¹ Membro diretivo da Organização Mundial do Lazer; líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil; www.each.usp.br..

Lazer, educação e cidadania: qual o papel da escola pública¹

Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco²

RESUMO: Os grandes aglomerados urbanos ressentem-se da falta de espaços públicos para o usufruto do lazer. As políticas públicas nesse setor não são priorizadas. Na tentativa de suprir tais carências, acontecem intervenções estatais, usando o único espaço público disponível em muitas regiões: a escola. Promovendo sua abertura aos fins de semana para diversas atividades, o Estado busca responder a uma demanda social por lazer, fazendo uso de um discurso de contenção da violência escolar e urbana por intermédio da ocupação social dos jovens das classes populares. Essa forma de intervenção revela uma ideia de controle social por meio do lazer, descaracterizando-o como direito social para qualquer cidadão. Além disso, as escolas que são objeto de intervenção não conseguem desenvolver um projeto autônomo, articulado com seu projeto pedagógico e sua realidade cotidiana. Dessa forma, não há articulação entre os processos de educação formal e não formal. A falta de autonomia da unidade escolar e o precário processo de democratização das relações internas impedem a participação e o controle, por parte da população, do que é realizado na escola pública, que se torna refém de processos alheios à realidade local.

PALAVRAS-CHAVE: escola pública; lazer; políticas públicas.

¹ O presente artigo origina-se da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração Escolar (GEPAE), sob orientação do professor doutor Vitor Paro e apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) sob o título *A escola pública e o lazer: um estudo de caso do Programa Parceiros do Futuro – SEE/SP* (Secretaria de Estado da Educação de São Paulo).

² Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Contato: rua Arlindo Béttio, 1.000 prédio, A1, 2º andar, sala 76 – 03828-000 – São Paulo/SP; e-mail: repacheco@usp.br.

ABSTRACT: Large urban conglomerates often lack enough public spaces for leisure. Governmental policies in this area are not prioritized. In an attempt to fill this gap, the State has decided to intervene using the only public spaces available in many regions: schools. By opening schools for a range of weekend activities, the State seeks to fulfill a social demand for leisure, while alleging to curb school and urban violence by keeping lower class youth socially occupied. This form of intervention underscores a design for social control through leisure, disavowing it as basic social right of all citizens. In addition, schools subject to such intervention are not allowed to develop autonomous projects, aligned with their own educational proposals and day-to-day reality, and this leads to a mismatch between the formal and non-formal educational processes. The school unit's lack of autonomy and the precarious process of democratizing internal relations prevent the population from participating in and controlling what happens in the public school, which thus becomes hostage to processes extraneous to local realities.

KEYWORDS: public school; leisure; public policies.

RÉSUMÉ: Les grands centres urbains renvoyé le manque d'espaces publics pour le plaisir des loisirs. Les politiques publiques dans ce secteur ne sont pas prioritaires. Dans une tentative de répondre à ces besoins, les interventions publiques se produisent uniquement en utilisant l'espace public disponible dans de nombreux domaines: l'école. La promotion de leur week-end d'ouverture pour diverses activités, l'État cherche à répondre à une demande sociale pour les loisirs, l'aide d'un discours de confinement de l'école et la violence urbaine à travers l'occupation des classes de la social des jeunes. Cette forme d'intervention révèle une idée de contrôle social à travers les loisirs, le qualifiant comme un droit social pour tous les citoyens. En outre, les écoles qui font l'objet de l'intervention ne peut se développer un projet autonome, en liaison avec son projet éducatif et leur réalité quotidienne. Ainsi, il n'existe aucun lien entre les processus d'éducation formelle et non formelle. L'absence d'autonomie de l'unité scolaire et le processus de démocratisation précaire des relations internes nuisent à la participation et le contrôle par la population de ce qui se fait à l'école publique, il devient l'otage de processus avec les réalités locales.

MOTS-CLÉS: L'école publique; de loisir; des politiques publiques.

RESUMEN: Los grandes aglomerados urbanos se resienten de espacios públicos para el disfrutar del ocio. No se prioriza la política pública es ese sector. En un intento de suplir dichas necesidades, existen intervenciones del Estado, en el único espacio público disponible en muchas zonas: la escuela. Al promover su

apertura los fines de semana para diversas actividades, el Estado busca satisfacer la necesidad social de ocio, empleando un discurso de contención de la violencia estudiantil y urbana, por medio de la ocupación social de los jóvenes de las clases populares. Ese tipo de intervención revela una idea de control social por medio del ocio, lo que destruye sus características de un derecho social para todos los ciudadanos. Además, las escuelas donde hay la intervención no logran desarrollar un proyecto autónomo, coherente con su proyecto pedagógico y con su realidad del día a día. Así, no se organizan los procesos de educación formal y no formal. La escasez de autonomía de la unidad de la escuela y el precario proceso de democratización de las relaciones internas impiden la participación y el control de la población de todo lo que ocurre en la escuela pública, que de esa forma se hace rehén de procesos ajenos a la realidad local.

PALABRAS CLAVE: escuela pública; ocio; política pública.

Neste artigo, busca-se um olhar sobre as chamadas *políticas públicas*, tentando verificar se pode ser considerado políticas sociais o aproveitamento do equipamento escolar como espaço público de lazer. Portanto, embora seja bastante evidente a importância da escola enquanto espaço de construção da cidadania, na medida em que garante o direito básico à educação, neste artigo procura-se questionar o aproveitamento que se tem feito do espaço escolar para a efetivação de programas públicos de lazer, por meio de atividades oferecidas prioritariamente ao fim de semana. Como assinala Evaldo Vieira (1996), a educação e a escola são mais do que dois direitos de cidadania, pois são condição para o seu exercício. Sem a educação e a escola, torna-se quase impossível concretizar os direitos civis, políticos e sociais.

Considerando-se a análise clássica de Marshall (1967) acerca da construção da cidadania, o direito ao lazer integra parte dos chamados *direitos sociais*. Para o autor, a cidadania é um construto que abarca os direitos civis e políticos e apenas mais recentemente, precisamente no século XX, chega a contemplar os direitos sociais. A universalização da cidadania seria, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Sobre esse aspecto, convém refletir sobre a argumentação de Coutinho (1994, p. 20):

Por tudo isso, eu não hesitaria em dizer que a ampliação da cidadania, esse processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos, termina por se chocar com a lógica do capital. Mas o que esse processo de ampliação também nos demonstra é que não se deve conceber esse choque, essa contradição entre cidadania (ou democracia) e capitalismo, como algo

explosivo, concentrado num único ponto ou momento. Trata-se, antes, de uma contradição que se manifesta como um processo: processo no qual o capitalismo primeiro resiste, depois é forçado a recuar e fazer concessões, sem nunca deixar de instrumentalizar a seu favor (ou mesmo de suprimir) os direitos conquistados.

Sabe-se que dentro do escopo das chamadas *políticas públicas*, a problemática do lazer como direito social apresenta-se sempre relegada ao último plano, inclusive em programas de partidos considerados “progressistas”. Uma reportagem³ sobre os dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente mostra que direito ao lazer está em segundo plano quando se discute a questão das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.

Torna-se importante perceber como o problema de um setor passa a ser reconhecido pelo Estado, surgindo assim uma política pública. “Política esta que surgirá como o meio de o Estado tentar garantir que o setor se reproduza de forma harmonizada com os interesses que predominam na sociedade” (Azevedo, 1997, p. 61). Prossegue a autora:

Com efeito, pode-se afirmar que um setor ou uma política pública para um setor constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado. [...] Nesse sentido, deve-se considerar que os grupos que atuam e integram cada setor vão lutar para que suas demandas sejam atendidas e inscritas na agenda dos governos. E essas lutas serão mais ou menos vitoriosas, de acordo com o poder de pressão daqueles que dominam o setor em cada momento. [...] Este é um elemento chave para que se compreenda o padrão que assume uma determinada política e, portanto, por que é escolhida uma determinada solução e não outra, para a questão que estava sendo alvo de problematização (p. 61-63).

Como poderá ser observado, a solução encontrada na tentativa de “ocupar” os jovens, ao menos no programa analisado, responde a uma tentativa do Estado de responder a uma demanda por “segurança pública” e não por atender ao direito social ao lazer. Assim, justifica-se também que não haja grandes preocupações no que se refere

³ *O Estado de S. Paulo*, “Apesar do ECA, direito ao lazer está em 2º plano”, 14 jul. 2000. “Deve-se destacar que no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito ao lazer é citado como: a) ‘dever’ a ser assegurado pela família, comunidade, sociedade em geral e Poder Público (art.); b) ‘prevenção’, respeitando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (art. 71); c) ‘dever’ dos municípios, por meio de recursos com apoio dos Estados e União (art. 59); d) da direito dos privados de liberdade (art. 124, XII).”

à qualificação do que ocorre em termos de atendimento nas escolas, na medida em que a “resposta” às demandas sociais, especialmente de “contenção da violência” que incide sobre as classes mais favorecidas, já foi dada.

Num país em que a educação formal escolarizada, a saúde, a habitação e outros problemas sociais ainda não são considerados na sua devida importância, pode-se imaginar então o descaso conferido pelos poderes públicos à questão do lazer. As políticas “públicas” aparecem, no entanto, como panaceia para a resolução de problemas de violência urbana, através de diversos projetos realizados pelo próprio Estado ou por sua “burocracia terceirizada” configurada em diversas organizações não governamentais revestidas de todo um discurso da importância da “participação” da sociedade civil na resolução de problemas sociais, que fundamentalmente são uma questão de Estado. Parece haver uma ideologia de “privatização” até mesmo dessas ações sociais. Além disso, o Estado tem-se orientado no Brasil e em grande parte do mundo capitalista pela “privatização” de setores antes considerados de importância estratégica com a retórica de atuação nas áreas sociais. No entanto, além do assalto ao patrimônio público que tem ocorrido nas privatizações de empresas estatais, não se vê de fato a reversão da tímida ou inoperante atuação estatal nos campos sociais – e a “nova salvação”, querem fazer crer, é a “participação” do “terceiro setor” ou da “sociedade civil”. Além disso, parece ser uma tendência de “marketing” das grandes corporações falar de suas “responsabilidades sociais” e mostrar suas realizações e seus investimentos nesse plano.

Sobre esse aspecto, convém recorrer mais uma vez ao pensamento de Milton Santos (2000, p. 67), que analisa com muita propriedade essas relações:

Agora se fala muito num terceiro setor, em que as empresas privadas assumiriam um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. Caber-lhes-ia, desse modo, escolher quais os beneficiários, privilegiando uma parcela da sociedade e deixando a maior parte de fora. Haveria frações do território e da sociedade a serem deixadas por conta, desde que não convenham ao cálculo das firmas. Essa política das empresas equivale à decretação de morte da Política.

No caso específico das políticas de lazer, em que pesem essas considerações acerca do descaso em relação a elas, é fato notório que há diversas estruturas burocráticas no corpo do próprio aparelho estatal (federal, estadual ou municipal) que atuam planejando ou executando essas políticas e o argumento da irrelevância da questão só tem colaborado para a manutenção e a inoperância do setor público na gestão desses serviços e seu uso político-partidário e clientelista ou, na melhor das hipóteses, compensatório.

Faz-se necessário não apenas demarcar os limites e as possibilidades de intervenção do Estado sobre a questão do uso da escola como equipamento público de

lazer aberta à comunidade local – o que já seria bastante –, mas também observar a forma como essas políticas incidem sobre o cotidiano do cidadão, usuário da escola e morador local, desvelando, se possível, não a função ou o papel dessas políticas, mas o significado dessas ações do poder público em relação ao lazer na escola e como esse significado pode ser reelaborado pelos cidadãos que são objetos dessas políticas. Nesse sentido, estabelecem-se dois quadros de análise que podem ser úteis no equacionamento da questão do “lazer na escola”: o primeiro tem como moldura a escola como equipamento público e os técnicos e especialistas que nela atuam na tentativa – muitas vezes infundada e vã – de fazer chegar à população serviços dessa natureza. No outro quadro, a moldura é o próprio bairro, a comunidade local, com sua dinâmica cultural e as variadas formas de ocupação dos espaços públicos com diversas atividades de fruição de seu tempo disponível e sua cultura de lazer, que desconsidera a ação do poder público ou se realiza à sua revelia, revelando normalmente uma riqueza e uma multiplicidade de expressões culturais normalmente desprezadas pela ação estatal. Neste estudo, só foi possível contemplar o primeiro quadro, sem desconsiderar o segundo.

É preciso destacar que, para efeito de clareza conceitual do presente trabalho, não se faz distinção entre as políticas de ação nas áreas de cultura com as das áreas do lazer. Embora essas ações muitas vezes ocorram de forma fragmentada, em algumas iniciativas governamentais já existe a preocupação em aproximá-las. As diversas atividades de fruição do tempo disponível abrangem os mais diversos conteúdos culturais, desde as artes em geral até os esportes e as atividades corporais, passando pelas atividades turísticas, associativas e outras, cujo fundamento é a criação de uma sociabilidade própria com base em significados culturais próprios, assumidos voluntariamente.

Gustavo Luis Gutierrez (2001, p. 118), ao discutir o lazer e as políticas públicas, argumenta pela necessidade de o Estado operar essas políticas dentro de um modelo matricial, sendo que “ao lado de atividades específicas da área, seriam desenvolvidos projetos em conjunto com outros setores da administração pública, por meio da coordenação múltipla ou de uma gerência específica para cada projeto”, destacando ainda que uma política de lazer eficiente só pode ser construída por meio da discussão ampla e democrática com a população interessada e da articulação entre os diferentes campos de atuação do Estado, de forma orgânica e coerente, para se obter o melhor resultado possível, apesar de qualquer restrição orçamentária existente:

[...] as políticas referentes ao lazer da população devem ser vistas em pé de igualdade com as demais áreas de atuação do Estado, de forma que por meio de uma articulação eficiente se chegue a um resultado ótimo, dentro das limitações orçamentárias existentes. Ao contrário, quando se subestima o alcance das políticas de lazer, termina-se por limitar os resultados das ações nas outras áreas, como educação, saúde, segurança, emprego etc. (Gutierrez, 2001, p. 11).

Sobre as relações entre o público e o privado na formulação de políticas de ação na área de cultura, tem-se de recorrer a Marilena Chauí, para tentar situar seus conceitos nessa discussão e observar como, dentre outros problemas, para a efetivação integrada de políticas de ação, a questão conceitual é ponto nevrálgico, definindo entraves conceituais que dificultam o estabelecimento dessas políticas de forma integrada e mais eficiente do ponto de vista social. Observa-se que até mesmo o pensamento de “esquerda”, ou pretensamente “progressista”, colabora na perpetuação desses entraves.

Valendo-se de Hannah Arendt, Chauí (1990) aproxima lazer de entretenimento, reduzindo-o a produto dos meios de comunicação de massa, identificando ainda lazer apenas com diversão e passatempo: “entretenimento é o momento da distração e da diversão e é sob este aspecto que nada tem a ver com a cultura enquanto trabalho das obras de pensamento e de arte”. A autora parece não considerar as possibilidades do lazer enquanto campo de ação cultural e pedagógica, no sentido até mesmo da criação de novos valores sociais. Em outro artigo, Chauí (1989, p. 52), buscando as relações entre cultura, democracia e socialismo, novamente expõe sua visão em relação ao lazer:

Um segundo ponto que poderia alterar a relação dos Estados, dos governos, com a cultura, agora com relação à questão do mercado, seria o de pensá-la como um campo específico de criação: criação da imaginação, da sensibilidade e da inteligência. Um campo específico, não mais como o campo contraditório e polarizado da divisão de classes, mas como um tipo de atividade social, como atividade da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, que não é definido pelo prisma do mercado, pois o mercado reduz a cultura à condição de lazer, diversão e espetáculo. Não que a cultura não tenha um lado lúdico e de lazer que lhe é essencial e constitutivo, mas uma coisa é perceber o lúdico e o lazer que estão no interior da cultura e outra é instrumentalizá-la para que ela seja apenas um momento de lazer para os outros, o instante da diversão e do entretenimento. Sob o prisma da diversão, a cultura é capturada pelos critérios do mercado, perfeitamente mensurável, dependendo do número de espectadores, do número de público e do de vendas.

Não se assume uma posição “intransigente e corporativista” de defesa da importância do lazer. Concorde-se com a autora, principalmente com relação à forma como os “espetáculos” ou o “divertimento” têm sido concebidos para consumo, ainda que dentro das programações dos espaços públicos, o que se verifica na própria escola. No entanto, o lazer não se reduz a isso, e mesmo aquelas atividades consideradas, numa visão caricatural, as mais “alienadas” carregam em si múltiplos significados que têm de ser desvelados através de outro olhar sobre a questão. Trata-se de compreender também o alcance de transformação social que as práticas de lazer ensejam, procu-

rando aproximar as chamadas *políticas culturais* das políticas de lazer e, no limite, desconsiderando diferenças entre elas.

Chauí (1999), na introdução escrita para a reedição no Brasil do panfleto de Paul Lafargue, *O direito à preguiça* (1880), traz nas entrelinhas essa visão dialética do lazer como tempo e espaço, nos quais há possibilidade de construção do novo. Ainda assim, o que se pretende demonstrar é que se mantém, na concepção da autora, uma perversa dicotomia entre “lazer” e “cultura”, considerando a última algo mais “elevado”. Na medida em que a autora exerce grande influência sobre o pensamento de esquerda no Brasil, tendo sido, inclusive, secretária de Cultura do município de São Paulo, esse tipo de posicionamento conduz a um acirramento de posições entre gestores de políticas públicas no campo da cultura e do lazer, dificultando aproximações e projetos conjuntos, o que é bastante prejudicial à população que tem direito a esses serviços de maneira qualificada. Diz a autora:

Lafargue propõe diminuir o tempo de trabalho para que os operários comecem a praticar “as virtudes da preguiça”. Que virtudes a preguiça engendra? O prazer da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, danças, música, sexo, ocupação com as crianças, lazer e descanso) e o tempo para pensar e fruir da cultura, das ciências e das artes. Disso resulta o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão que levará o proletariado a compreender as causas reais de sua situação e a necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova (Chauí, 1989, p. 45).

Como bem lembra Milton Santos (2000, p. 31),

a palavra e o fenômeno *lazer* suscitam muitas questões, num mundo de significações embaralhadas: lazer tanto é distrair-se como ser distraído. Não esqueçamos de que vivemos na era da globalização, que tudo confunde e que ameaça conduzir-nos em meio à confusão, se não estivermos alertas ao dever da análise do mundo que nos rodeia.

O mesmo autor, ao tratar das relações, no Brasil, entre o neoliberalismo e o que ele denomina de “cidadania atrofiada”, argumenta que a urbanização “galopante e concentradora”, a expansão do consumo de massa, a concentração da mídia, a degradação das escolas colabora fortemente para, em lugar do cidadão, formarem-se “consumidores” e “usuários” de serviços públicos.

Para Milton Santos (2000, p. 49), o consumismo e a competitividade na sociedade globalizada levam ao “emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição

fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão”. Para o autor, em nosso país jamais houve a figura do cidadão, já que as classes privilegiadas desprezam a cidadania, as classes médias foram condicionadas a lutar por privilégios e não direitos e os pobres jamais puderam ser cidadãos.

Torna-se necessário ainda questionar se a escola, como instituição, em especial a escola pública, considera os membros de sua comunidade como cidadãos. Além disso, no escopo desta pesquisa, questiona-se: até que ponto a escola têm contribuído com uma educação para o usufruto do lazer, enquanto direito de cidadania? Sobre esse aspecto, Parker (1978, p. 110-113) já adiantava que a organização das escolas “parte do princípio implícito de que a tarefa primordial da educação é preparar os jovens para uma carreira ou, ao menos, para serem capazes de ganhar a vida. Enfatiza-se mais o *trabalho* escolar do que o *lazer* escolar”. O autor adverte ainda para o fato de que parte da educação para o lazer consiste em tentar inculcar nos educandos ideias de como escolher formas de lazer que “valham a pena”, valorizando sobremaneira as chamadas iniciativas “culturais” (o teatro, a arte, a música), sem nem sequer levar em conta o modo como os educandos as utilizam, separando-as daquilo a que recorriam quando desejavam simplesmente divertir-se. Dessa forma, os objetivos de uma educação para o lazer correm o risco de estar orientados para uma elite e refletir as normas e os valores de grupos dominantes e não propriamente dos educandos. O autor conclui que uma das maiores dificuldades na elaboração de uma política educacional para o lazer é tornar os conteúdos relevantes para todos os envolvidos, alunos e educadores. Sobre a preparação dos profissionais da educação para lidar com essas questões, Parker (1978, p. 119), falando da situação da Inglaterra, também já diagnosticava que havia “falta de cursos de treinamento para professores que incluam as implicações do lazer para a educação”, mas mantinha uma visão bastante otimista:

À medida que o nível geral da educação em nossa sociedade se eleve, é provável que maior número de pessoas busque um estilo de vida que inclua atividades de lazer que sejam, além de instrutivas, uma fonte de satisfação e de prazer para si próprias. [...] Para dar tais oportunidades a um maior número de pessoas, precisaríamos fazer com que nossas escolas e outras instituições educacionais funcionassem durante o ano todo, com maiores oportunidades educacionais de extensão para todos os grupos etários (Parker, 1978, p. 122-123).

A compreensão da escola como equipamento de lazer vai além da, não menos importante, incorporação dos componentes lúdicos da cultura ao ambiente de aprendizagem formal da escola. Para isso, é necessário repensar a desarticulação, que se torna explícita atualmente, entre a educação formal e os componentes lúdicos da cultura. Estes estão ausentes da escola mesmo nos momentos de educação formal e também

durante outros momentos, tais como os fins de semanas e as férias. Se estivessem presentes em todas as temporalidades da escola, esta funcionaria como um centro de educação, cultura e também de lazer.

Alba Zaluar (1994) analisa programas educativos governamentais não situados na escola e dirigidos às crianças e aos jovens, nos anos 1980. Nestes, fica patente a ligação entre educação, lazer e atividades esportivas: ora o esporte é visto como oportunidade de o jovem pobre ascender profissionalmente, por meio da profissionalização na própria atividade esportiva, ora as atividades apostam na preparação para o trabalho e reduzem o esporte à recreação. A autora demonstra ainda que a concepção de esporte nesses programas não é consensual: esta varia desde a mera ocupação do tempo livre e entretenimento da sociedade massificada, lazer comunitário a que todos têm direito, até a saída profissional para o jovem pobre. Nos programas recentes que usam o esporte como instrumento socializador, portanto, estabelece-se uma ruptura com a racionalidade do passado, orientada por doutrinas eugênicas ou de segurança nacional, como outrora. No entanto, a autora já há 30 anos advertia para o fato de que a racionalidade contemporânea também está presente no uso do esporte como instrumento, por meio “da nova filosofia centrada no corpo e associada ao hedonismo e às políticas alternativas à racionalidade moderna [...] facilmente percebidas pela ênfase na recreação, no prazer corporal e na ausência de disciplina” (Zaluar, 1994, p. 38).

A autora finaliza de forma polêmica ao defender a necessidade de que os jovens recebam, de fato, formação profissional nesses programas, dessa forma aderindo a um projeto extremamente utilitarista da educação de crianças e jovens, no seu tempo de lazer.

Questões como a concepção de lazer, de esporte, de educação informal, analisadas à luz de sua integração com a escola e às outras instituições encarregadas de lidar com crianças e jovens, devem ser discutidas [...] Não se trata, portanto, de implantar meios de disciplinar ou controlar as crianças [...] mas de tornar mais eficazes a socialização, que implica o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos alheios, base da cidadania, e a formação profissional, que daria melhores oportunidades à vida nessa sociedade da qual fazem parte (Zaluar, 1994, p. 41).

A partir do exposto, é recomendável refletir também sobre a escola pública como instituição e suas possibilidades de ação no campo do lazer. Para isso é necessário questionar se a escola pública pode se configurar, de fato, em um espaço de lazer adequado às demandas contemporâneas, buscando, inclusive, superá-las, na construção de novas relações sociais.

A escola pública: espaço de lazer?

Buscando estabelecer essas relações entre o lazer e a tarefa educativa da escola, Marcellino (1987, p. 147) já defendia que as escolas se transformassem em “centros de cultura popular”:

Sua tarefa educativa (da escola) seria efetuada, em termos de *abrangência*, ultrapassando o âmbito dos alunos “regularmente matriculados”, mas se estendendo a toda a comunidade local, através da *participação comunitária*. Vale dizer que não entendo esta “participação” como vem se verificando na prática de instituições ou de governos “democráticos”, que no mais das vezes se resume ao aproveitamento das forças da comunidade como mão de obra gratuita. Mas como possibilidade de influenciar conteúdos, calendários, programações, uso de equipamentos; como possibilidade de instrumento de pressão para obtenção de verbas e de participar nas decisões quanto à sua destinação.

A proposta do referido autor fica no plano normativo e especulativo, embora seja fundamental e importante a análise realizada acerca do que denomina *abordagens funcionalistas do lazer*.⁴ Segundo Marcellino (1987), essas abordagens são marcadas pelo signo de uma sociedade conservadora, instrumentalizando o lazer como fator que ajuda na manutenção da ordem social vigente.

No entanto, cabe refletir sobre a atual situação da escola pública, muito mais do que especular sobre o que ela pode ser ou poderia ter sido. Assim, é importante observar alguns aspectos acerca dessa realidade, a partir de uma breve revisão de alguns autores que pesquisam e escrevem sobre a realidade da escola pública. O primeiro aspecto a destacar é como se dá, concretamente, a produção social da escola pública e sua administração. Para isso, observem-se os argumentos de Gilberto Alves (2001) sobre como a escola pública, historicamente, esteve atrelada às condições materiais e sociais de sua produção, integrada à lógica de desenvolvimento do capitalismo:

Uma análise detida do processo de produção material da *escola pública* evidencia a impossibilidade de sua expansão, em escala suficiente para atender também aos filhos dos trabalhadores, entre fins do século XVIII e meados do século XIX. Isto é, considerada a questão do âmbito do processo de produção e de reprodução do capital, constata-se que, até então, o grosso da riqueza social

⁴ Podem ser caracterizadas, segundo Marcellino (1987), como: *romântica* – marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional; *moralista* – motivada pela busca de “lazer convenientes”; *compensatória* – como contraponto ao trabalho alienado; e *utilitarista* – buscando sempre o uso do lazer como instrumento de desenvolvimento.

produzida era reinvestido em atividades produtivas. Nulos ou escassos eram os volumes de capital deslocados para as atividades improdutivas, exemplificadas pela educação e pela saúde públicas. Essas atividades, enquanto serviços prestados pelo Estado, só mereceram desenvolvimento mais tarde, já no ocaso do século XIX. As condições materiais que viabilizaram a produção da *escola pública* só então chegaram ao amadurecimento. Essa consideração não deixa de reconhecer como verdadeira a tese de que essa escola foi, sobretudo, um fruto da Revolução Industrial, mas reconhece, também, que ela não se difundiu nos albos de tal movimento econômico. Essa instituição mal estava emergindo e, para que fosse erigida em sua plenitude, impunha-se uma intensificação extraordinária da produção de riqueza social. Como decorrência, na medida em que a *escola para todos* manteve-se, até o último terço do século XIX, na condição de ideia objetivamente irrealizável, conclui-se que a sua universalização não pode ser considerada uma conquista pertinente à fase concorrencial do capitalismo, mas sim à sua fase monopolista (Alves, 2001, p. 41).

O mesmo autor demonstra que, em função dessas influências históricas, a escola pública foi agregando outras funções sociais, interessantes à manutenção e ao desenvolvimento de uma sociedade orientada pela lógica de acumulação do capital. O simples fato de a escola existir representou para o capital as condições materiais para acrescentar a ela outras funções; e o exame exaustivo dessas funções merecem outros estudos: afinal, a escola é centro de nutrição e saúde, centro de lazer e cultura, centro de segurança pública, referência de encontro e sociabilidade comunitários e outras funções menos visíveis como espaço de segregação e exclusão.

E, dessa forma, a escola pública passa a servir também outras demandas, que são socialmente construídas:

Não há como ignorar, também, que a escola vem se transformando em importante local de lazer e convivência social para crianças e jovens. Isso ocorre na medida em que, presentemente, o espaço escolar tornou-se o único local reservado para eles na sociedade. Por esse motivo, a escola tende a incorporar como sua função social o atendimento dessas necessidades dos estudantes. Quando considerados as crianças e os jovens das camadas médias, esse fato já ganhara nitidez no passado, pois eles não eram pressionados a trabalhar e, por isso, tinham tempo disponível. Mas, hoje, ele também é evidente em relação aos filhos dos trabalhadores (Alves, 2001, p. 220).

O mesmo autor, ao tratar dessas novas demandas, demonstra como, concretamente, será necessário para as escolas dispor de recursos suficientes, devendo ser

repensado em termos de organização interna e de participação da sociedade civil na gestão, já que a transformação dessas funções da escola implicaria a criação de outro espaço, que pudesse de fato atender às necessidades culturais, desportivas, de saúde, lazer e segurança de crianças, adolescentes e jovens. Para isso, porém, seria necessário repensar todo o espaço escolar e ampliar a participação comunitária na definição das diretrizes e ações a serem realizadas por meio da expansão da democracia interna. E sabe-se que, infelizmente, as escolas públicas não são exemplo de democracia e que a própria dificuldade e a inoperância na construção da cidadania não auxiliam na ampliação de canais de participação comunitária na gestão do espaço escolar.

No entanto, faz-se necessário observar como, diante dessas contradições, ainda assim se insinuam espaços de superação dessa ordem de relações. É preciso, então, avaliar, de forma concreta, como as instituições educacionais são administradas, observando-se e construindo-se espaços propícios a essa superação. Assim, ao tratar da administração escolar sob um enfoque crítico, Paro (1990, p. 13) argumenta que a atividade administrativa na escola pública:

não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender a necessidades e interesses de pessoas e grupos. Da mesma forma, a educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes numa determinada situação histórica. A administração escolar está, assim, organicamente ligada à totalidade social, onde ela se realiza e exerce sua ação e onde, ao mesmo tempo, encontra as fontes de seus condicionantes. Para um tratamento objetivo da atividade administrativa escolar é preciso, portanto, que a análise dos elementos mais especificamente relacionados à administração e à escola seja feita em íntima relação com o exame da maneira como está a sociedade organizada e das forças econômicas, políticas e sociais aí presentes.

Discorrendo ainda sobre o papel da escola na sociedade contemporânea, o autor demonstra que essa instituição é parte importante do processo de transformação social. Se a escola não é “o local da mudança”, não significa que não possa ser “um dos locais da mudança”, na medida em que possa promover o que deveria ser sua principal função: a apropriação do saber historicamente acumulado e o desenvolvimento da consciência crítica da realidade social.

Paro (1996, p. 314) afirma que uma das maneiras de aferir a intensidade das relações entre a escola pública e a comunidade é a forma como o espaço escolar é utilizado pela população nos períodos em que a escola não desenvolve suas atividades de educação formal, especialmente nos fins de semana, nos feriados e nas férias escolares. Os equipamentos coletivos de lazer, como teatro, cinema, museus, clubes esportivos ou recreativos, são extremamente escassos ou simplesmente não existem,

em especial nos bairros periféricos das metrópoles. Assim, o prédio e as dependências da escola pública podem ser uma alternativa ao desenvolvimento de alguma atividade de lazer que contribua para atender a esse direito social. Esse processo, no entanto, não poderia ser concretizado sem que se ampliem os espaços de participação democrática da comunidade do entorno.

Além disso, mesmo os canais participativos que se abrem, tais como os “conselhos de escola”, acabam sendo pouco explorados, o que leva ao questionamento sobre se, de fato, não foram objeto de construção coletiva como indicado por Gutierrez e Catani (1998, p. 69):

A participação na administração da escola está, pelo menos teoricamente, garantida por meio do funcionamento do Conselho de Escola, cuja forma atual é resultado de uma longa e dura luta política que data do início da década de 80, com o sentido de dotar a escola de autonomia para poder elaborar e executar seu projeto educativo.

No entanto, sabe-se que o conselho de escola, invariavelmente, não atinge a participação, transparência e democracia desejáveis, tal como foi observado nas três escolas investigadas durante o trabalho de campo desta pesquisa. Pedro Jacobi (1990, p. 63) assinala que, no Brasil, a administração participativa e a gestão democrática do ensino público ainda estão em sua fase inicial, “num complexo e turbulento contexto marcado principalmente pelo precário atendimento escolar e a crescente incapacidade do setor público para prestar serviços com um mínimo de eficiência e qualidade”.

Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 26), ao discutir as relações entre a cidadania, a democracia e a educação, também assinala as dificuldades e contradições existentes nas tentativas de implantação de modelos participativos de gestão da escola pública, destacando o papel que ela desempenha na construção da cidadania:

[...] o sistema escolar só é democrático quando, mesmo sendo de propriedade estatal, não é gerido autoritariamente, de cima para baixo e de fora para dentro, mas encontra formas eficientes de autogestão pelos seus próprios atores e usuários diretos. Porém, para que essa autogestão não se transforme na defesa de mesquinhos interesses corporativos, a Escola deve estar em permanente diálogo com a sociedade civil, com os demais aparelhos de hegemonia. Aristóteles já dizia que o usuário é o melhor juiz do produto: ora, o usuário da Escola, do sistema educacional, é a sociedade civil. Então, temos de encontrar formas para que a sociedade civil organizada possa participar, não certamente das tecnicidades pedagógicas, mas sim na definição das linhas gerais do sistema educacional. Em suma, somente se for uma escola de democracia em

seu próprio interior é que o sistema educacional poderá ser uma poderosa e insubstituível alavanca para a democratização global da sociedade, contribuindo assim para a realização da cidadania.

Paro (1998), ao discutir as possibilidades da gestão democrática nas escolas públicas, assinala que o autoritarismo vigente nessas instituições dificulta a participação efetiva da comunidade na gestão escolar. Esse autoritarismo, segundo o autor, possui condicionantes materiais, institucionais e ideológicos, além de político-sociais, caracterizados pelos múltiplos interesses dos grupos que na escola interagem. Os condicionantes materiais, segundo o autor, dizem respeito fundamentalmente às péssimas condições de trabalho encontradas nas escolas públicas: a precariedade do prédio escolar e dos equipamentos, classes abarrotadas, falta de recursos didáticos de toda ordem e baixos salários. Os condicionantes de ordem institucional dizem respeito à forma como a escola está organizada, “com vistas a relações verticais, de mando e submissão, em detrimento das relações horizontais, de cooperação e solidariedade entre as pessoas” (Paro, 1998, p. 22). Como adianta o autor:

Basta, no entanto, para dar uma ideia da relevância da questão, mencionar o papel reservado ao diretor, como autoridade máxima no interior da escola. No sistema público estadual paulista, o cargo de diretor é estável, o que significa que nem a comunidade nem os demais membros da unidade escolar têm qualquer condição de mudar o chefe da escola. O sistema de escolha do diretor é democrático apenas do lado dos candidatos ao cargo, com (certa) igualdade de oportunidades para quem, atendendo a pré-requisitos mínimos de formação acadêmica e exercício do magistério, pode prestar um concurso e, sendo aprovado, escolher uma dentre as várias unidades escolares disponíveis. O diretor escolhe a escola, mas nem a escola nem a comunidade podem escolher o diretor (Paro, 1998, p. 22).

Como se observou durante o trabalho de campo para esta pesquisa, uma das escolas investigadas, em três anos, mudou de direção três vezes, o que certamente colabora para que não haja vínculo entre o trabalho desenvolvido pela escola e sua comunidade próxima, dificultando qualquer processo participativo.

Finalmente, Paro (2001, p. 25) assinala os determinantes ideológicos do autoritarismo na escola, que inibem a participação. Dizem respeito a “todas as concepções e crenças, sedimentadas historicamente na personalidade de cada indivíduo, que movem práticas e comportamentos violadores da autonomia do outro”. Para o autor, não pode haver democracia plena – inclusive nas escolas – sem pessoas democráticas para exercê-las:

Difícilmente teremos um professor relacionando-se de forma consequente num processo de participação democrático da comunidade na escola se sua relação com os alunos em sala de aula continua autoritária. Se a escola, em seu dia a dia, está permeada pelo autoritarismo nas relações que envolvem direção, professores, demais funcionários e alunos, como podemos esperar que ela permita, sem maiores problemas, entrar aí a comunidade para, pelo menos, exercitar relações democráticas?

A alegação de que a comunidade não participa da escola simplesmente por não ter interesse em participar constitui-se, no ponto de vista de Paro (2001, p. 27), em uma visão distorcida, pois,

a par de fatores estruturais ligados às próprias condições de trabalho e de vida da população, encontra-se também a resistência da instituição escolar a esta participação. Um dos aspectos mais importantes dessa resistência parece ser o fato de que praticamente inexistente qualquer identidade da escola pública com os problemas de sua comunidade.

Nesse sentido, pode-se concluir que se deve pensar numa transformação ampla no modo como a escola organiza suas atividades, na sua estrutura administrativa. Esta deveria ser propícia à realização dos fins sociais da educação e favorecer a participação em sua gestão dos diferentes grupos e pessoas envolvidos nas atividades escolares, “deixando-se perpassar pela sociedade civil em sua função de controle democrático do Estado” (Paro, 2001, p. 105).

No livro *Por dentro da escola pública*, o autor Vitor Paro (1996, p. 71) apresenta uma figura ilustrativa que demonstra a estrutura funcional de uma escola estadual no estado de São Paulo. A estrutura observada pelo autor é a de uma “escola de 1º grau”. Nota-se, contudo, que a estrutura das escolas pesquisadas – que atende da 5ª série do ensino fundamental ao último ano do ensino médio – não difere do que é apresentado. Observa-se que, dentro da estrutura descrita e relatada pelo autor, a escola pública apresenta-se despreparada para atender a outros tipos de programa, especialmente aqueles que tenham como objetivo atender ao lazer da comunidade próxima.

Os programas de atendimento à comunidade ao fim de semana na escola nem sequer se encaixariam em tal organograma. Na medida em que não são concebidos internamente à unidade escolar, configurando-se como projetos que partem de outras instâncias da Secretaria de Educação do Estado, acabam funcionando quase como uma estrutura à parte da escola pública. Isso caracteriza, de fato, o uso da escola apenas como equipamento e não como centro integrado de práticas educacionais diversas. Assim, fica caracterizado o lazer *na* escola em detrimento do lazer *da* escola. Em que

pesem as tentativas de articulação com a escola e seu cotidiano, os programas de fim de semana ainda se configuram como estruturas quase independentes, usando-se apenas o espaço da escola, na falta de outro equipamento público que corresponda às necessidades imediatas de lazer popular.

Assim, torna-se fundamental examinar as relações que se estabelecem entre educação e lazer nas chamadas *políticas públicas*: se estas servem a interesses sociais e podem, mesmo que dentro de certos limites, constituírem-se em espaços sociais importantes para a superação das atuais contradições engendradas pela sociedade capitalista. Para isso, será necessário repensar toda a estrutura administrativa da instituição escolar e a incorporação das demandas por lazer como direito social e não como um “favor” do Estado.

Considerações finais

A escola pública, estando aberta ou até mesmo à revelia dos cadeados no portão, é ocupada aos fins de semana por uma diversidade de novos personagens e ganha uma nova dinâmica, que muitas vezes se contrapõe ao que ocorre durante o seu “funcionamento normal”, durante a semana. Crianças, jovens e adultos interagem de outra forma nesse espaço. Os impactos sociais dessa nova forma de interação com a escola pública, por parte da comunidade escolar e do seu entorno, merece uma avaliação e um questionamento acerca das possibilidades desse “uso da escola” como equipamento público de cultura e lazer e suas implicações técnicas e políticas.

Buscou-se investigar qual o entendimento, por parte do poder público, do papel da escola como equipamento de lazer e sua relação com o processo educativo desenvolvido concretamente pela unidade escolar, refletindo sobre as relações existentes entre o lazer, a educação e o exercício da cidadania. Afinal, se é constatada uma tendência de crescimento desse tipo de programa de utilização da escola pública como lugar de lazer comunitário, será necessário pensar qual o perfil dos profissionais educadores que atuam nesses programas, dadas as especificidades técnicas e políticas desses programas. É importante entender alguns pontos relevantes, como a questão do lazer na atual sociedade e o seu papel na escola pública. No senso comum, há um preconceito com relação à “valorização do lazer” – fruto de nossa ética de supervalorização do que é “produtivo” – e em função desse preconceito acabam sendo esvaziadas as possibilidades de se desenvolverem conteúdos culturais diversificados e com qualidade durante as práticas de lazer. A forma com que o poder público lida com essas contradições inerentes aos lazeres na sociedade contemporânea é que interessa analisar.

Sabe-se que o fato de o poder público não apresentar de forma clara os conceitos que poderiam nortear uma “política integrada” de educação, lazer, cultura, esportes,

segurança, meio ambiente, saúde, cidadania, justiça, emprego e outras acaba por gerar ações fragmentadas e ineficazes do ponto de vista dos objetivos sociais que poderiam ser alcançados. Além disso, parte dessas iniciativas é “planejada” por “agentes” do Estado (professores, supervisores, agentes culturais e outros profissionais que estão trabalhando em projetos e programas dessa natureza) sem que haja uma compreensão das relações sociais que orientam tal iniciativa, do uso desses programas com vistas à reprodução das relações sociais e das contradições que constituem o fundamento da cultura local, em cada comunidade. Tudo isso pode conduzir a equívocos intervencionistas. Como se sabe, na maioria dos casos, inexistente uma articulação entre o projeto pedagógico da escola e suas práticas de lazer ao fim de semana. Essa ausência de um projeto de educação e formação humana não disfarça o seu propósito: produzir indivíduos que possam adequar-se às desigualdades sociais. Diante dessa ausência flagrante de políticas sociais consistentes, esse tipo de intervenção sobre a escola pública parece configurar-se como mais um dos paliativos estatais legitimado por um discurso da importância de diminuição da violência urbana, não conseguindo disfarçar o seu caráter conservador, desconsiderando a importância do atendimento do direito ao lazer.

Referências

- ALVES, Gilberto Luiz. *A produção da escola pública contemporânea*. Campo Grande: UFMS; Campinas: Autores Associados, 2001.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- CATANI, Afrânio Mendes; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou cultivar. *Teoria e Debate*, n. 8, out./dez. 1989.
- _____. Política e cultura democráticas: o público e o privado em questão. *Folha de S. Paulo*, 16 jun. 90.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania, democracia e educação. In: BORGES, Abel Silva et al. *Escola: espaço de construção da cidadania*. São Paulo: FDE, Diretoria Técnica, 1994. p. 13-26.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- JACOBI, Pedro R. Movimentos reivindicatórios urbanos, estado e cultura política: reflexão em torno da ação coletiva e seus efeitos político-institucionais. In: LARANJEIRA, S. *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 220-244.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. *A escola pública e o lazer: um estudo de caso do Programa Parceiros do Futuro – SEE/SP*. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: FEUSP, 2004.
- PARCEIROS DO FUTURO: uma aula de cidadania. Produção da Secretaria de Estado da Educação. Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: GW Comunicação, Dezembro de 2001. 1 videocassete. Duração: 11 minutos e 41 segundos.
- PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PARO, Vitor Henrique. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1990.
- SANTOS, Milton. Lazer, população e geração de empregos. In: *Lazer numa sociedade globalizada/ Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000a. p. 31-37.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000b.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.312, de 12 de maio de 1999. Projeto de Lei nº 882/97, do deputado Hamilton Pereira – PT. Institui Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate à Violência nas escolas da rede de ensino e dá outras providências. Disponível em: <http://www.diariooficial.hpg.ig.com.br/est_lei_10312_1999.htm>. Acesso em: 26 jun. 2002.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso*. São Paulo: Escuta; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Do *chronos* ao *kairos*: os tempos da educação para o lazer

*Cae Rodrigues*¹

*Ricardo Peixoto Stevaux*²

RESUMO: O objetivo central do presente artigo é compreender as sinergias entre os fenômenos “tempo” e “lazer”, buscando uma justificativa para a necessidade contemporânea de uma educação para o lazer. Para tanto, a pesquisa teórica é apresentada em três partes. Na primeira, destacam-se as transformações conceituais dos fenômenos “tempo” e “lazer”, principalmente no último século, e as principais relações que permeiam essas transformações. Na segunda parte, enfatizam-se as relações dos fenômenos “tempo livre” e “lazer” num contexto mais contemporâneo. Na terceira e última parte, busca-se justificar a necessidade atual da educação para o lazer, partindo das ideias apresentadas nas duas primeiras partes do artigo. Espera-se, a partir dessa discussão, colaborar para a construção conceitual da “educação para o lazer”, o que implica possíveis transformações tanto na teoria como na prática.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; educação; tempo.

ABSTRACT: The central aim of this paper is to understand the synergies between the phenomena “time” and “leisure”, seeking an explanation for the contemporary need for an education for leisure. Therefore, the theoretical research is presented in three parts. The first brings the conceptual transformations of the phenomena “time” and “leisure”, especially in the last century, and the main

¹ Doutorando em Educação, Universidade Federal de São Carlos. Contato: avenida Tancredo de Almeida Neves, 457/344 – 13561-260 – São Carlos-SP; e-mail: cae_jah@hotmail.com.

² Licenciado em Educação Física, Universidade Federal de São Carlos. Contato: avenida Paulo de Arruda Correia da Silva, 46/D – 13575-842 – São Carlos/SP; e-mail: risanca@hotmail.com.

relationships that underlie these changes. The second part emphasizes the relations of the phenomena “free time” and “leisure” in a more contemporary context. The third and final section seeks to justify the current need for an education for leisure, built on the ideas presented in the first two parts of the paper. This discussion contributes to the conceptual construction of education for leisure, which implies possible changes both in theory and in practice.

KEYWORDS: leisure; education; time.

RÉSUMÉ: L'objectif principal de cet article est de comprendre les synergies entre les phénomènes «temps» et «loisir», en cherchant une explication pour la nécessité contemporaine d'une éducation pour le loisir. Ainsi, la recherche théorique est présentée en trois parties. Premièrement, elle montre les transformations conceptuelles des phénomènes «temps» et «loisir», en tant que les principales relations qui sous-tendent ces changements, particulièrement au dernier siècle. Ensuite, la deuxième partie met l'accent sur les relations des phénomènes «temps libre» et «loisir» dans le contexte contemporain. Puis, en utilisant les idées présentées dans les deux premières parties de cet article, la troisième section justifie la nécessité actuelle de «l'éducation pour le loisir». Il est souhaitable que cette discussion puisse contribuer à la construction conceptuelle de «l'éducation pour le loisir», ce qui implique des changements possibles à la fois en théorie et en pratique.

MOTS-CLÉS: loisir; éducation; temps.

RESUMEN: El objetivo principal de este trabajo es entender las sinergias entre los fenómenos “tiempo” y “ocio”, en busca de una explicación de la necesidad contemporánea de una educación para el ocio. Por lo tanto, la investigación teórica se presenta en tres partes. La primera trata de las transformaciones conceptuales de los fenómenos “tiempo” y “ocio”, especialmente en el siglo pasado, y las principales relaciones que subyacen a estos cambios. La segunda parte trata de las relaciones de los fenómenos “tiempo libre” y “ocio” en un contexto más contemporáneo. La tercera y última sección trata de justificar la necesidad actual de la educación para el ocio, a partir de las ideas presentadas en las dos primeras partes del artículo. Se espera de este debate, contribuir a la construcción conceptual de la “educación para el ocio”, lo que implica posibles cambios en la teoría y en la práctica.

PALABRAS CLAVE: ocio; educación; tiempo.

Introdução e objetivos

Um dos fenômenos contemporâneos que se desvela na temática do lazer é a busca pela legitimação no campo da educação por meio de um trabalho crítico e interdisciplinar. Nesse sentido, se de um lado, enquanto campo de estudos e pesquisa, o lazer tem-se caracterizado pela busca de uma abordagem interdisciplinar no tratamento de questões postas pela área, por outro lado tem sido alvo de um processo intenso de valorização, que se revela em diferentes maneiras de consumo, de objetos e bens culturais – *shows*, livros, CDs, filmes, brinquedos –, de equipamentos – academias, centros de compras, parques temáticos, clubes – e de serviços – internet, viagens, passeios, bem como no que diz respeito à reivindicação de um direito, por parte da população, para uso efetivo de tempo e espaço passíveis de escolha e que não estejam predeterminados pela condição social (De Pellegrin, 2006).

Essa valorização do campo abre grande espaço para a “*indústria do entretenimento*”, que investe de maneira pesada na veiculação da concepção de lazer enquanto consumo (De Pellegrin, 2006), e o desejo pelo consumo aparece como uma das principais características da sociedade contemporânea.

De acordo com De Pellegrin (2006), para a maioria das pessoas, o lazer, assim como o que se faz no tempo de lazer, parece não possuir nenhuma vinculação com a sociedade em termos de valores, normas e interesses. Os indivíduos buscam a satisfação de necessidades reais (divertimento, descanso, vivência lúdica) baseados em atitudes individualistas e abstratas em relação ao lazer, como se as escolhas realizadas não tivessem nenhuma relação com o tipo de sociedade em que vivem e com suas contradições.

Entretanto, o lazer, enquanto fenômeno constituído historicamente, possui relações dialéticas com a sociedade, ou seja, a mesma sociedade que o gerou e exerce influências sobre o seu desenvolvimento também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores (Marcellino, 2000). Dessa forma, esse fenômeno não pode ser pensado isoladamente de outras práticas sociais nem de seu contexto.

Sendo assim, o lazer configura-se para nós como prática social, que se constitui enquanto “*dimensão da cultura capaz de promover a conscientização dos indivíduos através de suas vivências e experiências (lúdicas ou não lúdicas) de diversos conteúdos culturais em um tempo e espaço próprios, tendo como dimensão fundamental a intencionalidade do ser*” (Silva, 2008, p. 20-21). Essa perspectiva do fenômeno possibilita-nos um debate que considera os demais campos do conhecimento e proporciona uma articulação significativa com a educação.

Lazer e educação são campos que apresentam interfaces que podem ser pensadas em diversos contextos. Considerando que a construção dessas relações está fundada em um processo histórico, o objetivo central do presente artigo é compreender as siner-

gias entre os fenômenos “tempo” e “lazer”, buscando uma justificativa para a suposta necessidade contemporânea de uma educação para o lazer.

Para tanto, a pesquisa teórica é apresentada em três partes. Na primeira, destacam-se as transformações conceituais dos fenômenos “tempo” e “lazer”, principalmente no último século, e as principais relações que permeiam essas transformações. Na segunda parte, enfatizam-se as relações dos fenômenos “tempo livre” e “lazer” em um contexto mais contemporâneo. Na terceira e última parte, busca-se justificar a necessidade atual da educação para o lazer, partindo das ideias apresentadas nas duas primeiras partes do trabalho. Espera-se, a partir dessa discussão, colaborar para a construção conceitual da “educação para o lazer”, o que implica possíveis transformações tanto na teoria como na prática.

Tempo e lazer

A proposta desta primeira discussão é analisar as mudanças mais significativas nas concepções e, conseqüentemente, nas práticas de lazer que ocorreram especialmente no último século, o que quase obrigatoriamente significa discutir as mudanças nas concepções de tempo que ocorreram nesse período. Segundo Woodcock (1990, p. 120), “não há nada que diferencie tanto a sociedade ocidental de nossos dias das sociedades mais antigas da Europa e do Oriente do que o conceito de tempo”. Visto pelos antigos gregos e chineses como um processo natural de mudança, representado pelos processos cíclicos da natureza, pela sucessão dos dias, noites e estações do ano, o tempo transforma-se, para o homem ocidental civilizado, em maestro de um mundo que vive de acordo com símbolos mecânicos das horas marcadas pela exatidão matemática do relógio (Woodcock, 1990).

A dependência do trabalho fabril, tendência que se tornou mais forte que o trabalho ocupado com os meios de subsistência de outrora, e a subseqüente perda dos meios de organização, costumes e tradições da vida do trabalhador foram acompanhadas pela “perda de uma concepção de tempo vinculada aos ciclos naturais das sociedades pré-industriais” (De Decca, 2002, p. 63). Com a perda dessa concepção de tempo ligada aos ciclos naturais do meio rural, uma nova concepção de tempo se desenvolve no meio urbano. Um tempo para medir as atividades comerciais, um tempo que afirma a presença de uma doutrina puritana (o protestantismo), um tempo em sincronia com as práticas sociais e culturais que se expandiam na Europa entre os séculos XIV e XVI, um tempo regulamentado pelo relógio (De Decca, 2002). Nesse sentido, transformamos o relógio na “primeira máquina automática que conseguiu adquirir uma função social” (Woodcock, 1990, p. 122), tornando possível a “regula-

mentação e arregimentação” da vida dos homens, e assegurando o funcionamento de um novo sistema de trabalho (Woodcock, 1990, p. 122).

Se o tempo não é uma dimensão cronológica, medida em dias, meses e anos, “mas sim um horizonte de possibilidades do Ser”, como afirma Joel Martins (1991), o Ser, no caso o ser humano, começava a conhecer possibilidades com que antes nunca sonhara. O conceito de tempo não só ganhava novas possibilidades, uma nova cara, mas se dividiu e ganhou diversas caras, com “personalidades” bem diferentes. Uma virtuosa, o “tempo de trabalho”, a outra suspeita, “o tempo de não trabalho”: é tempo de lazer e do descanso, ou é tempo do ócio e do desperdício? De qualquer maneira, surge uma nova noção antes desconhecida nas sociedades pré-capitalistas, a noção de perda e desperdício de tempo (De Decca, 2002).

Seguindo essa lógica, o tempo de trabalho pode ser visto como “tempo produtivo” e o tempo de não trabalho pode ser visto como “tempo de ócio”, mas não aquele ócio glorificado da Antiguidade grega e latina, virtuoso tempo para reflexão e atividade que dá sentido à existência humana, mas um ócio carregado de valores sociais que partiam das ideias de reformadores religiosos como Calvino, como algo que estimula o vício e que afasta da salvação (Alvarez, 2002). Nessa perspectiva, que segue uma mentalidade religiosa de seitas protestantes, especialmente o calvinismo, o trabalho é tomado como fim em si mesmo, colocando-se como valor supremo e “como fim último que deveria suprir não apenas nossa existência material, mas também nossa vida espiritual. O ócio, por sua vez, será relegado ao plano do vício e do pecado” (Alvarez, 2002, p. 115). Com a ascensão da burguesia do trabalho, que edificou o comércio e a indústria, a ociosidade caiu em desgraça e poucos ainda lembravam-se do ócio como “mãe de todas as virtudes do homem” (Dumazedier, 2001, p. 53).

Porém, não seria por muito tempo que o ócio carregaria a pesada cruz na qual se pregavam vagabundos e pecadores, pois algo aconteceria que surpreenderia as expectativas dos que lutavam por um mundo mais homogêneo, em que o homem trabalharia, pensaria e agiria seguindo um código de moral e conduta igual para todos. Pois o processo de racionalização que caracteriza a modernidade ocidental constrói caminhos cada vez mais autônomos e heterogêneos para as diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, a religião, a arte, a ciência, os direitos e também o ócio percorrem caminhos cada vez mais distintos e diferenciados (Alvarez, 2002). O ócio não aparece mais somente como o “‘resto’ não racionalizável de um mundo social dominado pela ideia do trabalho como vocação, como o tempo residual que não pode ser totalmente utilizado em favor da atividade produtiva” (Alvarez, 2002, p. 117), e o próprio “tempo livre”, aquele tempo de “não trabalho”, passa a ser uma esfera administrada da vida social.

Com isso, é o lazer que começa a passar por grandes transformações. Como esfera da vida social, o lazer começa a constituir-se em mercado e alguns fatores foram significativamente importantes como premissas necessárias para a constituição do mercado do lazer: o encurtamento da jornada de trabalho (constituindo-se em possibilidade de aumento do “tempo livre” para o lazer), a melhoria dos salários e dos direitos sociais do trabalhador (constituindo-se em possibilidade de maior consumo do lazer), a concentração dos capitais em busca de novas áreas de aplicação (constituindo-se em possibilidade de expansão dos espaços de lazer e da melhoria em geral da estrutura do lazer como produto), o progresso dos meios de transporte e a popularização do turismo (constituindo-se em possibilidade de maior contato com espaços de lazer antes inacessíveis), as inovações tecnológicas, que propiciaram o aparecimento de novos campos de atividades, como a televisão e o rádio (constituindo-se em possibilidade de maior divulgação do fenômeno “lazer”, assim como incentivo para o consumo do lazer) (Vieitez, 2002).

Em suma, a mudança mais significativa do lazer foi a transformação de uma atividade predominantemente individual e privada para objeto de exploração sistemática do capital, pois, com a generalização do capital por praticamente todos os setores da vida social, também o lazer torna-se objeto de exploração econômica desse capital (Vieitez, 2002). O lazer assume uma característica fundamentalmente paradoxal, pois, ao mesmo tempo que o indivíduo passa a ter mais “tempo livre”, junto de uma melhoria geral no universo estrutural do fenômeno “lazer”, esse “tempo livre”, controlado pelo capital (alicerçado em um mercado de lazer muito bem estruturado), torna-se, também, um tempo disciplinado pela lógica instrumental do cálculo e do planejamento. O ócio transforma-se em lazer administrado (Alvarez, 2002).

O próximo passo torna-se, de certa maneira, previsível. Com a mudança das características fundamentais do lazer,

concomitantemente, os mecanismos de *controle* do lazer mudaram de forma. Erigido em atividade econômica do capital e elevado à dimensão de atividade de massas, o lazer tornou-se objeto de controle *imediate* do capital. Mais que isso, combinando-se com a indústria cultural, tornou-se meio generalizado de *controle* social, caracterizando-se assim como *lazer alienado* (Vieitez, 2002, p. 144).

Nesse sentido, o “tempo de não trabalho”, muito mais do que um “tempo de lazer” ou um “tempo de descanso”, no sentido empregado pelo tempo para o ócio, bate ao mesmo ritmo e segue o mesmo caminho alienante do trabalho, como se o indivíduo se contentasse em vender sua força de trabalho como se fosse uma mercadoria, para

posteriormente poder usufruir o produto dessa venda no tempo fora do trabalho (Dumazedier, 2001). Como destaca Woodcock (1990, p. 123),

o operário transforma-se, por sua vez, num especialista em “olhar o relógio”, preocupado apenas em saber quando poderá escapar para gozar as suas escasas e monótonas formas de lazer que a sociedade industrial lhe proporciona; onde ele, para “matar o tempo”, programará tantas atividades mecânicas com tempo marcado, como ir ao cinema, ouvir rádio e ler jornais, quanto permitir o seu salário e o seu cansaço.

Finalmente, o tempo começa a perder as suas múltiplas e contraditórias “caras” e, gradativamente, vai de novo se tornando em um tempo único. Pois, seguindo essa tendência, na qual o “tempo de trabalho” e o “tempo de não trabalho” seguem o mesmo ritmo, o mesmo caminho, segue-se em direção à superação dessa divisão. O relógio não marca mais somente o rendimento produtivo dentro das paredes das fábricas, mas ganha autonomia para marcar também os passos cotidianos do homem fora do espaço de trabalho, no que Thompson chamava de *esportização do cotidiano*, e os *records*, as *performances*, os *desempenhos* e outros termos associados à produtividade do trabalho hoje formam a base dos treinamentos e competições esportivas e diminui progressivamente a distância entre “tempo de trabalho” e “tempo livre”. “Não é mais nas fábricas que o relógio assegura a posição de um bem que é signo de *status* social, seja pelo seu uso por patrões ou por trabalhadores, mas nas academias esportivas e nas competições onde o recorde e a *performance* são as medidas do novo *status* social” (De Decca, 2002, p. 72).

A importância desta primeira discussão está na compreensão das transformações mais significantes em torno do fenômeno “lazer” e a relação direta que essas transformações encontram no fenômeno “tempo”. Segundo Dumazedier (há quase 50 anos),

em menos de cinquenta anos, o lazer afirmou-se, não somente, com o uma possibilidade atraente mas, também, como um valor. [...] Nos dias de hoje, o lazer funda uma nova moral de felicidade. É um homem incompleto, atrasado e de certo modo alienado, aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar seu tempo livre (Dumazedier, 2001, p. 25).

Nesse sentido, pretende-se, no seguinte tópico, aprofundar a discussão das relações entre o “tempo livre” e as práticas de lazer contemporâneas.

Tempo livre e lazer: um encontro contemporâneo

*Compositor de destinos, tambor de todos os ritmos... tempo,
tempo, tempo, tempo... entro num acordo contigo;
Por seres tão inventivo, e pareceres contínuo... tempo, tempo,
tempo, tempo... és um dos deuses mais lindos...*
– Caetano Veloso (Trecho da música “Oração ao tempo”,
do disco de 1979 *Cinema Transcendental*)

Independente da época, para compreender a organização social, a cultura e até mesmo o misticismo acerca de uma sociedade ou civilização, deve-se compreender sua relação com o “tempo”. Pois o tempo não é somente uma sucessão de eventos que são registrados, uma justaposição de acontecimentos externos, mas origina-se das emaranhadas relações com as coisas em si mesmas, do homem sendo-com-outros-ao-mundo, e, nesse sentido, o homem é tempo (Martins, 1991). O homem é tempo no trabalho e o homem é tempo livre. Mas será que esses tempos são realmente diferentes?

Como já discutido anteriormente, com o cálculo, o planejamento e o lucro, ou seja, com a colonização do “tempo livre” pela racionalidade instrumental, os conceitos de “tempo de não trabalho” e de “tempo de trabalho” tendem cada vez mais a se aproximarem. Segundo Alvarez,

o que a princípio aparecia como um perigoso “resto” para a sociedade do trabalho, o tempo livre que, ao ser utilizado de modo autônomo pelas classes trabalhadoras, criava um espaço de resistência e crítica, vai se tornar gradativamente mais uma das esferas racionalizadas da vida social moderna (Alvarez, 2002, p. 118).

O “tempo livre” não é, nesse sentido, realmente livre, uma vez que carrega todo o peso de um mercado do lazer, de um compromisso com a obrigação, de um descompromisso com o ócio, da necessidade de diferenciar-se do tempo de trabalho. Mas, com a aproximação do tempo do lazer com o tempo de trabalho, o que ocorre é o oposto, e já são comuns os indivíduos que não conseguem se adaptar ao tempo desestruturado dos fins de semana, ou indivíduos que transferem sua obsessão pela atividade do tempo do trabalho para o tempo do lazer, buscando ser tão produtivo no ócio quanto no trabalho, gerando uma vocação não apenas para o trabalho, mas também para o lazer. O lazer não só se perde como possibilidade de uma alternativa à opressão da sociedade técnica, mas também se torna instrumento de duplicação dessa opressão (Alvarez, 2002).

Em face do aumento do tempo de lazer com relação ao tempo de trabalho e dos fenômenos emergentes dessa relação, houve um aumento considerável de estudos sobre o ócio, o lazer e o tempo livre nas últimas décadas, e “os sociólogos instrumentais saem na frente em busca de modelos capazes de garantir o melhor equilíbrio para uma sociedade cada vez mais voltada para o tempo livre” (De Decca, 2002, p. 72). Na atualidade, os estudos sobre o lazer seguem duas tendências distintas e antagônicas, uma que concebe o lazer cada vez mais como mercadoria e outra que considera o lazer como fenômeno social, cultural e historicamente constituído em nossa sociedade (Pinto, 2001). Os autores que trabalham com a visão do lazer como mercadoria consideram que:

O lazer é carregado do sentido de atividade, cumprindo as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento social com fins moralistas (canalização das tensões e reduções dos problemas sociais; válvula de escape e meio de segurança da sociedade), compensatórios (manutenção do *status quo* e descanso voltado à recuperação da força de trabalho) e utilitários (instrumento de paz social e de mercadoria; entretenimento que demanda o consumo de atividades, bens e serviços) (Pinto, 2001, p. 92).

Já os autores que trabalham com a visão do lazer como fenômeno social entendem que da vivência do lazer podem emergir valores questionadores da própria ordem estabelecida, compreendendo o lazer como

componente da cultura, no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível das pessoas, considerando-se, particularmente, a qualidade lúdica dessa vivência. Esse conceito de lazer articula-se com a experiência da recreação no sentido de recriar, gerar algo novo (Pinto, 2001, p. 93).

Nesse mesmo sentido, De Decca (2002) também defende duas visões antagônicas do lazer, que pode ser percebido como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo (que seria compatível com a visão de lazer como fenômeno social) ou pode ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital (lazer como mercadoria). Já Marcellino (1996) afirma que a tendência que se verifica entre os estudiosos na atualidade considera o lazer em vista do tempo (atividades desenvolvidas no tempo liberado das obrigações profissionais, tanto as de trabalho como as familiares, sociais e religiosas) e da atitude (tipo de relação entre o sujeito e a experiência de lazer).

Porém, com o crescimento e fortalecimento cada vez maior das “indústrias de lazer”, que explicita de forma clara que a administração do lazer é um negócio

extremamente rentável, o homem torna-se dependente desse consumo do produto lazer. Os pacotes turísticos são cada vez mais inflados com atrações que cativam cada segundo do turista consumidor, que não tem a oportunidade de um momento maior de contemplação, atrapalhando um possível processo de aprendizagem decorrente da reflexão sobre sua própria prática de lazer. O indivíduo, em vez de trazer para seu cotidiano o lazer, e aprender com essas práticas, prefere usar o lazer como “válvula de escape” ou de “fuga” do cotidiano. Mas Dumazedier já dizia que o lazer só é compreendido quando praticado dentro de uma dialética da vida cotidiana, pois “o lazer não tem qualquer significado em si mesmo” (2001, p. 32).

Parece que, em meio a todas as transformações que permearam o fenômeno “tempo” e, conseqüentemente, “lazer”, o homem se perdeu. Confundiu-se seu senso crítico, e a liberdade de escolha parece ser cada vez mais abafada pela ensurdecadora voz do capital, o que nos leva à pergunta motivadora deste artigo: será que chegamos ao ponto no qual se tornou necessária uma educação para o lazer?

Considerações finais: os tempos da educação para o lazer

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível não para exigir os Direitos do Homem, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo...

– Paul Lafargue (1999, p.112)

Se a ideia de Lafargue fosse factualmente implantada, imagine quanto tempo disponível para o lazer o homem passaria a ter. Mas será que esse indivíduo saberia o que fazer com tanto tempo nas mãos, ou o único beneficiado dessa transição seria o vasto e diversificado mercado do lazer? Segundo Adorno, as pessoas perderam a sua capacidade criativa e “não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas” (1995, p. 74). Mas como será que a cultura do consumo conseguiu driblar a criatividade do homem e tornar-se a principal referência no campo do lazer?

Pois a resposta é bastante esclarecedora. Nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento cultural dava os primeiros passos em direção a uma consolidação nacional, também se iniciava uma sociedade de produção industrial. E foi

assim, quase sem nenhuma tradição cultural, que entramos vulneravelmente na fase de produção, na fase de consumo, situação que sem dúvida favoreceu uma grande influência da indústria cultural, “que tende a gerar necessidades padronizadas, para maior facilidade no consumo, perpetuando ou dificultando a superação de uma situação de conformismo” (Marcellino, 2000, p. 62). Tudo o que a indústria cultural precisava era um meio de divulgação que atingisse o maior número de pessoas o mais rápido possível, mais eficiente que o jornal impresso, e até mesmo que o rádio, e não demorou muito para que a encontrasse.

A televisão, cuja influência determinou modificações sem precedentes na indústria cultural e, conseqüentemente, do lazer, apresentou números de aumento em compras que geraram uma curva pouco comum em qualquer economia doméstica (Dumazedier, 2001). Nos Estados Unidos (onde pela primeira vez a extensão do fenômeno pôde ser observada em escala nacional), em 1945, aproximadamente 10 mil televisores ocupavam as estantes dos americanos. Apenas três anos depois, em 1948, o número já chegava a mais de 1,5 milhão; dois anos depois, em 1950, já eram 10 milhões de televisores; em 1954, 30 milhões, e em 1959 o número chegava a mais de 51 milhões (Dumazedier, 2001). Se nos anos 1920 o comportamento social e o estilo de vida de lazer já seguiam normas e padrões divulgados pelo cinema, pela imprensa tabloide, pelas revistas de circulação de massa e pelo rádio (Featherstone et al., 1990), é possível imaginar a contribuição da televisão para esse quadro.

Com a popularização do aparelho televisor e com o avanço das tecnologias de transmissão audiovisual, propiciando programações cada vez mais diversificadas e inovadoras, a grande parte do tempo disponível passa a ser usufruída nos próprios locais de moradia (Marcellino, 2000), e são muitos os problemas dessa nova cultura sedentária. As atividades de lazer que requereriam certa mobilidade e gasto energético são trocadas por uma prática sedentária. Além do mais, é uma prática de lazer totalmente voltada ao consumo. Segundo Featherstone et al. (1990, p. 10), “a lógica interna da cultura do consumo depende do cultivo de um apetite insaciável para consumir imagens” e essas imagens são, na grande maioria, propagandas que incentivam a perpetuação de uma cultura de consumo indiscriminado.

Outro problema decorrente dessa cultura de lazer ligada à televisão é a sobreposição de culturas política e economicamente dominantes sobre manifestações culturais autênticas, tanto em nível global quanto regional. Não se pretende com essa afirmação classificar a televisão como veículo alienante, uma vez que esta apenas expressa uma manifestação socialmente construída, ou seja, é o próprio coletivo de indivíduos que, assistindo aos seus programas favoritos, escolhem e constroem uma programação. O grande problema é que essa programação sempre seguirá a tendência de uma cultura política e economicamente dominante. Nesse sentido, ocorrerá uma sobreposição dessas culturas dominantes, em nível global (países de primeiro mundo sobre países

de terceiro mundo) e regional (por exemplo, no Brasil, o eixo Rio-São Paulo sobre as demais regiões) sobre as manifestações culturais autênticas das demais regiões, como, por exemplo, uma valorização do *cowboy* americano sobre o sertanejo brasileiro, ou a valorização da beleza da mulher carioca sobre a da mulher nordestina. Marcellino (2000) afirma que esse fato, assim como “o crescente processo de urbanização, vem contribuindo para o desaparecimento de manifestações culturais autênticas, nos vários gêneros, notadamente das festas, tanto lúdico-religiosas como lúdico-folclóricas” (p. 70).

Diante desses fatos, de manifestações de lazer cada vez mais dependentes da indústria do lazer, que, alicerçada sobre a força da propaganda, rapidamente conquista novos espaços de atuação, destaca-se novamente a pergunta que deu origem a esta discussão: será que chegamos ao ponto em que se tornou necessária uma educação para o lazer? Para Marcellino (2000), o aprendizado para o desenvolvimento de atividades no “tempo disponível”, de atividades de lazer, é necessário, e essa educação para o lazer consiste no aprendizado para o uso do tempo livre. Segundo o autor,

para a prática positiva das atividades de lazer são necessários o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação (Marcellino, 2000, p. 58).

Como todo processo educativo, a educação da criança é um dos elementos fundamentais na tentativa de amenizar os problemas vigentes que permeiam o campo do lazer, mas não a educação da criança como “futuro adulto”, e sim como consumidora ativa de cultura. Considerar a criança como um adulto potencial, pensando na transformação do corpo infantil brincante no corpo adulto produtor, supõe que a criança, como criança, nada é. Assim, “o brinquedo deixa de ser um fim em si mesmo e é instrumentalizado em nome da produtividade” e “a criança que brinca é nada mais que um meio para o adulto que produz” (Marcellino, 2000, p. 108). É nessa perspectiva que os estímulos para o lazer são orientados, em uma perspectiva de preparação infantil para a produtividade, o que ocorre pela inserção da criança em escolinhas especializadas em setores culturais de acordo com o que se espera para o seu futuro (Marcellino, 2000).

No entanto, a criança, como criança, é um dos principais alvos do mercado de lazer, pois, além de ter uma infinidade de produtos especificamente a ela dirigidos, também ajuda na formação de hábitos de consumo no âmbito familiar (Marcellino, 2000). Quando o coelhinho de certa propaganda de cereal cativa a criança, toda a família provavelmente passará a consumir esse cereal, ou quando os recreadores infantis de um hotel cativam a amizade de certa criança, muito provavelmente toda a família passará a frequentar o hotel em seu “tempo livre”. Mas a criança, além de consumidora

de cultura, aliás, sendo consumidora de cultura, torna-se também produtora de cultura. Como produtora de cultura, a criança precisa de espaço para essa criação, pois, impossibilitada, torna-se consumidora passiva (Marcellino, 2000). O grande problema é que, na sociedade contemporânea, principalmente nos grandes centros urbanos, as crianças possuem cada vez menos tempo e espaço para essa criação, e a educação que não a considera em sua concretude (e sim como adulto potencial) tende a reforçar essa situação, ao invés de contribuir para mudanças (Marcellino, 2000).

Existem ainda outros riscos precedentes e que derivam da forma como se processa a educação para o lazer, como a possibilidade de se reforçar a ideologia dominante pela orientação por valores conservadores, “compensatórios” (prática de lazer que objetiva compensar a monotonia do trabalho ou da escola), “moralistas” (prática de lazer que reforça o código de moral vigente) ou “utilitaristas” (prática de lazer que reforça os interesses institucionais, como a ginástica laboral, que melhora a disposição do trabalhador ou a aula de educação física, que distrai o aluno entre as aulas “realmente importantes”), que centram os conteúdos e privilegiam o “produto” (Marcellino, 2000). A escola, estando exposta a esses riscos, carrega um papel muito importante no processo de educação para o lazer, uma vez que

os conteúdos vinculados durante as brincadeiras infantis bem como os temas de brincadeiras, os materiais para brincar, as oportunidades para interações sociais e o tempo disponível são todos fatores que dependem basicamente do currículo proposto pela escola (Kishimoto, 1999, p. 39).

No entanto, o que frequentemente se vê no âmbito escolar, nas tentativas de adaptação dos valores vivenciados no lazer com a prática educativa, é uma confusão entre “orientação e motivação” e o simples “deixar fazer”, entre “facilitação para a liberdade de expressão” e “total omissão”, o que é evidenciado por professores espectadores, ausentes do desenvolvimento de atividades, considerando-as como fins em si mesmas e não “parte de um plano de objetivos educacionais a serem atingidos” (Marcellino, 2000, p. 98). O professor deve assumir seu papel como parte ativa do processo educativo, facilitando os meios para a livre expressão da criança e apresentando as distintas e diversificadas alternativas que o lazer oferece. Só assim o lazer poderá assumir-se como potencialidade para o desenvolvimento pessoal e social, “tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade” (Marcellino, 2000, p. 60).

O lazer, enquanto manifestação humana, traz em seu seio as possibilidades de contestação e mudança de atitudes, que, expressas através de ações culturais, podem promover a transformação do estilo de vida das pessoas. Pensar nessa mudança de

postura diante do mundo, assim como em uma nova ordem moral e intelectual, através de uma sinergia entre educação e lazer, é uma possibilidade real.

Para tanto, o campo do lazer tem de ultrapassar a visão simplista apresentada pela indústria do entretenimento, uma visão que reproduz os valores da ordem vigente, regida pelo desejo do consumo. Assim como a educação tem de ultrapassar a visão conservadora, alicerçada numa visão de mundo fragmentada, simplificada, que, focando na parte, perde a riqueza das complexas relações manifestadas numa visão íntegra da realidade (Guimarães, 2004). A educação para o lazer começa na compreensão da relação ser-humano-mundo, pela qual o ser humano, enquanto sujeito histórico, deve ultrapassar o viver, deve existir, que é mais do que estar no mundo, é estar com ele, numa “diálogo eterna” do ser humano com o ser humano, do ser humano com o mundo (Freire, 2000).

Não poderia faltar nestes últimos parágrafos o amplamente discutido conceito de tempo, que permeou toda a apresentação deste artigo. Joel Martins, durante uma palestra proferida na PUC de São Paulo em 1991, lembrou os conceitos de tempo da Grécia Antiga para ressaltar que o homem não é *chronos*, ou seja, um tempo cronológico; o homem é *kairos*, um tempo de prosseguimento além da razão, um tempo vivido em uma determinação consciente e efetiva da nossa existência.

Não há dúvida de que, por toda construção histórica, o *chronos* faz parte do *kairos*, faz parte de nossa percepção de mundo. O grande problema, a nosso ver, é quando as rédeas do tempo estão sob domínio do *chronos*, uma maneira de estar no mundo susceptível ao mercado do lazer, um isolamento perceptivo no lazer de consumo. Considerar o tempo de nossa experiência no mundo é considerar que os tempos de lazer englobam muito mais do que as limitações do tempo *chronos*: o tempo do ócio, da criação, do prazer, da angústia, da educação, em suma, os diversos tempos de intencionalidade.

Referências

- ADORNO, T. Tempo Livre. In: *Palavras e sinais: modelos críticos*. 2.ed. Vozes: Petrópolis, 1995.
- ALVAREZ, M. C. Racionalização, trabalho e ócio: reflexões a partir de Max Weber. In: BRUHS, H. T. *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.
- DE DECCA, E. S. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHS, H. T. *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.
- DE PELLEGRIN, A. Lazer, corpo e sociedade: articulações críticas e resistências políticas. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FEATHERSTONE, M.; HEPWORTH, M.; TURNER, B. S. *The body: social process and cultural theory*. Londres: Sage, 1990.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 6.ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

MARTINS, J. Não somos chronos; somos kairós. Palestra proferida por ocasião do evento *O envelhecer na PUC*. São Paulo: PUC, 23 abr. 1991.

PINTO, L. M. S. de M. Dicionário crítico da educação: Lazer. *Presença Pedagógica*, v. 7, n. 40, 2001, p. 90-93.

SILVA, R. A. *Lazer e processos educativos: o olhar de gestores de clubes de empresa*. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Lazer) – Belo Horizonte: EEEFTO/CELAR/UFMG, 2008. 65 p.

VIEITEZ, C. G. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: BRUHS, H. T. *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.

WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. 4.ed. Porto Alegre: L&PM, 1990.

Qualidade de vida e valores na contemporaneidade: um estudo hermenêutico sobre as possibilidades do ócio para a sociedade do consumo

*José Clerton de Oliveira Martins¹
Francisco Antonio Francileudo²*

RESUMO: O ócio e a qualidade de vida do ser humano. O estilo de vida, o consumismo e o ato de sempre fazer algo levam o ser humano a ter má qualidade de vida e a viver em uma “caverna” contemporânea. O ócio humanista, de Cuenca (2003), é apontado como auxílio para reverter essa situação e proporcionar boa qualidade de vida agregada à saúde física e mental do ser humano. Nesse caso, o ócio humanista de Cuenca é usado sob a perspectiva da hermenêutica e sob métodos qualitativos e interpretativos, com abordagens e experimentos que se ajustam às necessidades, aos interesses e às preferências do ser humano.
PALAVRAS-CHAVE: ócio humanista; contemporaneidade; qualidade de vida.

ABSTRACT: Leisure and the life quality of the human being. The life style, the act of consuming things and the act of doing something permits the human being to have a bad life quality and, to live in a “contemporary cave”. The humanist cave of Cuenca (2003) is pointed in this case as a help to revert this situation, and to propose nice quality of life joined to physical and mental health. In this case, Cuenca’s leisure is observed under the perspective of the hermeneutic view, and under the interpretative and qualitative methods that act to the necessities, interests and preferences of the human being.

¹ Doutor em Psicologia e Pós-Doutor em Ócio e Desenvolvimento Humano. Professor titular do programa de pós-graduação em psicologia da UNIFOR. Contato: avenida Washington Soares, 1321 – 60811-905 – Fortaleza-CE; e-mail: jclertonmartins@gmail.com.

² Mestre em Psicologia pela UNIFOR e doutorando em Psicologia. Professor titular da Faculdade Católica de Fortaleza – FCF. Contato: avenida Alberto Craveiro, 2300 – 60861-212 – Fortaleza-CE; e-mail fafleudo@hotmail.com.

KEYWORDS: humanistic leisure, contemporary, life quality

RÉSUMÉ: Le loisir est la qualité de vie de l'homme. Le genre de vie, le consumisme et le coutume d'être toujours actif, est la cause de la mauvaise qualité de vie de l'homme d'une vie permanente dans une "caverne" contemporaine. Le "ocio humanista" de Cuenca (2003) est indiqué comme une aide pour tourner cette situation et proportionner une bonne qualité de vie avec une santé physique et mentale de l'homme. Du fait, le "ocio humanista" de Cuenca est utilisé dans la perspective de l'hermeneutique et avec dès methodes qualitatives et interpretatives, avec des abordages e expériences que sont adéquates aux necessites et préférences de l'homme.

MOTS-CLÉS: loisir humain; contemporanéité; qualité de vie.

RESUMEN: El ocio y la calidad de la vida humana. El estilo de vida, el consumismo y el acto de estar siempre haciendo algo, se necesita a los seres humanos tienen mala calidad de la vida y vivir en una "cueva" contemporáneo. El humanista de ocio de Cuenca (2003) está indicado como una ayuda para revertir esta situación y proporcionar buena calidad de vida para la salud global física y mental de los seres humanos. En este caso, el humanista de ocio de Cuenca, se utiliza desde la perspectiva de la hermenéutica y los métodos de los enfoques cualitativo y de interpretación y los experimentos que se adapten a los intereses, necesidades y preferencias de los seres humanos.

PALABRAS CLAVE: ocio humanista; contemporáneo; calidad de la vida.

Objetivo

Refletir, com base na interpretação hermenêutica, sobre o ócio como potencializador da qualidade de vida na sociedade contemporânea.

Introdução

A dinâmica de funcionamento da sociedade contemporânea acontece em um processo contínuo. À medida que surgem alterações nas relações interpessoais, surgem também modificações em âmbito geral. Nesse sentido, na sociedade contemporânea é possível verificar que, cada vez mais, essas alterações ocorrem em uma velocidade maior e até mesmo assustadora.

As alterações podem ser tanto tecnológicas quanto relacionais e, geralmente, elas estão juntas. Portanto, não há dúvidas de que a sociedade está em constante processo de modificação (Bauman, 1998).

Assim, necessidades são criadas e passa-se a valorizar o Ter em detrimento do Ser. O ser humano passa a adquirir valor pelo que possui em termos materiais e não diante do que é (Fromm, 1977).

O poder econômico e financeiro, o poder midiático da maneira como se compreende são o aparato ideológico da globalização. É o sistema que, em certa medida, constitui o modo de inscrever, no disco rígido do cérebro, o programa para que se aceite a forma globalizada de ser e existir.

Na era da informação, passa-se a seguir o que está em “alta” na mídia. Age-se, veste-se, saboreia-se o que os meios de comunicação atestam como correto, necessário e até imprescindível.

É impensável não estar conectado via tecnologia de comunicação móvel ou internet. O sujeito contemporâneo é um sujeito “plugado” em muitas conexões, mas distante de si mesmo e de sua natureza humana. Essa necessidade construída está tão presente que aquele que não possui esses aparatos contemporâneos se apresenta excluído do meio social, “desligado” da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, tudo adquire valor comercial, fazendo-se necessário filtrar as informações e refletir sobre a cultura de supervalorização do trabalho e exploração que se instalou na sociedade contemporânea.

Nessa forma de pensar, o fruto do trabalho volta-se apenas para o consumo e, geralmente, em padrões em que os gostos, comportamentos e estilos são homogeneizados. Na verdade, isso nem sequer é perceptível, uma vez que existe algo que impulsiona a adoção de condutas “comuns”.

Domenico de Masi (2000) defende a possibilidade de alcançarmos outros ideais que não apenas a necessidade de estar o tempo inteiro em atividade. Afirma que o trabalho pode oferecer dinheiro, prestígio e poder. Contudo, um tempo reservado ao ócio oferece, sobretudo, a possibilidade de introspecção, de jogo, de convívio, de amizade, de amor e de aventura.

É necessário não apenas ter uma profissão, mas também ter educação para as coisas simples da vida e que passam despercebidas, como poder ter condições e conhecimento para escolher um bom livro ou para simplesmente admirar as belezas da natureza (De Masi, 2000).

As pessoas estão sempre apressadas; apenas desempenham os seus papéis na sociedade e não pensam sobre si. Por isso, é primordial educar para a possibilidade de não apenas trabalhar, mas também de refletir sobre a vida:

Educar para o ócio significa ensinar a escolher um filme, uma peça de teatro, um livro. Ensinar como se pode estar bem sozinho, consigo mesmo, significa também levar as pessoas a habituar-se às atividades domésticas e com a produção autônoma de muitas coisas que até o momento comprávamos prontas. Ensinar o gosto e a alegria das coisas belas. Inculcar a alegria (De Masi, 2000, p. 235).

A existência do homem não deveria ser norteada apenas pela pressa, pela vida de trabalho, pela vida de consumo, mas também pela possibilidade de contemplação, de reflexão, importante na sociedade atual, especialmente para que se possa compreender qual a realidade que nos cerca. É preciso desacelerar a vida para perceber de forma mais detalhada o que acontece (Salis, 2004).

Nesse contexto, somente com a recuperação do conhecimento do homem acerca de si mesmo é que será possível sair desse processo de padronização e perceber que existem singularidades, pois cada indivíduo é um ser único e possui a necessidade da autonomia na busca de suas realizações mais peculiares.

A busca do tempo perdido só ocorrerá a partir do momento em que se consiga estabelecer uma quebra nessa relação mecânica de reprodução, uma destruição das engrenagens de articulação desse processo de esquadrinhamento da vida, a partir do desmantelamento do processo unívoco de ver e se articular com o mundo. Isso significa o desarticular de uma estrutura de homogeneização dos homens e suas relações, passando-se a um processo de singularização. Todavia, a reapropriação dessa subjetividade será requerida, bem como, e a partir daí, a recuperação e retomada do controle da vida pelo homem.

Somente por meio do conhecimento sobre si mesmo e através da possibilidade de entender-se como um ser singular e não como uma massa de manobra é que será possível aos homens e mulheres recuperar o controle da sua própria vida.

O ser humano que a contemporaneidade elabora hoje, quase artificialmente, é um ser que corre grandes riscos de perder a sua identidade individual em virtude da crise de sentido na qual estamos imersos.

Nesse entorno, desenhado por tantos autores, pontuamos as possibilidades do ócio, na sua compreensão autotélica, como um instrumento que, através da contemplação, criação e consolidação do valor ético da vida, pode contribuir para transformações substanciais para a qualidade de vida na contemporaneidade.

Como consequência teríamos indivíduos em harmonia, que não adoeceriam com facilidade e resistiriam muito bem à velhice e aos agentes externos; mas, em desarmonia, adoeceriam o corpo e a alma, não importando a idade que tivessem (Salis, 2004, p. 91).

Portanto, o papel do ócio na contemporaneidade pode possibilitar que o progresso empreendedor não coloque sob ameaça a vida humana, mas que, através da

experiência do ócio, da permanente busca da sabedoria pela contemplação, homens e mulheres se tornem fecundos e criadores. Além de produtivos.

No entanto, surgem algumas perguntas: quais os valores que identificamos no ócio para um câmbio que possa levar a uma qualidade de vida melhor na sociedade contemporânea? Paradoxalmente, observamos que os valores que o tempo livre e o ócio tomam nessa nossa sociedade adquirem conotações secundárias de importância e se voltam à compra de serviços e experiências fugazes, operacionalizadas pela indústria do entretenimento, reforçando os valores da sociedade do consumo.

Partindo dessas questões e com foco na crítica reflexiva nos debruçamos nos trabalhos publicados recentemente por autores que focalizam a experiência subjetiva do tempo livre, para nos conduzir em nossas reflexões sobre os valores do ócio na contemporaneidade.

Metodologia

Para o presente estudo, foi utilizado o método qualitativo de interpretação hermenêutica. A situação hermenêutica, portanto, impôs a necessidade de se ter consciência crítica de que todo trabalho científico é um caminho de investigação.

Os procedimentos utilizados foram uma atitude e uma prática teórica interpretativa de constante busca, análise e definições de conceitos que se aproximassem da realidade, sendo esta apresentada “através de uma carga histórica e que refletissem posições frente a realidade” (Minayo, 1994, p. 23). Assim, aplicou-se a hermenêutica à pesquisa, observando-se os seguintes passos: dimensão histórica, localização temporal, identificação do sujeito com o objeto analisado, através de leitura exploratória das informações e seleção dos dados considerados mais relevantes. A interpretação das ideias dos autores, acompanhadas de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador e um exercício de associação de ideias, transferências de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar.

Nessa investigação interpretativa, foram convocados pesquisadores que dialogam sobre a compreensão de ser humano, ócio, subjetividade e valores na contemporaneidade, como: Domenico de Masi (*O ócio criativo*, 2000); Bauman (*O mal-estar da pós-modernidade*, 1998); Doistua (*Introducción a la historia de los estudios de ocio en el siglo xx*, 2006); Cuenca (*Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*, 2003) Sánchez (*La experiencia de ocio: una mirada científica desde los estudios de ocio*, 2008); Viso e Ortuzar (*Ocio para todos: reflexiones y experiencias*, 2002); Henrique Vaz (*Antropologia filosófica*, 2006); Cuenca e Martins (*Ócio para viver no Século XXI*, 2008).

Dentro desse contexto metodológico, o conhecimento da realidade não é apenas a simples transposição dessa realidade para o pensamento; pelo contrário, consiste

na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá gerar uma síntese, o concreto pensado (Quiroga, 1991).

É indispensável enfatizar que o pensamento tem que estar em constante diálogo com a realidade, ou seja, as categorias são apreendidas a partir da realidade da observação do movimento histórico e real (Pontes, 1997).

A visão contemporânea sobre ser humano

As mudanças que aconteceram ultimamente levam a uma reflexão: para se definir o período da modernidade à contemporaneidade, pode-se dizer que ambas envolvem um estilo de vida em que a colocação em ordem da vida humana e da estrutura social depende do desmantelamento da ordem “tradicional”. Esta foi herdada e recebida, onde o “ser” significa um permanente novo começo (Bauman, 1998).

Compreende-se o ser humano dentro desse contexto como um ser instável e tentado a interromper o percurso de seus projetos e metas, conduzindo-se pelas permanentes mudanças. Um número sempre crescente de homens e mulheres contemporâneos está imerso nas repetidas ondas de nostalgia, prevalecendo a aflição e a incerteza, que geram a busca de experiências de aventuras e diminuem paulatinamente o compromisso.

O homem contemporâneo prefere opções abertas. Nessa mudança de disposição da realidade social, homens e mulheres são ajudados e fortalecidos por um mercado inteiramente organizado em torno da procura do consumidor. Vigora o interesse em manter uma permanente insatisfação, excitando o apetite dos consumidores para sensações cada vez mais intensas e experiências novas com estilos e padrões de vida livres e concorrentes.

Tem de mostrar-se capaz de ser seduzido pela infinita possibilidade e constante renovação promovida pelo mercado consumidor, de se regozijar com a sorte de vestir e despir identidades, de passar a vida na caça interminável de cada vez mais intensas sensações e cada vez mais inebriante experiência (Bauman, 1998, p. 23).

Para melhor se conceber o homem contemporâneo, convém que se faça um passeio pelo pensamento sobre ele nas últimas décadas, quando pensadores se fizeram a pergunta: que é o ser humano? A concepção e as qualidades que a atual conjuntura valorizam são: a sensibilidade, as emoções e a paixão integrando uma totalidade orgânica e estrutural do homem. Contudo, o individualismo vai definindo um sentimento e jeito de ser e viver. Passa-se do racionalismo moderno e se desenvolve uma ideia de

pessoa humana que tem prevalecido no último século como o radiador dos principais aspectos sobre o pensamento da experiência humana como eminentemente existencial.

A concepção hegeliana sobre a humanidade integra os principais traços que definem o homem na visão clássica, cristã e moderna, inaugurando um dos grandes estágios do humanismo ocidental. Trata-se de uma gradação que não deve ser entendida como superposição, e sim como um movimento dialético que integra cada nível da inteligibilidade do todo na estrutura e ideia do homem como totalidade.

Assim, a visão contemporânea vai paulatinamente definindo-o como um ser sensível, cheio de carências, tendo uma relação objetiva com o mundo. E essa relação permite caracterizá-lo como ser genérico aberto aos outros homens e como a totalidade do gênero humano que, na verdade, é o sujeito real com seus atributos individuais, sociais e culturais. Essa concepção de humanidade dissipa a ilusão do Deus transcendente e descobre na relação essencial “eu-tu” o caráter radical e fundante da experiência do outro.

É na noção de necessidades humanas que também Marx encontra a definição de ser humano. As necessidades, sejam biológicas, psicossociais e culturais, tornam-se o fato fundamental aos olhos de Marx, como apresenta Ianni (1988) para caracterizar a sua visão de ser humano. É o caráter social e a interpretação das necessidades que constituem o fundamento para o estudo de sua plena satisfação, ou seja, de sua satisfação segundo uma medida plenamente humana, o que se supõe terá lugar na sociedade comunista (Vaz, 2006).

No entender de Vaz (2006), seguindo-se ao pensamento de Marx, tem-se a visão de Nietzsche sobre o ser humano, que se articula em dois planos etimológicos: no plano da ontologia e no plano da cultura. Tal visão define-se por ser oposta à tradição grega e à tradição cristã. Em Nietzsche, apresenta-se de modo radical a dissolução da imagem ocidental do ser humano, cujos inícios remontam à Renascença.

Para Vaz (2006), Nietzsche empreende uma crítica radical a toda tradição, que culmina no dualismo cartesiano que faz da consciência o núcleo ontológico do ser humano. “A consciência, para Nietzsche, é apenas um instrumento de uma unidade superior que ele denomina *corpo* e que constitui a totalidade do indivíduo” (Vaz, 2006, p. 127).

O ser é o indivíduo que se estrutura a partir do movimento da vida individual e social, que tem seu ápice no ato criador. Segundo Vaz (2006), é esse ato que define o sentido mais profundo do ser como possibilidade, ou ponto de transição para o super-homem composto pela visão nietzscheniana do ser.

A influência contemporânea dessa concepção desenvolvida pelas ciências humanas opera uma revisão profunda no problema das relações do homem com a natureza, afastando-se progressivamente da relação homem-natureza, homem e Deus, gerando uma relação meramente humana. Por isso, o pensamento contemporâneo, quando faz

a pergunta ontológica fundamental “o que é o ser?”, remonta às distintas concepções de vários pensadores na historiografia sobre tal significação.

Como não é possível apresentar todas as definições sobre o ser humano encontradas na contemporaneidade de maneira sintética, foram apresentadas as principais concepções e os principais modelos e visões sobre o ser. Dentre estes se destaca a visão existencial, que encontra em Kierkegaard seu ponto alto.

Para ele, “trata-se da existência cristã como existência do indivíduo que manifesta sua singularidade irreduzível na explicação lógica ao alçar sua liberdade no salto absurdo da fé” (Vaz, 2006, p. 129). A visão personalista contemporânea do homem trabalha com a categoria de pessoas, utilizando e distinguindo níveis epistemológicos como ontológicos, éticos, políticos, psicológicos e pedagógicos. São concepções do ser segundo os diversos tipos de filosofia que empregam essas categorias.

A concepção personalista caracterizada pela inspiração cristã é a da afirmação do Deus pessoal transcendente como paradigma e fim único do ser. Os personalistas mais conhecidos são: Maritain (1882-1973) e Mounier (1905-1950), que mantiveram estrita fidelidade ao tomismo, porém formulando uma concepção de homem largamente aberta aos grandes problemas da civilização contemporânea.

Outro modelo de compreensão contemporâneo é o materialista de Marx, que, em última análise, define o homem como produtor. Dessa pluridiversidade de visões sobre o contemporâneo, uma espécie de invariante conceptual permanece: a de que o homem é o ser universal ou receptáculo intencional de toda a realidade.

Diante dessas concepções e desses modelos, convém dizer que a preocupação da contemporaneidade se expressa na tendência cada vez mais acentuada de viver num estado de permanente pressão, para se despojar de toda interferência coletiva no destino individual, tendendo a fortalecer a intrínseca inclinação ao descompromisso, à indiferença e à livre competição.

A imagem que o homem contemporâneo tem de si é de uma série de novos começos, que “se experimentam como formas instantaneamente agrupadas, mas facilmente demolidas” (Bauman, 1998, p. 36). Nelas, a arte de esquecer é mais evidente do que a de memorizar. É característica do ser humano contemporâneo viver permanentemente com um “problema de identidade não resolvido” (Bauman, 1998, p. 38). O que se constata é ele sofrer com uma crônica falta de recursos que possam ajudá-lo a construir uma identidade verdadeiramente madura e sólida.

Portanto, o mundo contemporâneo está marcado por uma desarticulação, fruto de uma condição social que concebe o homem como um ser pluriversal, no sentido de que, na representação da sua situação em face da realidade, opera-se uma inversão na direção dos vetores que circunscreve o lugar ontológico do sujeito.

Esse ser universal, visto pela reflexão contemporânea como sujeito inserido na realidade, irradia cada vez mais a concepção da pluralidade em duas direções funda-

mentais: a do espaço ontológico da presença e a realidade e a dimensão do pensamento que descobre a diversidade de saberes que envolvem a ação e constrói a ordem humana da sua presença no mundo.

A linguagem surge como a ação primeira, o agir propriamente dito e o mundo humano no qual o próprio homem é tomado como paradigma de valor dos diversos humanistas (Vaz, 2006, p. 137),

de forma que o que dá razão ao problema fundamental do homem contemporâneo é a multidiversidade do lugar e do espaço do ser, que, no paradoxo de interrogar-se, irradia sua dúvida a todas as dimensões da existência.

O ócio numa perspectiva humanista

No campo dos estudos de ócio, o Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto na Espanha tem se convertido em uma referência para as pesquisas sobre o tema, pelos seus elevados níveis de especialização e leituras integradoras do fenômeno (Doistua, 2006).

Cuenca (2003), pesquisador do referido instituto, introduz nos temas sobre o ócio o perfil humanista, influenciado pelo personalismo filosófico, assim como por uma permanente preocupação com a educação para tal fenômeno. Assim, o ócio com essa conotação humanista torna-se uma experiência integral de personalização. É também um direito fundamental, uma experiência de grande valor, que pode dar respostas para as grandes crises de sentido vividas pela humanidade no momento atual.

A construção desse referencial teórico tem seu início por volta de 1988 na Universidade de Deusto, em Bilbao, Espanha. Esse processo passa pelas origens e reminiscências clássicas do ócio, procurando catalogar suas experiências desde a Antiguidade até a contemporaneidade, convocando a visão multidisciplinar e promovendo a verdade possível nas realidades múltiplas de abordagens.

Para a construção de tal referencial, Cuenca (2003) compreende ócio como uma experiência gratuita, necessária e enriquecedora da natureza humana que integra a forma de ser de cada pessoa, sendo a expressão de sua identidade e tendo relação com a vivência de situações e experiências prazerosas e satisfatórias.

Com efeito, a vivência humanista do ócio não é dependente da atividade em si, nem do tempo ou do nível econômico de quem a vivencia, mas sim está relacionada com o sentido atribuído por quem a vive. Contudo, vale salientar que “a pessoa formada é capaz de converter cada experiência de ócio em uma experiência de encontro. Cada encontro é uma recriação que proporciona vontade de viver” (Cuenca, 2003, p. 63).

Assim, para as pessoas atingirem seu pleno potencial de ócio, elas precisam estar envolvidas nas decisões que determinam suas condições, já que ele não pode ser separado de outras metas da vida. Para atingir um estado de bem-estar físico, mental e social, um indivíduo ou grupo deve ser capaz de identificar e realizar aspirações, satisfazer necessidades e interagir positivamente com o ambiente.

O ócio é, portanto, visto como um recurso para melhorar a dignidade da vida, visto que muitas sociedades em todo o mundo estão caracterizadas pela insatisfação crescente, estresse, tédio, falta de atividade física, falta de criatividade e alienação na vida cotidiana das pessoas.

Pelo que se pode perceber, neste mundo agitado e competitivo, estamos passando por profundas transformações sociais e econômicas, que produzem mudanças significativas no padrão de vida e na quantidade de tempo livre disponível para o indivíduo durante o transcorrer da existência. Essas tendências têm implicações diretas numa gama de atividades da vida profissional, que influenciam na demanda de sofrimento ocasionado pela ausência de ócio.

Para Cuenca (2003), a vivência humanista do ócio é percebida pelo sujeito como experiência de satisfação livre de qualquer aprisionamento, com um fim em si mesma. Considera ainda que o ócio é uma necessidade primária, implicando uma educação, uma percepção subjetiva que gera influência positiva na vida pessoal e no entorno social. Desse modo, os estudos sobre o ócio têm proporcionado um conhecimento sobre o homem e esclarecido experiências e posicionamentos em defesa dele.

O ócio é caracterizado pela referência à pessoa, no que diz respeito ao caráter intrínseco e extrínseco de sua vivência. Trata-se de uma necessidade pessoal, e sua satisfação constitui um requisito indispensável de qualidade de vida (Cuenca, 2008, p. 68). Essa experiência de satisfação possibilita a motivação, impulsionando a ação, e seus resultados ocasionam bem-estar do ponto de vista psicológico.

Nesse sentido, o ócio é também um viés de interação entre valores e modos de vida. A experiência deste possibilita o desenvolvimento e a vivência de valores em múltiplos campos da vida humana, tais como: “A felicidade ou a autorrealização da pessoa” (Cuenca, 2008, p. 69).

O verdadeiro ócio é aquele vivido sem finalidades utilitaristas, é o que se manifesta em qualquer dimensão desinteressada da vida humana como no âmbito lúdico, ecológico, criativo, festivo, solidário.

Portanto, para melhor apresentação de resultados físicos e psicológicos da experiência do ócio, Cuenca (2004) recomenda a capacitação e a educação para tais valores, pois se trata de uma experiência que oferece recompensas imediatas e requer muito pouco em treinamento específico para atingir o seu desfrute. Tanto a preparação como a prática do ócio permitem adquirir habilidades que possibilitam a prática unida ao esforço continuado de superação de situações imprevistas que implicam a perseverança.

A educação para o ócio oferece o desenvolvimento de valores e atitudes que melhoram a qualidade de vida do sujeito que se dispõe a vivenciá-lo. Desse modo, a experiência humanística do ócio deve ser “uma vivência integral e relacionada com o sentido da vida e os valores de cada um, coerente com todos eles. A formação facilita esse processo, fazendo que a educação do ócio não se refira somente à infância, mas a todas as idades” (Cuenca, 2008, p. 71).

Para Sánchez (2008), a concepção humanista da experiência do ócio neste novo milênio requer uma abordagem num contexto social e econômico que centralize a satisfação de desejos através do consumo. Assim, a experiência de ócio do século XXI deve ter um viés de direito humano fundamental e um fator de desenvolvimento tanto pessoal como social que satisfaça as dimensões psicológicas, sociais e econômicas. Dessa forma, quando se fala dessa perspectiva humanista, a experiência do ócio deve ser entendida como “uma experiência humana, integral, quer dizer, centrada em situações queridas, autotélicas e pessoais” (Sánchez, 2008, p. 44-45).

Seguindo essa compreensão, Cuenca (2003) apresenta um modelo aberto com características metodológicas múltiplas. Nesse sentido, convém salientar o estudo interdisciplinar que realiza sobre o ócio como parte da reflexão específica das ciências sociais, naturais e humanas. E, através de um resgate histórico hermenêutico, vem sendo desenvolvida a restituição de seu sentido como aspecto essencial do saber e como meio que ajuda a compreender os sofrimentos psíquicos da contemporaneidade. Assim, ócio, na perspectiva da visão humanística, é uma experiência que recria e dá vida e não pode ser uma experiência superficial, mas que deve estar relacionada à vida interior e aos valores básicos (Cuenca, 2003, p. 63).

Outra característica essencial, e talvez a principal da verdadeira compreensão humanística, é o que Cuenca (2003) chama de *autotelismo*, ou seja, a experiência do ócio em si mesmo. É o ócio que não se justifica pelo trabalho, que também não se justifica pelo ócio. É o ócio entendido em seu sentido mais puro, buscando pela experiência a realização de algo sem pretensão de qualquer eventualidade fora de si mesmo. Para tanto é necessária a formação do sujeito contemporâneo para vivenciar o ócio como parte de sua vida e algo que deve estar presente do princípio ao fim da existência. Isso é uma recomendação desde sempre, pois as gerações atuais encontram-se em uma época em que a prática do ócio tem um papel essencial como resgate do equilíbrio físico, psíquico e bem-estar social.

Uma sociedade com qualidade de vida seria aquela que garantisse a satisfação das necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde, educação, ócio...) sobre uma base de igualdade, respeito e não discriminação. Significa o reconhecimento da importância da vida cotidiana, do seu contexto ambiental e social,

assim como o reconhecimento e a satisfação da comunidade pelo fato de poder satisfazer adequadamente tais necessidades (Cuenca, 2006, p. 77).

Também se destaca a função preventiva do ócio e os efeitos benéficos para a saúde e a qualidade de vida comunitária, de forma que o exercício adequado do ócio reduziria quantitativa e qualitativamente problemas e enfermidades presentes no histórico das doenças do século XXI. Dentre estes, destacam os pesquisadores problemas como o álcool, drogas, estresse, depressão, conflitos familiares e outras patologias que surgem em consequência de uma vida caracterizada pela falta de sentido, aborrecimento e ausência de tempo para si, para a contemplação e meditação.

Enfim, a prática de um ócio faz com que o sujeito contemporâneo suporte melhor as pressões apresentadas pelo sistema social globalizado e encare os momentos críticos transformando-os em elementos de desenvolvimento pessoal. E essa compreensão está sustentada por três bases fundamentais: percepção de livre escolha, fim em si mesmo e sensação gratificante (Cuenca, 2004).

A partir dessa percepção, infere-se que o sentido da vivência do ócio possibilita contextos e experiências que podem ser âmbitos para a recriação da vida, proporcionando a retomada de valores, presentemente, olvidados no corre-corre de nossa sociedade apressada e sem tempo, apesar dos avanços da tecnologia.

O ócio na contemporaneidade

Então, para que serve o ócio, hoje? Quais são as consequências da vivência dessa experiência? Ela se relaciona a valores que estão ligados à dimensão da interioridade da pessoa, como o bem-estar, o prazer, a diversão e a felicidade.

O ócio para o homem contemporâneo pode ser pensado como um potencial de motivação, de aprendizagem e conhecimentos inovadores que facilitam o desenvolvimento completo da personalidade e colaboram para uma individualidade saudável e uma vida social equilibrada. Essa experiência proporciona ao sujeito equilíbrio psicológico, desenvolvimento pessoal na relação consigo mesmo, com o trabalho, com as outras pessoas e com a natureza.

Dessa forma, tal vivência tem uma função terapêutica; por isso, pesquisadores como Cuenca e Martins (2008) consideraram que o ócio contribui para manter um bom estado de saúde. Fisicamente, trata-se de resistir à vida sedentária, insana e pouco higiênica. Do ponto de vista mental, traz as funções psicológicas da meditação, do descanso, da criação e da diversão (Cuenca, 2003).

O sentido psicológico da vivência do ócio está no fato de ele ser uma experiência humana relacionada com os nossos valores e significados profundos (Cuenca, 2003, p. 91).

É uma experiência que se torna fonte de desenvolvimento e prevenção, pois é integral, relacionada com o sentido da vida e os valores de cada um, coerente com a opção de vida que escolheu. Por isso, fala-se de uma experiência em si que leva a pessoa a *ser* e *ser mais*; é uma experiência ontológica, diferenciando-se de outras vivências por sua capacidade, seu sentido e sua potencialidade geradora de encontros criativos que proporcionam desenvolvimento pessoal.

A vivência do ócio ganha importância e qualidade à medida que ultrapassa a trivialidade e se encarna na vida, rompendo com as barreiras de tempo objetivo imposto pela contemporaneidade. Trata-se, assim, de uma experiência ótima e, quando vivenciada, a meta central do *Self* será seguir experimentando e voltar a ter outra experiência, de forma que esta se converta em algo que afeta a ação do sujeito.

A sociedade contemporânea, com sua estrutura engessada e mecanizada, transforma o comportamento em reações mecânicas, gerando uma sensação de vazio, sobretudo naquilo que se está realizando. Tudo que é realizado é cobrado, de modo que se vai perdendo paulatinamente a espontaneidade, a criatividade e a liberdade. A sociedade do consumo oferece tudo pronto.

Dentro dessa conjuntura, é necessário compreender o ócio como uma experiência que traz sentido para os indivíduos e para a sociedade. É também conveniente resgatar através da interpretação hermenêutica o ideal dos gregos. O ócio era a ocasião para realização da excelência em todas as coisas. O ócio na sociedade grega antiga se definia como a contemplação dos valores supremos do mundo: a verdade, o bem, a beleza e o conhecimento. O ócio relacionava-se com a vida plena (Sánchez, 2008, p. 68).

Hoje, a compreensão da experiência do ócio, antes de tudo, deve ser uma experiência pessoal que traz sentido interior e gera a relação interpessoal e o compromisso social. É uma experiência de interioridade com uma infinidade de expressões, intensidades e significados que devem direcionar o sujeito a experimentar o ócio e assim percebê-lo como realização, experiências memoráveis, significativas e responsáveis (Sánchez, 2008, p. 81).

Em termos subjetivos, a experiência do ócio adquire um papel importante dentro do contexto da contemporaneidade, pois este integra a forma de ser de cada pessoa, tornando-se expressão de sua identidade, sendo que seu sentido é atribuído por quem a vive. A pessoa envolvida consciente e abertamente à experiência descobre que seu próprio organismo merece e pode ser educado de modo a conduzir à satisfação em cada situação.

Para viver com sentido em tempos contemporâneos, os estudiosos de ócio propõem imbuir-se da prática diária de tempo para si mesmo, para o descanso, o movimento e a quietude, o silêncio, a solidariedade, para dar e receber “o encontro da pessoa consigo mesma e a busca do equilíbrio interior. São indicadores de saúde, do mesmo modo a forma com que o homem utiliza seu tempo de vida” (Viso e Ortuzar, 2002, p. 35).

O sentido por excelência da vivência do ócio está no contributo que essa prática traz para o desenvolvimento humano. Por que, ao se fazer um resgate histórico hermenêutico do sentido do ócio, percebe-se que ele está entrelaçado com o viés da psicologia social. O fenômeno psicossocial implica que se contextualize a vivência do ócio dentro da história e da cultura na qual ele é experimentado. “O ócio como fenômeno psicossocial, com foco na relação da experiência de ócio com o desenvolvimento e formação do sujeito, no sentido de harmonizar e aprimorar quem o experimenta” (Cuenca e Martins, 2008, p. 57).

A psicologia social do ócio tem adquirido um papel relevante em seus estudos, sendo, conjuntamente com a sociologia e a filosofia, a disciplina que tem apontado metodologias favoráveis aos estudos do ócio. Dentre os muitos estudos realizados, destacam-se aqueles que procuram explicar a conduta e a vivência do ócio nessa perspectiva subjetiva.

O ócio é um estado mental de caráter subjetivo. “Ociar” é participar de uma atividade levada a cabo por si mesma livremente e sem coerção; fazer algo de que deriva significado e satisfação e nos implica em nossa essência (Cuenca, 2006, p. 125).

Em algumas situações, a experiência de ócio pode significar a oportunidade de se estar sozinho e desfrutar da contemplação, da meditação e da solidão, especialmente em se tratando da realidade dos grandes centros urbanos atuais. Estes, por sua vez, com o gigantesco fluxo de automóveis, o barulho dos sons e a agitação de pessoas, necessitam cada vez mais da criação de oportunidades para que solitariamente se estabeleça uma conexão com o *self*.

Por isso que retornar às experiências de contemplação e criação vividas pelos gregos são ações inspiradoras para melhor se viver em meio à agitação contemporânea. Já o ócio vivido pelos romanos, como experiência de retiro, ajuda na conexão com o próprio *self*.

O ócio lúdico no período medieval contribuiu para a espontaneidade e o bem-estar. Contudo, na modernidade, o trabalho e o lucro tornaram-se o centro da vida e espaço da construção da subjetividade, chegando aos dias de hoje. Por isso, a experiência de ócio cada vez mais se torna um benefício para a saúde física e mental e um contributo para o bem-estar dos homens e mulheres contemporâneos. Na contemporaneidade, considera-se que a experiência de ócio traz benefícios para o sujeito no âmbito formativo, do entretenimento, do descanso e na construção de uma personalidade saudável.

A experiência de relaxamento pode clarear ideias e ratificar valores, na medida em que nos liberta de comportamentos automáticos, ainda que seja apenas um parêntese na vida cotidiana. O relaxamento em níveis mais profundos e frequentes se apresenta como uma porta de entrada para o autodescobrimento,

uma vez que a pessoa se liberta de seus hábitos mentais e automatismo, mergulhando em estado de silêncio interior e tranquilidade (Cuenca e Martins, 2008, p. 61).

Nessa perspectiva do entendimento psicológico do ócio, é conveniente reafirmar que ele é uma experiência que reside no indivíduo e não na atividade, podendo ser experimentado independente de tempo e espaço.

Ócio define-se como uma forma de fazer e como uma maneira de estar no tempo, ou seja, trata-se de uma atividade pessoal com a qual realizamos algo ou não. E essa atividade pessoal é, em outras palavras, a dimensão psicológica da experiência do ócio (Cuenca e Martins, 2008).

Considerações finais

Os benefícios que a experiência do ócio proporciona nos planos psicológico e afetivo fazem sempre referência à motivação e à liberdade. É instrumento indispensável para o ajuste das dimensões física e mental, incluindo nestas o exercício da atividade, o contato pessoal, a oportunidade de conhecer pessoas e a satisfação interior. Uma experiência de ócio plena deveria proporcionar a autoescuta, a escuta ao outro ou da natureza e a expressão autêntica de si mesmo, enquanto escolha livre e motivação pessoal.

Assim, a psicologia do ócio apresenta-se como um caminho de construção do sujeito, de estruturação da personalidade e de meio de restauração do equilíbrio físico e psíquico. Entende-se aqui o ócio como um dispositivo de crescimento pessoal e benefícios para o desfrute de um maior bem-estar. É um estado particular da mente que ocorre em condição de liberdade e motivação intrínseca ou extrínseca e se caracteriza por orientar-se para uma meta ou significado. Por isso que, subjetivamente, as experiências de ócio positivas caracterizam-se por experiências ótimas, consideradas oportunas para a integração e o resgate dos aspectos mais autênticos e para a transcendência de condicionamentos interpessoais e sociais. O ócio humanista, além de ser uma experiência pessoal, caracteriza-se pela gratificação subjetiva e envolve o desenvolvimento da pessoa e de seu entorno, sendo uma experiência construtiva.

Nesse contexto, o ócio como fenômeno psicológico demonstra o seu impacto na formação da identidade, na atualização do *self*, tornando-se importante para o autoconhecimento. Contribui ainda para o estado de ânimo e o desenvolvimento de habilidades, criatividade e capacidade de afrontar com êxito novas aprendizagens.

Assim, o ócio é entendido como fonte de crescimento humano, caminho para a autorrealização, que passa pela descoberta do seu ser, da capacidade de julgar por si

mesmo a experiência. Esta experiência pode ajudar no crescimento através de habilidades cognitivas, afetivas e sociais que resultam em uma complexidade psicológica maior que, por sua vez, implica a diferenciação, o refinamento da autonomia e a integração ou a participação ativa no meio social e cultural.

Portanto, o ócio é um fenômeno que atinge a vida humana e se torna, para a contemporaneidade, um caminho de aproximação do sujeito em relação ao seu projeto existencial. Em outras palavras, a vivência do ócio possibilita o conhecimento de si, a expressão dos sentimentos e a habilidade de lidar consigo e com os outros. É viver com qualidade.

Referências

- AMIGÓ, M. L. F. de A. *El arte como vivencia de ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2000.
- BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BELLINO, F. *Fundamentos da bioética: aspectos antropológicos, ontológicos e morais*. São Paulo: EDUSC, 1997.
- CUENCA, M. C. *Ocio humanista, dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003.
- _____. *Pedagogía del ocio: modelos y propuestas*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2004.
- _____. *Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.
- _____. *Qué es el ocio? 20 respuestas clásicas y un testimonio*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2008.
- CUENCA, M. C.; MARTINS, J. C. de O. *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As Musas, 2008.
- DE MASI, D. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOISTUA, R. S. S. *Introducción a la historia de los estudios de ocio en el siglo XX*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2006.
- FROMM, E. *Ter ou ser?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- IANNI, O. *Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MINAYO, M. C. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PONTES, R. N. *Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social*. São Paulo: Cortez, 1997.
- QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no serviço social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- REALE, G. *História da filosofia: do romantismo até os nossos dias*. São Paulo: Paulus, 1991. v. 3.
- SALIS, V. D. *Ócio criador, trabalho e saúde*. São Paulo: Claridade, 2004.
- _____. *Use a cabeça e o coração*. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

-
- SÁNCHEZ, M. J. M. *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los estudios de ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2008.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- STEIN, E. *Aproximações sobre hermenêutica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- WHITROW, G. J. *O que é tempo?: uma visão clássica sobre a natureza do tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- VAZ, H. C de L. *Antropologia filosófica*. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2006. v. 1.
- VISO, M. G.; ORTUZAR, M. *Ocio para todos: reflexiones y experiencias*. Bilbao: Universidade de Deusto, 2002.

Esporte televisivo, lazer e educação: implicações para a formação profissional em educação física

Cinthia Lopes da Silva¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o esporte televisivo como possibilidade de lazer no presente e refletir sobre as implicações desse fenômeno para a formação profissional em Educação Física. A televisão transforma o esporte em telespetáculo, atribuindo-lhe um conjunto de significados. O acesso a esse debate por parte dos estudantes de Educação Física dará condições para que esses sujeitos realizem, futuramente, mediações de significados junto a seus alunos ou à comunidade, contribuindo para que possam usufruir de um lazer de qualidade. Esse tipo de ação é correspondente ao entendimento de que os futuros profissionais terão o papel social de intervir na realidade de vida, de modo a gerar mudanças na cultura e contribuir para que os sujeitos tenham, de fato, garantia de seus direitos de cidadania. Com a revisão de literatura, chegou-se às seguintes conclusões: 1) a ação pedagógica do profissional de Educação Física será fundamental para que os sujeitos realizem uma leitura qualificada do esporte visto pela televisão; e 2) a construção de uma ação pedagógica focada na educação para o lazer implica os cursos de formação profissional viabilizarem aos estudantes de Educação Física o acesso ao debate acerca do esporte televisivo e do lazer na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: esporte televisivo; lazer; formação profissional.

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the televised sport as a leisure option nowadays and to reflect on the implications of this phenomenon for the

¹ Doutora da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lazer, Práticas Corporais e Cultura (GELC), cadastrado na plataforma CNPq e localizado na UNIMEP. Contato: avenida Júlio de Mesquita, 590/92 – 13025-061 – Campinas/SP; e-mail: cinthiasilva@uol.com.br.

professional training in Physical Education. Television transforms sport in a show, attributing many meanings to it. The discussion, being available to Physical Education students, will give them opportunity to mediate meaningfully with their future students and the local community, contributing for better quality leisure. This type of action is necessary due to the fact that the future professionals will have a social role of intervening in the reality of life in order to generate changes in culture and help people to have their citizenship rights guaranteed. Reviewing the literature, the following conclusions came up: 1) the pedagogical action of Physical Education professionals will be fundamental so people will be able to read sports watched on television properly; 2) the development of a pedagogical action focused on the education for leisure implies that professional training courses should offer Physical Education students the possibility to debate around televised sport and leisure in contemporary times.

KEYWORDS: televised sport; leisure; professional training.

RÉSUMÉ: Cette étude vise à analyser le sport télévisé comme une possibilité de loisir au moment présent et aussi de réfléchir sur les implications liées à la formation professionnelle en Éducation Physique. La télévision transforme le sport en télé spectacle, en y attribuant un ensemble de significations. L'accès à ce débat par les étudiants en Éducation Physique permettra que ces sujets accomplissent, à l'avenir, à réaliser des médiations de significations auprès de leurs élèves ou à la communauté, en contribuant pour qu'ils puissent jouir d'un loisir de qualité. Ce type d'action correspond à la compréhension que les futurs professionnels auront un rôle social d'intervenir dans la qualité de vie afin d'engendrer des changements dans la citoyenneté. Avec la révision de la littérature on a conclu: 1) l'action pédagogique du professionnel d'Éducation Physique sera fondamentale pour la lecture qualifiée du sport à travers la télévision; 2) la construction d'une action pédagogique axée sur l'éducation pour le loisir permet aux cours de formation professionnelle que les étudiants d'Éducation Physique puissent accéder au débat sur le sport télévisé ainsi comme au loisir dans la contemporanéité.

MOTS-CLÉS: sport televisé; loisir; formation professionnelle.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar el deporte televisivo como posibilidad de ocio en el presente y reflexionar sobre las implicaciones del fenómeno para la formación profesional en Educación Física. La televisión transforma el deporte en telespectáculo, atribuyéndole un conjunto de significados. El acceso a ese debate por parte de los estudiantes de Educación Física les dará condiciones para que esos sujetos realicen, futuramente, mediaciones

de significados com sus alumnos y la comunidad, contribuyendo para que puedan disfrutar de un ocio de calidad. Se entiende que ese tipo de acción corresponde a que los futuros profesionales tengan el papel social de intervenir en la realidad de vida, de modo a generar cambios en la cultura y contribuir para que los sujetos tengan, de hecho, garantizados sus derechos de ciudadanía. Con la revisión bibliográfica se llegó a las siguientes conclusiones: 1) la acción pedagógica del profesional de Educación Física será fundamental para que los sujetos realicen una lectura calificada del deporte visto por la televisión; 2) la construcción de una acción pedagógica enfocada en la educación para el ocio implica, en los cursos de formación profesional, que los estudiantes de Educación Física tengan la posibilidad de debatir acerca del deporte televisivo y del ocio en la contemporaneidad.

PALABRAS CLAVE: deporte televisivo; ocio; formación profesional.

Introdução

Neste trabalho, apresentamos reflexões acerca do esporte televisivo como possibilidade de lazer na contemporaneidade e implicações para a formação profissional em Educação Física.

Assistir ao esporte pela televisão é diferente de assisti-lo presencialmente em estádios e quadras, porque a produção televisiva esportiva é restrita aos lances e cenas previamente escolhidos e selecionados pelos jornalistas, produtores das informações e imagens transmitidas pela televisão. Essa produção dificulta a elaboração de questionamentos e contrapontos por parte dos sujeitos. Portanto, é fundamental uma ação educativa, seja no âmbito da educação formal ou informal, para que os sujeitos possam realizar uma leitura de qualidade do esporte televisivo.

Os estudantes de Educação Física, em sua atuação profissional futura, lidarão com os significados que circulam na atualidade acerca dos elementos da cultura corporal: esporte, luta, dança, ginástica, jogo. O acesso ao conhecimento acerca das influências da mídia na difusão de tais elementos da cultura será fundamental para que os estudantes tenham, futuramente, uma atuação efetiva.

Como procedimentos metodológicos, foi realizada uma revisão de literatura e análises textual, temática e interpretativa das obras selecionadas que fundamentam a discussão proposta, tendo como base Severino (2007). A pesquisa foi efetuada a partir de um levantamento bibliográfico nos Sistemas de Bibliotecas da UNIMEP, da UNICAMP e do *site* Google acadêmico, correspondente às obras de estudiosos do lazer, da comunicação e da Educação Física que se centram em um referencial

sociocultural. Para a realização desse levantamento foram consultados livros, dissertações, teses e periódicos.

Objetivo

O objetivo é analisar o esporte televisivo como possibilidade de lazer no presente e refletir sobre as implicações desse fenômeno para a formação profissional em Educação Física.

Desenvolvimento

Dentre as possibilidades de estudo e compreensão do esporte televisivo como possibilidade de lazer na sociedade atual, os estudos dos autores clássicos, como os teóricos da Escola de Frankfurt Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin e Joffre Dumazedier, são referências fundamentais para o desenvolvimento de reflexões no âmbito da área da Educação Física e dos estudos do lazer.

1. Esporte televisivo, lazer e educação

Os teóricos da Escola de Frankfurt, em particular os pioneiros, Adorno e Horkheimer, são referências nos estudos relacionados à mídia por terem sido os primeiros a desenvolver uma análise centrada nas produções da indústria cultural. Em Adorno (1994), é esclarecido que a própria expressão *indústria cultural*, cunhada pelos autores frankfurtianos, foi uma opção para que não houvesse confusão em relação ao fato de os autores destinarem suas críticas e análise às produções dos meios de informação e à indústria que passou a transformar elementos da cultura em mercadoria a ser consumida, como a arte, a música, o cinema etc.

Esse processo de transformação de elementos da cultura em mercadoria está relacionado à acumulação capitalista e à geração de lucro. O problema que se coloca é que a contemplação da obra de arte, por exemplo, é substituída pela troca de uma mercadoria que é valorizada, primeiramente, por seu valor de troca e não por seus aspectos estéticos. Essa forma de desenvolvimento da indústria cultural é parte intrínseca do processo de racionalização e reificação nas sociedades modernas, o que implica os sujeitos serem cada vez mais dependentes dos processos sociais, dos quais possuem pouco ou nenhum controle (Thompson, 1995).

A visão dos autores frankfurtianos é de grande contribuição para os estudos no âmbito do lazer e da área da Educação Física. Pires e Ribeiro (2004), baseados na Escola de Frankfurt, analisam o esporte televisivo e concluem que esse meio de informação contribui para uma semicultura/semiformação dos sujeitos, ou seja, de uma formação humana que é promotora da ideologia dominante na sociedade capitalista, de incentivo ao consumo, dificultando, assim, que os sujeitos tenham acesso à cultura e ao ganho de autonomia.

Os mesmos autores apontam a necessidade de se trabalhar conceitos de temas como esporte e mídia nos cursos de graduação em Educação Física, de modo a viabilizar que os sujeitos que atuarão futuramente como professores possam ter acesso a esse debate e problematizar as informações, imagens e mensagens difundidas pela mídia na sociedade atual.

Os estudos de Bourdieu (1997) seguem também em uma perspectiva de análise da mídia, em especial a televisiva, e o autor parte da noção de poder “simbólico” para realizar sua análise. Para ele, a mídia televisiva envolve um “jogo” de poder, sobretudo simbólico, dificultando o questionamento por parte do telespectador porque os conteúdos difundidos chegam prontos, são pré-selecionados e construídos, de modo a enfatizar certa posição por parte da emissora.

No texto “Os Jogos Olímpicos: programa para uma análise”, Bourdieu (1997) aponta elementos constitutivos na transmissão dos Jogos Olímpicos, remetendo o leitor aos bastidores. Os comentários feitos passam pelo papel dos atletas e sua nação, comercialização das imagens e dos discursos sobre os jogos, negociações envolvendo emissoras televisivas e o Comitê Olímpico Internacional (COI).

O autor afirma que há uma “transmutação simbólica” entre atletas e nação. O espetáculo televisivo transforma a competição desportiva entre atletas provenientes das diversas nações do planeta em um confronto entre campeões, entre combatentes enviados pelas diversas nações. A possibilidade de participação e de fazer o melhor possível para o bom desempenho como representantes de seus países, como muitas vezes é anunciado, é fator de menor importância, diante da demonstração de poder entre as respectivas nações, por meio dos atletas.

Bourdieu (1997) também destaca o conjunto de relações objetivas entre os agentes e as instituições envolvidas na concorrência em torno da produção e da comercialização das imagens e dos discursos dos Jogos. O COI é convertido progressivamente em uma grande empresa comercial, dominada por dirigentes esportivos e representantes das grandes marcas industriais (Adidas, Coca-Cola etc.), controlando a venda dos direitos para a transmissão dos Jogos, dos patrocínios, das cidades onde os jogos são realizados, enfim, um conjunto complexo de relações sociais que estão envolvidas na transmissão dos Jogos Olímpicos.

Dentre os autores contemporâneos que centram suas análises no estudo da mídia, Thompson (1995) propõe uma concepção que parte das ideias de Bourdieu. Esse autor assume uma posição distinta da dos frankfurtianos por considerar a ideologia não como uma espécie de “cimento social”, mas como o sentido a favor da sustentação e/ou do estabelecimento de poder. Elabora também um conceito de cultura, denominado *concepção estrutural*, que afirma a unidade de sentido e contexto social das formas simbólicas. Os estudos desse autor mostram-se como uma referência para as mediações pedagógicas nos cursos de formação profissional em Educação Física. Ele apresenta categorias que podem ser utilizadas para a análise de tais produções (os modos de ideologia pela mídia, as estratégias e o uso de tais estratégias pelos meios de informação), como pode ser observado na pesquisa realizada por Lopes da Silva (2003).

Outro referencial que é de contribuição para a compreensão do esporte telespetáculo são os estudos de Bakhtin (2003). Para o autor, a linguagem pode ser manifestada em diversos tipos de enunciados, que podem ser compreendidos como gêneros do discurso.

[...] a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica determinado campo (Bakhtin, 2003, p. 262).

Um gênero do discurso é gerado quando há determinada função (científica, técnica, publicística, oficial, cotidiana) e condições discursivas específicas, ou seja, enunciados que expressam intenções por parte do sujeito que o produz.

De acordo com a perspectiva desse autor, se a mídia produz, por um lado, certo discurso a respeito do esporte, por outro, os sujeitos possuem potencialidade para a produção de sentidos. Os estudantes de Educação Física, ao terem acesso a conceitos e categorias relacionados à mídia, à televisão e ao esporte nos cursos de formação profissional, poderão lidar com tais influências e realizar uma leitura, de modo a selecionar e “filtrar” o que é transmitido. Segundo Bakhtin (2003, p. 271):

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (totalmente ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo etc., sendo que essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde o seu início.

Portanto, a aula nos cursos de formação profissional pode ser um rico espaço para o acesso dos sujeitos ao conhecimento de conceitos e categorias acerca dos discursos da mídia, de modo a viabilizar que os estudantes tenham subsídios teóricos para a produção de múltiplos sentidos aos elementos da cultura difundidos por tal instituição e com isso possam se apropriar de conhecimentos para a análise das informações produzidas. A compreensão dos estudantes com relação ao esporte telespetáculo será determinante para que, futuramente, possam realizar mediações de significados junto aos diferentes sujeitos.

Pires (2003) segue também nessa mesma linha de compreensão do papel pedagógico de profissionais que atuam na área da Educação Física. O autor realizou uma pesquisa junto a estudantes do curso de graduação nessa área, tendo como base a abordagem crítico-emancipatória, e compreende que a formação profissional em Educação Física poderá capacitar os estudantes universitários a terem uma intervenção futura promotora do desenvolvimento da consciência crítica e criativa, comprometida em desenvolver ações no sentido da educação para a mídia e para o lazer.

Para Betti (1998), assistir ao esporte pela televisão é diferente de assisti-lo presencialmente em estádios e quadras, isso porque a visão do esporte televisionado é restrita aos lances e cenas previamente escolhidos e selecionados pelos jornalistas, produtores das informações e imagens transmitidas pela televisão. Nesse caso, o conteúdo chega pré-interpretado para o telespectador. O uso de recursos como lentes especiais, som, música e narração são elementos que dão ao esporte uma nova “roupagem”. A ênfase na competição, na maneira como os torcedores se manifestam, na apresentação de lances violentos ou espetaculares, indicam a transformação do esporte espetáculo em telespetáculo (Betti, 1998).

Betti (2005) comenta o conceito de entretenimento de Trigo (2003) e sua relação com o esporte, afirmando que “o esporte como entretenimento liga-se prioritariamente ao produzido como espetáculo para a televisão (telespetáculo), diferenciando-se e distinguindo-se do esporte como prática e mesmo do esporte como lazer” (Betti, 2005, p. 3). O autor defende uma posição de que o lazer é a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações escolares, familiares, sociais etc., conceito este que tem como base as ideias de Nelson C. Marcellino. Nesse sentido, o autor compreende que o entretenimento “equilibra-se no fio da navalha”, já que pode tanto ser entendido como ocupação prazerosa, divertida, rica de sentido para a vida dos sujeitos, assim como ilusão, tentativa de desviar a atenção dos sujeitos da realidade vivida.

O mesmo autor considera duas possibilidades de esporte em relação os meios de informação: o esporte *das* mídias e o esporte *nas* mídias. Para Betti (2005), o esporte telespetáculo é um exemplo do esporte *das* mídias, em que é possível identificar elementos como: 1) a ênfase na falação esportiva – informa, cria expectativas, faz

previsões, explica e justifica acontecimentos relacionados ao universo esportivo; 2) monocultura esportiva – nota-se, no caso brasileiro, o predomínio na transmissão da modalidade esportiva futebol; 3) sobrevalorização da forma em relação ao conteúdo – uso privilegiado dos recursos audiovisuais, em especial da imagem; 4) superficialidade – a cultura do efêmero, do breve, descontínuo na difusão da informação, daí os efeitos perniciosos que a televisão pode trazer em países como o Brasil, que possui um grande público de analfabetos e semianalfabetos expostos à cultura audiovisual da mídia; 5) prevalência dos interesses econômicos – os produtores supõem o que o grande público (visto como homogêneo) quer e lhe oferecem somente isso (Betti, 2005).

Já o esporte *na* mídia seria uma proposta que exige sua percepção como fenômeno mais amplo; as modalidades seriam diversificadas, as informações difundidas seriam fundamentadas cientificamente, as análises realizadas seriam mais profundas e críticas diante dos fatos, acontecimentos e tendências, nas várias dimensões que envolvem o esporte atualmente. Os atletas seriam expostos como seres humanos integrais e não máquinas de rendimento e, por fim, haveria maior interação com os receptores, público que seria considerado em sua singularidade.

Essa proposta apresentada por Betti (2005) exigiria também certo grau de conhecimento por parte do público. O autor identifica a necessidade, nesse sentido, de um enfoque pedagógico no acesso ao conhecimento acerca da mídia, para que o público possa compreender as mensagens mediáticas global e criticamente.

Dumazedier (1980), ao estudar o lazer na sociedade urbano-industrial, identifica um duplo problema do desenvolvimento cultural. Primeiramente, o questionamento da possibilidade de essa sociedade conseguir equilibrar, na vida cotidiana da população, os valores de compromisso profissional, social, espiritual ou político, e os valores do conforto ou do lazer para que as massas possam ser, cada vez mais, associadas na elaboração de seu próprio destino. O segundo questionamento é com relação à oferta de divertimentos obsedantes, fáceis ou vulgares – isso não inibiria, no longo prazo, as mais nobres aspirações, que poderiam associar-se às atividades livres das massas?

Dumazedier (1980, p. 86) explicita que o conteúdo da cultura produzida pelos meios de informação dirigida a um amplo público trata da utilização de duas grandes correntes da cultura: a erudita simplificada e a popular promovida, segundo o autor, “[...] ambas degradadas, notadamente pela televisão privada, pela lei da publicidade comercial, que procura o maior número de clientes, a quem vender o maior número possível de produtos”.

Para que a população urbana tenha assegurado o equilíbrio, de um lado, entre os valores do repouso, da diversão, do aperfeiçoamento das capacidades e dos conhecimentos, e do outro, entre os valores do lazer e os valores do trabalho, ou os compromissos familiares, sociais e cívicos, é fundamental uma política de desenvolvimento cultural. Nesses termos, o autor enfatiza a necessidade de um programa sociocultural

voltado aos cinco conteúdos culturais do lazer: práticos, sociais, artísticos, físicos, intelectuais.

Com base nas ideias de Joffre Dumazedier, Marcellino (1987, p. 58-59) apresenta duas contestações:

[...] a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação.

O autor afirma, ainda, que é cada vez mais necessária a consideração do lazer como objeto de educação – a educação para o lazer em uma sociedade orientada pela cultura de consumo. As produções da mídia são produtos voltados ao consumo do grande público. Se, por um lado, viabilizam o acesso da população ao lazer, minimizando os efeitos de uma sociedade dividida em classes, por outro, o conteúdo difundido é pobre nos vários gêneros culturais, notadamente naqueles mais consumidos, como é o caso dos filmes feitos para a televisão, das telenovelas, da música *pop* e dos *best-sellers* (Marcellino, 1987). Uma educação para o lazer consiste em um aprendizado para o uso do “tempo livre”:²

Nesse sentido, é fundamental que os profissionais que atuarão futuramente como professores tenham preparação para realizar mediações pedagógicas junto a seus alunos, no sentido da educação para o lazer a que se refere Marcellino (1987). Tais profissionais, ao terem acesso na formação profissional ao conhecimento sistematizado e às reflexões sobre os produtos que circulam na cultura do consumo, poderão tanto usufruir de maneira autônoma e crítica de seus momentos de lazer como terem uma atuação profissional futura efetiva, mediando sentidos e significados atribuídos às influências que circulam na atualidade junto aos diferentes grupos sociais.

2. Esporte televisivo, lazer e mediação pedagógica: implicações para a formação profissional em educação física

Para que seja possível o acesso dos estudantes de Educação Física ao conhecimento relacionado aos elementos da cultura corporal difundidos pela mídia na formação profissional em Educação Física, dentre os quais se destaca o esporte tele-

² O autor considera que nenhum tempo é totalmente livre, uma vez que somos orientados por códigos culturais, por isso, ele prefere a utilização da expressão *tempo disponível*.

visivo, é fundamental que esses estudantes passem por um processo de apropriação de conceitos e categorias.

Smolka (2000), com base nas teorias de Vygotsky e Bakhtin, comenta a relação entre os termos *internalização*, *apropriação* e *significação*, sugerindo um olhar para as práticas sociais, dentre as quais para a relação pedagógica, com foco nas significações das ações humanas. A autora explica o termo *internalização* como:

[...] um construto teórico central no âmbito da perspectiva histórico-cultural, que se refere ao processo de desenvolvimento e aprendizagem humana como incorporação da cultura, como domínio dos modos culturais de agir, pensar, de se relacionar com outros, consigo mesmo, e que aparece como contrário a uma perspectiva naturalista ou inatista (Smolka, 2000, p. 2).

O significado do termo *internalização* comentado pela referida autora a partir da perspectiva histórico-cultural é visto não como um pressuposto de desenvolvimento mental anterior para o aprendizado da cultura, de práticas, de artefatos simbólicos que circulam em determinado meio, mas na relação social e na contínua produção de sentidos por parte dos diferentes sujeitos em relação com o “outro”, com o coletivo que se torna parte de si.

A noção de “apropriação” comentada pela mesma autora (Smolka, 2000) também se aplica neste trabalho. Dentre seus significados, há a referência de “modos de se tornar *próprio*, de se tornar *seu*” e também o sentido em Marx e Engels de que “[...] tornar *próprio* implica ‘fazer e usar instrumentos’ numa transformação recíproca de sujeitos e objetos, constituindo modos particulares de trabalhar/produzir” (Smolka, 2000, p. 3, grifos da autora). Nessa perspectiva, o signo é um elemento de mediação no processo de desenvolvimento humano.

A mediação de sentidos, nesse caso, parte de uma visão de prática pedagógica dialógica e considera os conhecimentos dos alunos como uma construção contínua, inacabada. Esse agir ocorre com a finalidade de abalar as certezas dos sujeitos, mobilizando questionamentos, ideias e sentidos atribuídos às relações entre si próprio e o mundo. Esses pontos incluem uma elaboração contínua de conhecimentos relacionados ao corpo e às expressões corporais, no processo de formação profissional em Educação Física.

Fontana (2001), tendo como base as ideias de Michel de Certeau e Mikhail Bakhtin, dentre outros autores, afirma que a relação pedagógica envolve uma tensão que é gerada pela construção dos papéis sociais de alunos e professores. Essa tensão é sustentada pelos encontros e confrontos de conhecimentos entre ambos e mobiliza sentidos. É nessa tensão que se dá a compreensão e a produção de novos sentidos atribuídos às relações entre si e o mundo, às práticas sociais, às mensagens e imagens

que circulam no presente. Para isso, o estudo do esporte e das demais expressões corporais, tendo como ponto central os conceitos de cultura, linguagem, mediação, são fundamentais para potencializar a capacidade dos sujeitos para a produção de sentidos e para uma atuação profissional futura efetiva.

O acesso aos fatos do mundo é mediado pelo outro (família, amigos, parentes, professores), pela palavra, imagem, som, por instituições como a mídia (jornal, revista, rádio, televisão, *internet*). Essas possibilidades de mediação possuem particularidades e são movidas pelo signo e pelo sistema de significação. A mediação realizada pelo outro, que é também sujeito, dá-se pela comunicação na interação social, pelo jogo de relações de poder e intencionalidades vinculadas ao lugar social que um e outro ocupam, de referências que estão, sobretudo, no conjunto das expressões, nas falas e nos silêncios, na forma como se vê e imagina o mundo e os problemas do mundo.

No caso do esporte, os estudantes de Educação Física chegam aos cursos de formação profissional com uma referência inicial sobre esse elemento da cultura corporal, tendo como base o senso comum. Essa referência inicial é influenciada pelos discursos que circulam na sociedade atual, sendo as produções da mídia uma forte influência na sociedade em que se vive.

No esporte televisivo, o modelo do alto rendimento é praticamente a única referência difundida. Nota-se isso pela cobertura televisiva de eventos como campeonatos nacionais e internacionais das diferentes modalidades esportivas, Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas etc.

Os estudantes de Educação Física chegam aos cursos de formação profissional com a referência de esporte transformado em espetáculo e em mercadoria a ser consumida como forma de entretenimento. Para que esses sujeitos tenham oportunidade de refletir e questionar essa referência inicial, é necessária uma ação pedagógica que viabilize aos estudantes a “apropriação” de conhecimentos. Para isso, é fundamental que os sujeitos tenham seus saberes prévios confrontados, que possam fazer questionamentos ao esporte telespetáculo e aos discursos difundidos pela mídia. Portanto, esse processo requer dos cursos de formação profissional o entendimento do esporte telespetáculo como uma construção cultural a ser questionada, ressignificada, sendo uma opção de lazer e de entretenimento na sociedade atual. Esta é uma primeira implicação identificada para a formação profissional em Educação Física ao refletirmos sobre o esporte televisivo como possibilidade de lazer na contemporaneidade.

Nesse sentido, o esporte televisivo pode ser um tema debatido em diferentes momentos da formação profissional: em disciplina específica sobre mídia, conforme sugere Pires (2003) ou em disciplinas relacionadas ao esporte e ao lazer. Nesse caso, é fundamental que os cursos de formação profissional em Educação Física tenham uma visão abrangente desses fenômenos sociais.

Na pesquisa realizada por Isayama (2002), analisando programas de disciplinas que têm como eixo temático a recreação e o lazer, identificou-se que é predominante a visão de recreação como reprodução de jogos e brincadeiras, evidenciando-se uma prática sem reflexão. Nesse caso, a ação pedagógica está voltada mais para uma relação de exploração e dominação do que de confronto de conhecimentos.

O perfil do profissional capacitado para uma intervenção efetiva na sociedade aproxima-se da visão que Isayama (2002) defende em seu trabalho, de um intelectual “orgânico”, tendo como base as ideias de Antônio Gramsci: “deve possuir um estreito vínculo com o povo, na tentativa de auxiliar a massa a superar a hegemonia burguesa, mediante a criação de uma sociedade contra-hegemônica e a implementação de um novo bloco histórico” (p. 91). Ou seja, de um profissional que tenha conhecimentos para intervir na realidade da vida de maneira efetiva, viabilizando aos diferentes sujeitos e grupos sociais a superação das desigualdades sociais, inseridos em uma sociedade mais igualitária em termos de oportunidades e direitos, de modo que os sujeitos tenham, de fato, acesso a seus direitos de cidadania (saúde, lazer, escola, trabalho, moradia digna etc.) e usufruí-los com qualidade.

Nesse sentido, entendemos que a atitude esperada por parte do profissional de Educação Física com relação ao esporte televisivo seja a mediação de significados que viabilize aos sujeitos a compreensão da mídia e a realização de uma leitura qualificada desse fenômeno, no sentido da educação para o lazer. Para isso, é fundamental que tais profissionais compreendam o debate acerca do esporte televisivo e do lazer na contemporaneidade, sendo, portanto, fundamental a discussão desses temas nos cursos de formação profissional. Esta é, portanto, uma segunda implicação para a formação profissional que identificamos nas reflexões realizadas acerca do esporte televisivo como possibilidade de lazer na contemporaneidade.

Considerações finais

Ao término das reflexões apresentadas, chega-se à conclusão de que: 1) o esporte televisivo é uma construção cultural, portanto, suscetível a questionamentos e contrapontos. A ação pedagógica do profissional de Educação Física será fundamental para que os sujeitos tenham acesso a elementos teóricos para a realização de uma leitura qualificada do esporte visto pela televisão; 2) uma ação pedagógica focada na educação para o lazer implica os profissionais de Educação Física compreenderem o debate acerca do esporte televisivo e do lazer na contemporaneidade, sendo, nesse sentido, fundamental a discussão desses temas nos cursos de formação profissional. Este trabalho contribui para a revisão de conceitos e valores por parte dos profissionais e estudantes de Educação Física e para o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento.

Referências

- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno: sociologia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 92-99. (Grandes Cientistas Sociais, 54.)
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.
- BETTI, M. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas: Papyrus, 1998.
- _____. Esporte, entretenimento e mídias: implicações para uma política de esporte e lazer. *Impulso*, Piracicaba, v. 16, n. 39, p. 83-89, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta, 1997.
- DUMAZEDIER, J. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- FONTANA, R. C. Sobre a aula: uma leitura pelo avesso. *Presença Pedagógica*, v. 7, n. 39, p. 31-37, 2001.
- ISAYAMA, H. F. *Recreação e lazer como integrantes de currículos dos cursos de graduação em Educação Física*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, 2002.
- LOPES DA SILVA, C. A “*mediação*” das práticas corporais: significados da musculação para frequentadores de um parque público. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 11.ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- PIRES, G. de L. Cultura esportiva e mídia: abordagem crítico-emancipatória no ensino de graduação em Educação Física. In: BETTI, M. (Org.). *Educação Física e mídia: novos olhares, outras práticas*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 19-44.
- RIBEIRO, S. D. D.; PIRES, G. de L. Indústria cultural, esporte e mídia: faces ocultas do poder simbólico. Congresso Sul-brasileiro de Ciências do Esporte, 2, out. 2004. *Anais...* Criciúma: CBCE/UNESC, 2004.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SMOLKA, A. L. B. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. *Caderno Cedes*. Campinas, v. 20, n. 50, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 25 mai. 2006.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: uma teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TRIGO, L. G. G. *Entretenimento: uma crítica aberta*. São Paulo: SENAC, 2003.

Os luxos do lixo: representações sociais de lazer de catadores de papel

Fernanda Caetano Cunha¹
Christianne Luce Gomes²

RESUMO: Pensar o lazer como um fenômeno que adquire características marcantes na atualidade ressalta a importância de algumas questões agravadas, sobretudo, pelo processo de produção industrial capitalista, tais como o excesso de lixo e de supérfluos. Demanda repensar, também, sobre aqueles que trabalham e vivem desse lixo produzido, denominados *catadores de papel*. Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa fundamentada na *Teoria das Representações Sociais (RS)* proposta por Serge Moscovici e tem três dimensões como eixo orientador: *a informação, o campo de representação formado e a atitude tomada em relação ao objeto de estudo* – no caso da presente pesquisa, em relação ao lazer. Tem como objetivo compreender as Representações Sociais de lazer de catadores de papel vinculados à ASMARE. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica, observação e entrevistas com 14 catadores de papel. Os resultados evidenciaram que a constituição das representações sociais de lazer dos entrevistados são influenciadas pela Indústria Cultural que estimula o consumo de experiências e/ou produtos massificados. Essa representação é reforçada pelos meios de comunicação de massa, que difundem um novo

¹ Professora Mestre, é membro do grupo de pesquisa *Otium – Lazer, Brasil & América Latina*, da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: avenida Antonio Carlos, 6627 – campus UFMG, Pampulha, Departamento de Educação Física – 31270-901 – Belo Horizonte/MG; e-mail: nandinhabala@yahoo.com.br.

² Professora Doutora, é membro do grupo de Pesquisa *Otium – Lazer, Brasil & América Latina*, da Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: avenida Antonio Carlos, 6627 – campus UFMG, Pampulha, Departamento de Educação Física – 31270-901 – Belo Horizonte/MG; e-mail: chrislucegomes@gmail.com.

estilo de vida do qual o lazer é parte integrante como algo coisificado e ilusório. Para os catadores de papel pesquisados, a aceitação e o conformismo passam a fazer parte de seu cotidiano e o lazer é considerado um artigo de luxo, mas um “luxo” que se restringe à sobrevivência, ou seja, que está nos seus sonhos e muito distante de suas realidades.

PALAVRAS-CHAVE: representação social; lazer; catadores de papel.

ABSTRACT: Thinking in leisure as a phenomenon that takes an important place in nowadays, raises the importance of some questions aggravated by the capitalist industrial process, like excess garbage and superfluous products. This situation also demands another look over that people that work and get their living of this garbage, also known as *paper pickers*. This research is based on the *Social Representations Theory* (RS), proposed by Serge Moscovici, and has three dimensions as guiding lines: *the informations, the representation field that is formed and the attitude face the study object* – in the case of the present research, face the leisure and free time activities. The investigation have as main goal to understand how are formed the Social Representations of leisure by paper pickers affiliated to ASMARE. The methodologies used were literature review and interviews with 14 paper pickers. The collected data were treated by the answers analysis and the results evidences that the constitution of this social representations of leisure are influenced by the cultural industry that stimulates the consumption of experiences and/or massified products. This representation is reforced by the mass media, that spread a new lifestyle, in what the free time activities are integrating part as something typified and illusory. This acceptance stimulates the passivity and makes the social exclusion of this workers neverending. For the interviewed workers, the acceptance and the conformism turn part of their daily lives and leisure is considered luxury. But is a luxury that restricts to surviving, therefore, beyond their possibilities and very far of their reality.

KEYWORDS: social representation; leisure; paper pickers.

RÉSUMÉ: Pensez le loisir comme un phénomène qui implique une certaine important aujourd'hui souligne l'importance de certaines questions pire, surtout à travers le processus de la production industrielle capitaliste, tels que les déchets excessifs et inutiles. Nécessaire de repenser, aussi, de ceux qui travaillent et vivent que les déchets produits, appelés *collecteurs de papier*. Cet article présente quelques résultats d'une enquête basée sur la théorie des re-

présentations sociales (RS) proposé par Serge Moscovici et a trois dimensions l'orientation principale: l'information, formé le domaine de la représentation et l'attitude envers l'objet d'études – dans le cas Cette recherche, par rapport aux loisirs. Vise à comprendre les représentations sociales de loisir des collectionneurs de papier. La méthodologie s'est appuyé sur la révision de la littérature, l'observation et des entrevues avec 14 collectionneurs papier. Les résultats ont montré que la formation des représentations sociales de loisirs des personnes interrogées sont influencés par l'industrie culturelle qui encourage la consommation d'expériences et/ou des produits de masse. Cette représentation est renforcée par les médias, qui diffusent un mode de vie nouvelle, où le loisir est une partie intégrante et objectivée comme quelque chose d'illusoire. Pour les collectionneurs de papier interrogées, l'acceptation et la résignation feront partie de la vie quotidienne et aux loisirs est considérée comme un luxe, mais un "luxe" qui se limite à la survie, ou qui est dans vos rêves et de loin leurs réalités.

MOTS-CLÉS: représentations sociales; loisir; collecteurs de papier.

RESUMEN: Abordar el ocio como un fenómeno que adquiere características importantes hoy destaca la importancia de algunas cuestiones agravada principalmente por el proceso de producción capitalista industrial, tales como la basura excesiva e innecesaria. Requiere repensar, además, de los que trabajan y sobreviven con los residuos producidos, llamados *cartoneros*. Este artículo presenta algunos resultados de una investigación basada en la Teoría de las Representaciones Sociales (RS), propuesto por Serge Moscovici y tiene tres dimensiones principales de orientación: información, formación del campo de la representación y la actitud hacia el objeto de estudio. Tiene como objetivo comprender las representaciones sociales de ocio⁹ de colectores de papel. La metodología fue basada en una investigación bibliográfica, observaciones y entrevistas con 14 recolectores de papel. Los resultados mostraron que la formación de las representaciones sociales de ocio de los entrevistados están influenciados por la industria cultural que fomenta el consumo de experiencias y/o productos masificados. Esta representación se ve reforzada por los medios de comunicación, que transmiten un estilo de vida en que el ocio es una parte integral y objetivado como algo ilusorio. Para los cartoneros, la aceptación y renuncia a formar parte de la vida cotidiana y el ocio se considera un lujo, sino un "lujo" que se limita a la supervivencia, ni en sus sueños y lejos de sus realidades.

PALABRAS CLAVE: representaciones sociales; ocio; recolectores de papel.

Considerações preliminares: tema pesquisado, marco referencial e metodologia

Considerar o lazer como um campo de estudos, vivências e intervenções que adquire características marcantes na atualidade ressalta a importância de refletir sobre as contradições que o influenciam nas sociedades capitalistas. Uma dessas contradições relaciona-se com o fato de que, enquanto alguns experimentam o consumo exagerado de supérfluos, outros trabalham e vivem do lixo amplamente produzido e descartado. Assim, se por um lado a ilimitada produção de lixo e de supérfluos gera preocupações pelos impactos causados no planeta, por outro lado, torna-se algo imprescindível para aqueles que trabalham e vivem daquilo que é descartado pela sociedade: os chamados *catadores de papel*.

No Brasil e em diferentes países da América Latina, esses trabalhadores constituem um grupo vulnerável a acentuadas exclusões, vivem na linha da pobreza e garantem a sua sobrevivência do lixo socialmente produzido. Essa realidade instigou os seguintes questionamentos: quais são as representações sociais de lazer de catadores de papel e a partir de quais elementos elas são constituídas?

Buscando respostas para essas perguntas, foi realizada uma investigação de mestrado que teve como objetivo geral compreender como se constituem as representações sociais de lazer de catadores de papel. A metodologia contou com pesquisa bibliográfica e de campo, sistematizada por meio de observações e de entrevistas semiestruturadas com catadores da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável (ASMARE).

A ASMARE foi fundada no dia 1^o de maio de 1990³ e, a partir de muitas reivindicações e acordos políticos, representa hoje um dos projetos de reciclagem de lixo mais bem-sucedidos da América Latina, uma das razões que justificam a sua escolha como *locus* de observação para esta pesquisa, bem como para identificar voluntários que pudessem colaborar com o estudo por meio da concessão de entrevistas. A organização conta com 350 associados e beneficia indiretamente 1.500 pessoas. São arrecadadas cerca de 450 toneladas de lixo por mês, incluindo material reciclável como papel, metal, plástico e vidro. A faixa etária dos catadores associados varia de 15 a 85 anos, envolvendo amplos segmentos de pessoas. Investigar o lazer desse grupo social foi, dessa maneira, algo muito desafiador.

Abordar a questão do lazer para determinado grupo social significa considerar a sua importância na vida humana e repensar como ele se configura através de relações

³ A ação da Pastoral de Rua junto aos catadores de papel culminou com a fundação da ASMARE. Criada em 1987, através da Fraternidade das Oblatas de São Bento, a Pastoral de Rua se constituiu num trabalho direto de convivência solidária em ruas, viadutos e lixões.

de poder presentes na sociedade. Segundo Gomes e Faria (2005, p. 54), é preciso perceber o lazer como um “fenômeno que envolve não só a alegria do lúdico, a fruição da fantasia, o prazer estético e a experiência criativa, mas também a satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação”. Será que esses aspectos estão presentes nas representações sociais de lazer dos catadores de papel da ASMARE?

Através da compreensão dos signos e códigos vinculados ao lazer, a pesquisa realizada procurou entender como os catadores de papel pensam e representam esse objeto, uma vez que a representação social está hoje no centro de um debate interdisciplinar sobre a relação das construções simbólicas com a realidade social.

Antes de prosseguir, é fundamental esclarecer em que consistem as “representações sociais”. Ao pensar em um catador de papel, a maioria das pessoas que não têm contato ou dispõe de poucas informações sobre esse trabalhador geralmente o classifica como *mendigo*, *pedinte* ou *favelado*. Tal julgamento advém dos processos, empreendidos por parte das pessoas, de captar informações no seu cotidiano e de agir sobre esses dados. O mesmo acontece quando se imagina qual é o conceito constituído pelos catadores de papel acerca do lazer. Pode ser formado um preconceito quando se pensa que tais sujeitos não têm conhecimento mais elaborado sobre esse fenômeno. Essa ideia pode ser prematura e carregada de juízos de valor, por isso, constitui uma representação social de determinada realidade.

Enquanto campo de estudo, a Teoria das Representações Sociais estabeleceu-se na Europa a partir da publicação do estudo *La psychanalyse: son image et son public*, de autoria do psicólogo francês Moscovici (1961). Esse autor esclarece o seguinte:

A Representação Social é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes da sua imaginação (p. 28).

Segundo Moscovici (1961), a Representação Social (RS) é constituída por três dimensões. A primeira é a *informação*, entendida como dimensão ou conceito e veículo. A informação concretiza-se na relação dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social – no caso, o lazer –, referindo-se também à forma como tal objeto penetra no mundo dos indivíduos.

A segunda categoria nucleante da RS é o *campo de representação*, entendido como a imagem, o modelo social ao modelo concreto e limitado das proposições atinentes a um aspecto preciso do objeto da representação. A amplitude desse campo e os pontos que lhe dão orientação variam e englobam tanto juízos formulados quanto asserções ou a tipologia das pessoas que recorrem, no caso da pesquisa realizada, ao lazer.

A *atitude*, por sua vez, é a terceira categoria nucleante da *rs*, entendida como a orientação global em relação ao objeto da representação social. Esta é considerada a ação que reflete a *rs* constituída. Pode-se ter uma atitude amistosa ou negativa acerca do objeto representado e isso tudo vai depender de como a informação chegou ao indivíduo, como foi processada e assimilada de acordo com suas experiências e vivências anteriores. A partir dessa releitura do objeto, forma-se um campo de representação, um juízo, “o que se pensa sobre”, uma “tomada de partido” em relação ao objeto que vai interferir diretamente em como agir em relação a ele, seja de maneira favorável ou não.

Diante da teia emaranhada de significados que constitui a sociedade, a representação social tem papel primordial na não neutralidade de relações e na sua conexão. Representamos papéis com a finalidade de nos adaptarmos e de dominar o mundo em que vivemos. Moscovici (1961) enriquece a discussão dizendo que:

Representar é vincular-se a um sistema de valores, de noções e de práticas que conferem ao indivíduo as formas de se orientarem no meio social e material e de o dominarem. É também um veículo para suas trocas e de códigos para denominar e classificar de maneira clara as partes de seu mundo, de sua história individual ou coletiva (p. 27).

Ao desenvolver a Teoria das Representações Sociais, Moscovici buscou preservar as Representações Coletivas como parte importante da tradição intelectual ocidental. Porém, o autor considera que ambas são por demais abrangentes para darem conta do pensamento nas sociedades modernas, caracterizadas pela diversidade, pela complexidade e pelo progresso nas distintas esferas da produção humana, que fazem com que a ciência seja pensada como uma fonte fecunda de novas representações (Guareschi e Jochelovitch, 1995).

O processo de apropriação de um conhecimento por um coletivo social não se define no contexto da experiência direta. A inserção de um conhecimento no “mundo da conversação” e das interlocuções verbais, mundo este dotado de relatividade, é condicionante para sua internalização no universo simbólico dos atores sociais (Moscovici, 1961).

Como nas sociedades modernas se supervalorizou a produção do saber científico, erudito, privilégio de um grupo seletivo, como referencial de compreensão e explicação da realidade, a dimensão inovadora do conceito de *rs* foi restituir os saberes do senso comum, seu espaço de produção obscurecido pela legitimidade outorgada aos saberes científicos. Foi, também, descobrir no senso comum o pensamento representativo dos

indivíduos e dos grupos sociais como um processo mediador de novos conhecimentos, como um instrumento gerador de ações nas relações sociais.

Daí se destaca a importância de compreender o que pensam os catadores de papel em relação ao lazer, no âmbito de um tecido de contradição do urbano – o consumo que gera lixo cada vez mais em excesso.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa e seguiu os pressupostos epistemológicos construtivistas. Desse modo, a teoria, a epistemologia e a metodologia formam um círculo contínuo e se influenciam mutuamente, formando um processo permanente de reflexão (Spink, 1995).

A investigação contou com uma pesquisa bibliográfica desenvolvida durante todo o estudo, procurando aprofundar conhecimentos sobre dois eixos principais: a Teoria das Representações Sociais e os estudos sobre o lazer.

Sobre o primeiro eixo, a busca de fundamentos baseou-se, sobretudo, na produção de Serge Moscovici (1961) sobre as RS, tendo em vista a necessidade de conferir consistência aos estudos empreendidos, assim como fazer um diálogo fundamentado com os dados levantados por meio de entrevistas, como será detalhado adiante.

A assimilação do objeto é essencial na constituição das RS e, para isso, também foi realizada uma revisão de literatura referente ao lazer e seus implicadores na atualidade, tais como a mídia, a indústria cultural e o consumo. Gomes (2004, 2008, 2010), Pinto (1998), Bramante (1998), Marcellino (1996), Isayama (2001) e Camargo (1998), entre outros, foram autores cujas produções teóricas colaboraram com esse processo. Outros estudos bibliográficos foram requeridos no decorrer da pesquisa, especialmente durante a fase de análise dos dados coletados por meio de entrevistas.

Os critérios para definição dos voluntários a serem entrevistados foram: possuir maior tempo de trabalho prestado como catador de papel na ASMARE, ter mais de 18 anos, concordar com o TCLE e assinar o documento, assim como permitir a gravação dos depoimentos prestados. As perguntas seguiram, a princípio, as recomendações dadas por Grize (1989), por conseguir captar as representações sociais em três níveis: imagens mentais, representações referenciais e sistemas de relações.

O critério da saturação foi utilizado para se chegar a um número limite de entrevistas, não definido previamente. Seguindo esse critério, foram, ao todo, entrevistados 14 voluntários: três catadores e 11 catadoras de papel. Os depoimentos colhidos foram destacados em itálico e o anonimato desses voluntários foi preservado, sendo designados por nomes de flores: Girassol e Cravo para os homens e Acácia, Begônia, Camélia, Azaléa, Dália, Gardênia, Hortênsia, Íris, Gérbera, Beladona, Bonina e Rosa, para as mulheres entrevistadas. Alguns aspectos das RS de lazer dos catadores e das catadoras entrevistadas serão apresentados a seguir.

Investigando as RS de lazer com base na informação, no campo de representação formado e na atitude

O processo de coleta de dados foi muito enriquecedor, uma vez que foi possível observar as peculiaridades das pessoas vinculadas àquele ambiente e captar, nas conversas dos catadores, diálogos informais e discussões muito interessantes.

Conforme Moscovici (1961), cada população tem o seu modo dominante de comunicação de acordo com a sua situação social e o seu grau de instrução e sublinha que um fenômeno (no nosso caso, o lazer), ao estar presente na conversação dos indivíduos, demonstra em que o grau penetra nas relações sociais. Assim,

a conversação é o veículo mais importante de preservação da realidade. Pode-se conceber a vida cotidiana do indivíduo em função do movimento incessante de um aparelho conversacional que mantém, modifica e reconstrói a realidade subjetiva (Moscovici, 1961, p.100).

Para tentar entender se o lazer fazia parte da comunicação dos entrevistados, sendo, portanto, representado por eles, durante as entrevistas foi perguntado quais eram os assuntos tratados nas conversas com amigos e familiares. Essa pergunta foi feita sem mencionar a palavra *lazer*, de forma a não induzir a resposta. Percebeu-se que a maioria (Camélia, Azaléa, Dália, Gardênia, Hortência, Cravo, Íris, Beladona, Bonina, Rosa) citou o lazer através de outras palavras, como *diversão, festa, farra, descanso, curtidão, passeio, sonho, conhecimento*.

Não foi possível identificar o termo *lazer* ou vocábulos similares na fala dos demais pesquisados (Acácia, Girassol, Begônia, Gérbera), sendo mais frequentes as palavras *trabalho, igreja, família e violência*. Dessa forma, para tentar confirmar essa ausência, seguiu-se com a pergunta: com os seus familiares e amigos, vocês falam sobre lazer? Foram obtidas respostas negativas por parte de Acácia, Begônia e Gérbera, que foram categóricas ao dizer que não falavam nada sobre esse assunto, como pode ser verificado no trecho do depoimento que se segue:

Lazer não é nada nas nossas vidas, é um nada. Quando nós falamos, nós só reclamamos porque nós não temos nada. Aqui na ASMARE eles não fazem mais nada pra gente, além de não ter tempo, do dinheiro não sobrar e da violência também (Acácia).

No caso de Girassol, quando indagado se o lazer fazia parte das suas conversas, ele respondeu que com os amigos sim, mas, com a família, não. Ao perguntar sobre o porquê dessa distinção, ele respondeu:

Lazer é uma coisa e família é outra coisa. Lazer é diversão, é curtirão e não tem nada a ver com família. [...] Família é mais em casa, é coisa certinha, é compromisso. Não tem nada a ver com lazer não (Girassol).

Esse ponto de vista indica algumas facetas da RS social que o entrevistado tem de lazer: um fenômeno ligado à diversão e alheia ao sério, ao compromisso. Camargo (1998) chama a atenção para essa questão quando pergunta se o lúdico e a diversão prejudicam o lado sério da vida, principalmente em um dos setores ditos “sérios” da sociedade, a família. Muitas pessoas “sérias” acreditam que o divertimento – o fácil – é o responsável pelo pouco empenho das pessoas no dever – o difícil.

Moscovici (1961) considera que *nunca* (grifo nosso) se fala de um fenômeno quando o meio é tido como indiferente e que o campo de interesse deve ser considerado positivo para que seja considerado um objeto preferido de comunicação. É possível concordar com o autor até certo ponto. Acredita-se que para um fenômeno circular em determinado grupo, tornando-se assunto preferencial, este deve ser considerado um valor importante. Mas é perigoso afirmar que nunca se fala de um fenômeno quando ele é indiferente. Um fenômeno pode “tornar-se” indiferente por não ser frequente na vida dos indivíduos e, no caso, o lazer, por não fazer parte da realidade de muitos indivíduos entrevistados, assume um valor negativo e forte. A negação muitas vezes é um recalque. Por isso, para um dos entrevistados, Acácia, o Lazer “*não é nada. Eu não tenho nada, mas era tudo o que eu queria ter*”.

De acordo com o exposto, estamos diante de uma contradição por parte de alguns entrevistados no que diz respeito à atitude tomada em relação ao lazer nas conversas dos indivíduos. Ao mesmo tempo que ele não é “nada” pelo fato de “não existir” na vidas deles e, segundo os entrevistados, o tema também não está presente em suas conversas com amigos ou familiares; o lazer é retomado em discussões até mesmo nesses grupos. Sobre esse aspecto, pode ser citado um trecho da entrevista de Acácia:

Por que você acha que é fácil não ter um lazer, uma distração? Quê isso! É tudo o que eu queria, ter um tempinho pra mim, divertindo, sendo feliz, porque essa vida é dura, boba! Eu falo direto com meus filhos que se eles quiserem uma vida boa que qualquer pessoa normal tem, com diversão, saúde e lazer, divertimento tem que estudar. Porque a gente estava até comentando aqui outro dia como era bom o tempo que a ASMARE levava a gente pra passear [...].

Apesar da negação e suposta indiferença em relação ao lazer na vida, esse fenômeno está presente nas conversas. Independentemente de o lazer estar vinculado a fatores limitantes como tempo, dinheiro e violência, ele está presente no cotidiano dos catadores pesquisados, sendo representado por eles.

Mas de que forma os entrevistados agem em relação às informações recebidas? Qual a atitude tomada?

Para responder a esses questionamentos, será fundamental retomar a relação estabelecida entre o nível de escolaridade dos catadores e catadoras entrevistados, por um lado, e as vias de informação e a influência (ou não) na atitude tomada em relação ao lazer, por outro lado.

Ao analisar o conjunto de dados coletados, foi possível perceber que a apreensão do tema lazer, na maioria das vezes, não está diretamente ligada ao nível de escolaridade dos catadores investigados. Esse aspecto pode ser visualizado a partir dos depoimentos dos entrevistados que declararam ser analfabetos (Gardênia, Cravo, Rosa). Esses sujeitos afirmaram obter informações relativas ao lazer através da comunicação não institucional (boca a boca) e da comunicação não direcional (rádio, TV). Tais informações influenciarão sua atitude em relação ao lazer, como podemos perceber no trecho da entrevista em que perguntávamos se os veículos de informação influenciavam nas atitudes tomadas.

Eu assisto muito tv quando eu posso, sabe? Adoro uma novelinha, essas bobagens, essa vida que a gente sonha em ter, né? E quando eu quero dar um “rolê” eu fico sabendo pelo rádio que não desgruda de mim. Mas é claro que lazer, lazer mesmo, esses da “alta”, chique, aí não, né? Tô falando de dar uma saidinha de vez em quando, coisinha pouca, coisa mais da nossa realidade mesmo (Gardênia).

Esse depoimento apresenta várias questões importantes no que diz respeito à influência dos meios de comunicação quanto às informações veiculadas. O primeiro se refere ao papel da mídia que recria um estilo de vida. Quem expõe muito bem essa ideia é a autora Pinto (2002), ao dizer que:

No contexto de globalização econômica e cultural, uma perspectiva a ser observada é que a acumulação do capital econômico passou a depender da rapidez da circulação de bens, da popularização de serviços e das consequentes mudanças no estilo de vida (p. 10).

O novo estilo de vida requerido pela globalização e pela revolução tecnológica faz com que ocorram mudanças sociais, institucionais e nas relações interpessoais. Passamos a ser aquilo que é ditado pela mídia como mais “coerente” e passamos a assimilar conceitos (no caso, o fenômeno lazer) como algo distante e inatingível, tendo acesso a ele somente pessoas favorecidas economicamente.

Para Ortiz (citado por Pinto, 2002), os meios de comunicação são reconhecidos como coprodutos da padronização e da segmentação da cultura. Ocorre a

mundialização da cultura, restrita à cultura-mercadoria, produzida para ser comercializada. As culturas locais passam a ser adaptadas aos valores globais de troca e aos padrões de consumo que requerem que o público seja sensibilizado a comprar os mesmos produtos.

Nessa direção, a televisão influencia e difunde os estilos de vida a serem adotados, fazendo com que as informações sejam vinculadas como propaganda, em vez de abrir espaço para o conhecimento e para as escolhas. Hoje, viver como as atrizes das novelas é “sonho” de muitas mulheres, ocorrendo uma supervalorização da mídia e de seus ditames. Em decorrência, a vida cotidiana de muitas pessoas parece uma “*coisinha pouca*”, como apontada pela entrevistada Gardênia. Daí reside a importância de compreender a forma como as informações chegam às pessoas, porque elas influenciarão seu entendimento e suas ações.

Corroborando o dito anterior, os entrevistados Cravo e Rosa também têm suas ações influenciadas pelo veículo de informação. A questão do hedonismo está presente no tocante ao lazer, mas as barreiras encontradas dificultam o acesso a ele, como pode ser verificado em um dos diálogos estabelecidos no decorrer de uma das entrevistas:

Entrevistadora: Ter acesso a essas informações referentes ao lazer: isso influencia a sua rotina?

Não, só se a gente puder mesmo. A gente sabe muito de lazer, de prazer, né? Mas a gente só vai se tiver condição mesmo e quase nunca dá por conta de dinheiro, né? (Rosa)

Eu escuto falar, mas na verdade fica só na conversa, né? Eu escuto falar na administração da ASMARE aqui que e em toda reunião que a gente tem: “a gente precisa viajar, alugar um sítio pra gente ficar”, mas na verdade fica só no sonho, na conversa mesmo, não temos nada e aí eu fico só em casa mesmo, fazer o quê? (Cravo)

Vários entrevistados (Acácia, Girassol, Begônia, Camélia, Azaléa, Hortência, Íris, Beladona), apesar de possuírem uma atitude positiva ao se referirem ao lazer, citam como barreiras de acesso o tempo, a violência e o dinheiro.

[Lazer] é bom demais, mas como arrumo tempo pra isso? Você tem ideia do tanto que esse serviço cansa a gente? Olha, eu carrego isso o dia inteiro; chega fim de semana, quero só dormir, descansar, isso aí não é pra gente como a gente não (Girassol).

Lazer hoje é muito pouco; hoje em dia não tá podendo. Não tem como ter lazer. Não pode, você está ficando prisioneiro da sua casa. Todo canto que você vai você corre o risco de uma bala perdida. De ser assaltado, você não tem nada, mas o povo pensa que você tem. Então, acabou. Pra mim acabou esse negócio de lazer. Não tem mesmo. Acabou (Acácia).

Os entrevistados Dália e Gérbera entendem que o lazer é algo distante das classes menos favorecidas. Segundo os entendimentos desses entrevistados, o lazer está diretamente ligado ao estilo de vida preconizado pela mídia, pelo mundo do *glamour* e da ficção:

Eu vivo falando que eu queria ser atriz pra viajar o mundo todo, ver gente bonita, lugar bonito, conhecer as coisas. Essas coisas todas que aparecem na televisão, festas, isso tudo, um lazer de verdade (Gérbera).

A visão de lazer da entrevistada acima, como “um lazer de verdade”, é reforçada pelo preconceito existente de que diversão e lazer são privilégios das classes mais abastadas. Para Gérbera, existe uma dificuldade que a impede de divertir-se, limitação decorrente, sobretudo, da falta de dinheiro e de tempo. A entrevistada também enaltece o que vem “da alta” e acaba desvalorizando as atividades de lazer realizadas no meio comum das comunidades de baixa renda.

Sobre esse aspecto, Camargo (1998) deixa claro que qualquer pessoa que dispõe de recursos abaixo do nível mínimo para a sua sobrevivência e da sua família tem dificuldade de acesso a determinadas formas sofisticadas de lazer, sobretudo as que implicam algum gasto, como os grandes parques de diversão, viagens, entre outras. Mas o autor afirma que nessas situações de precariedade financeira, o que menos há para se lamentar é a falta de recursos para se divertir, porque é possível divertir-se sem gasto nenhum. Concordamos com o ponto de vista do autor, mas percebemos que para o grupo estudado a mídia é um reforçador do preconceito de que o lazer está diretamente ligado ao fator econômico, fazendo com que os catadores tenham resistência em aceitá-lo como parte de sua vida devido ao seu entendimento de lazer como mercadoria.

Diante do exposto, observa-se que a *comunicação* não institucional (boca a boca) e a comunicação direcional (rádio, TV, jornal, internet) têm maior influência na atitude dos entrevistados. Vinculadas aos meios de comunicação de massa, elas vão ditar o que “ser” e como viver na sociedade de hoje, estabelecendo e padronizando um estilo de vida que massifica e influencia diretamente na assimilação do conceito de lazer e, logo, da constituição de RS de lazer.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as RS de lazer de catadores de papel da ASMARE. Para alcançá-lo foi necessário, em um primeiro momento, compreender como o lazer é assimilado e apreendido por catadores de papel, verificando a partir de quais vias de comunicação eles organizam seus entendimentos.

Sobre esse aspecto, verificou-se que as informações referentes ao fenômeno lazer são ditadas pela indústria cultural e são veiculadas aos catadores de papel através da mídia de massa – como a televisão, o rádio, o jornal e a internet, aqui classificados como comunicação direcional – e pela comunicação não institucional, aqui retratada pela conversação. Tais informações referentes ao lazer são carregadas pelo discurso do consumo e de um novo estilo de vida pautado no imediato prazer instantâneo e na busca pela “verdadeira” felicidade. Foi constatado que, independentemente do grau de instrução, não há um processo de filtragem das informações. Estas são reproduzidas e reforçadas através do discurso da mídia de massa, ou seja, do entendimento de lazer enquanto um produto a ser consumido.

A pesquisa também procurou discutir o campo de representação social formado por esses sujeitos, considerando as vias de comunicação, informações recebidas, interpretações elaboradas e atitudes tomadas em relação ao lazer. Nesse âmbito, a investigação realizada evidenciou que, assim que a informação sobre o lazer é recebida pelo sujeito da pesquisa, esta é apreendida através da formação de imagens e de conceitos. Dentro dessa lógica, compreendeu-se que as imagens formadas pelos catadores de papel em relação ao lazer acontecem de maneira diferenciada. De um lado, observa-se uma relação negativa em relação ao lazer, que tem como causa a falta de acesso por conta do fator econômico que está diretamente ligado ao lazer mercadoria, pregado pela indústria cultural. De outro lado, constata-se uma relação mais amistosa em relação ao lazer. Apesar de o aspecto econômico estar presente enquanto fator limitante, muitos catadores entrevistados possuem projeção e anseios em relação ao lazer. Eles conseguem perceber e vislumbram a possibilidade de um dia “ter o lazer” definido pela indústria cultural. Ambas as perspectivas têm como barreira fundamental de acesso ao lazer a questão do tempo, do dinheiro e da violência.

A questão do fator financeiro, para os catadores de papel, é determinante para a vivência de seu lazer. Constatou-se que alguns afirmam não terem acesso ao lazer e que essa possibilidade não faz parte de sua rotina de vida. Porém, ao se verificar as atividades realizadas por eles durante o seu tempo livre, observou-se que os 14 entrevistados vivenciam atividades de lazer. Ao analisar o conjunto dos depoimentos, foi possível constatar que, por trás dessa contradição, está a percepção de que o conceito de lazer formado pelos catadores de papel entrevistados é de que esse fenômeno está diretamente ligado ao consumo de mercadorias, ao aspecto onírico, hedonístico e

glamouroso empregado pelo estilo de vida de lazer, não fazendo, assim, parte de seu cotidiano – que muitas vezes é pesado, repetitivo, sem perspectivas nem sonhos e, logo, infeliz.

Dessa forma, como os catadores de papel afirmaram não conseguir extrair o prazer dos seus desejos, não se sentem “verdadeiramente felizes”. Afinal, entendem que não têm acesso ao “lazer de verdade”, que é o concebido pela lógica de mercado.

Por meio do divertimento, a indústria cultural promove, assim, não apenas a formação, mas, sobretudo, a conformação das pessoas. Como a sociedade é tida como imutável, é retratada como dura e cruel para que todos se identifiquem nela, mas, no entanto, são levados a crer que ela é impossível de ser modificada. Assim, permanece o ciclo incansável de desigualdades sociais, tendo como produto a dificuldade em formar indivíduos autônomos, independentes, reivindicadores e questionadores, capazes de tomar decisões transformadoras de sua realidade.

Em suma, em face das reflexões aqui empreendidas, foi possível constatar que as RS de lazer dos catadores de papel estudados estão relacionadas com os produtos a serem consumidos no sentido de gerar vivências oníricas, prazerosas, reconfortantes, aliviadoras de tensões e fonte infindável de felicidade. Ter lazer é estar na “alta”, é fazer parte de uma sociedade que compra, que se diverte, que descansa, que tem tempo e dinheiro, que é respeitada, que não sofre preconceitos, que tem direitos e que é escutada, porque as leis são feitas por eles e para eles. Essas representações sociais incidem diretamente na formulação do conceito que esses trabalhadores têm de lazer. Se o lazer é tudo isso, é um fenômeno inexistente em sua cotidianidade, pois, de acordo com suas afirmações, eles não dispõem de tempo disponível e não têm condições financeiras favoráveis, logo não detêm o poder de compra e são incapazes de consumir o lazer mercadoria.

Por isso, grande parte dos catadores de papel afirma não ter momentos de lazer, desconsiderando as atividades de seu dia a dia enquanto vivências significativas. Quando apreendem que tal fenômeno não faz parte de sua realidade, alguns afirmam que o lazer não tem significado nenhum na vida, mas que gostariam muito de tê-lo. E para outros catadores o lazer se enquadra como uma possibilidade de progresso e de aumento de qualidade de vida.

Estamos diante de uma situação complexa: como o lazer enquanto um fenômeno educativo pode se transformar de objeto mercadoria a objeto de cidadania? Como as pesquisas acadêmicas podem interferir nesse quadro de despolitização social e conformismo das maiorias sociais?

Há um longo e árduo caminho a ser percorrido, estudado e divulgado. As pesquisas dedicadas a problematizar as dificuldades estruturais, institucionais, educacionais e culturais devem ser estimuladas, procurando atentar para as realidades de grupos excluídos socialmente. É imprescindível que as mazelas sociais sejam conhecidas e

analisadas criticamente, tendo em vista contribuir com uma mudança social e real. Enquanto integrante da cidadania, o lazer pode ser um aliado da criticidade, pois acessa as emoções, os sentidos e, por meio da alegria, pode contribuir com o questionamento da ordem social vigente. É necessário abrir o coração e tirar as vendas dos olhos para enxergar a realidade brasileira, e as pesquisas dedicadas a essa questão podem colaborar ao dar uma parcela de contribuição para a mudança desse quadro.

No caso dessa pesquisa, uma mudança dessa realidade degradante passa pela consideração do lixo como um luxo. Para os catadores de papel, o lixo que é desprezado por muitos é um luxo para eles, uma vez que lhes possibilita (sobre)viver. Essa constatação é alarmante, pois a situação social e econômica do grupo de trabalhadores pesquisados não lhes permite vislumbrar outras possibilidades de existência, fazendo com que se contentem e valorizem apenas a sobrevivência. Tal aceitação estimula a passividade e faz com que se perpetue, ainda mais, o quadro de exclusão social desses catadores de papel.

Diante disso, esse “luxo” acaba ocultando/perpetuando as sérias desigualdades sociais. Isso precisa ser problematizado porque interfere profundamente nas rs de lazer desse grupo. Para os catadores de papel pesquisados, a aceitação e o conformismo passam a fazer parte de seu cotidiano e o lazer é considerado um artigo de luxo, mas um “luxo” que se restringe à sobrevivência, ou seja, que está nos seus sonhos e muito distante de sua realidade.

Referências

- BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer: concepções e significados. *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- GOMES, Ana M. R.; FARIA, Eliene L. *Lazer e diversidade cultural*. Brasília: SESI/DN, 2005.
- GOMES, Christianne Luce. Ocio, recreación e interculturalidad desde el Sur del mundo: desafíos actuales. *Revista Polis*. Santiago, Chile, n. 26, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm>>. Acesso em: 04 ago. 2010.
- _____. Lazer – concepções. In: GOMES, Christianne L. (Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-126.
- _____. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2.ed. rev. amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GRIZE, J. B. Lógica natural das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Paris: PUF, 1989.
- GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ISAYAMA, Hélder F.; WERNECK, Christianne Luce G. O lazer e o mercado. In: WERNECK, Christianne Luce G.; STOPPA, Edmur A.; ISAYAMA, Hélder F. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Lazer: concepções e significados. *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1998. p. 18-27

_____. Lazer e estilos de vida: reflexão e debate na perspectiva da “virada” da contemporaneidade. In: _____; BURGOS, Miria Suzana. (Orgs.). *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-26.

SPINK, Mary Jane. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

Pessoas vivendo com HIV/AIDS e suas representações sobre o lazer em diferentes fases da vida

Patrícia Herold¹

Giuliano Gomes de Assis Pimentel²

Áurea Regina Telles Pupulin³

RESUMO: As pessoas que vivem com HIV (PVHIV) experimentam declínio em suas atividades de lazer, as quais ficam reduzidas, muitas vezes, ao âmbito familiar. Em alguns casos, chega-se ao isolamento, somando as complicações biológicas da síndrome à carência social. Dada essa problemática, o objetivo deste artigo é analisar percepções de PVHIV sobre seu lazer, considerando as mudanças no tipo de atividade no decorrer de diferentes fases da vida. Foi elaborada uma entrevista semiestruturada, realizada com PVHIV regularmente atendidas em Londrina e Maringá (PR). A vida de lazer da PVHIV depois do advento da infecção pelo vírus passa a ter parâmetros definidos de acordo com os sintomas vivenciados no dia a dia e também pelo aval da família. A PVHIV não se sente merecedora de momentos de descontração pelo preconceito inerente da sociedade em relação à doença. A Animação Sociocultural nesse contexto seria uma opção válida de reeducação para vivência do tempo livre da PVHIV, pois apresenta necessidades específicas em relação à saúde, mas, principalmente, necessidade de resgate da cidadania e busca por seus direitos, incluindo o lazer.

¹ Graduada, aluna de mestrado do Programa Pós-Graduação Associado em Educação Física – Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina (UEM/UEL). Contato: DEF/UEM – avenida Colombo, 5790 – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Campus da UEM – 87005-080 – Maringá/PR; e-mail: ggapimentel@uem.br.

² Doutor, docente do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Doutora, docente do Departamento de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

PALAVRAS-CHAVE: lazer; PVHIV (pessoas que vivem com HIV); Animação Sociocultural.

ABSTRACT: People living with HIV (PLHIV) experience decline in their leisure activities, which become reduced, very often, to the family relationships. In some cases, one comes to insulation, adding biological complications to the syndrome of social deprivation. Given this problem, the purpose of this article is to analyse the perception of PLHIV on their leisure, considering changes in the type of activity during different stages of their life. It was prepared a semi-structured interview, conducted with PLHIV who are regularly attended in Londrina and Maringá (Paraná). The life of leisure after the virus infection becomes defined by symptoms experienced and also by the endorsement of the family. PLHIV do not feel that she or he deserves moments of relaxation due to the inherent bias in society towards the disease. The Socio-cultural Animation, in this context, would be a valid option for a re-education experience of the PLHIV'S free-time, since they have specific needs in relation to health, but especially, they need recover their citizenship and search for their rights, leisure included.

KEYWORDS: leisure; people living with HIV (PLHIV); Socio-Cultural Animation.

RÉSUMÉ: Les personnes vivant avec le VIH (PVVIH) connaissent un déclin dans leurs activités de loisirs, qui se réduisent, très souvent, à la situation de famille. Dans certains cas, ils arrivent à l'isolation, ce qu'ajout des complications biologiques au syndrome de la privation sociale. De ce problème, le but de cet article est d'analyser la perception des PVVIH sur leurs loisirs, compte tenu des changements dans le type d'activité au cours de différentes étapes de leur vie. Il a été préparé une entrevue semi-structurée, menée avec les PVVIH qui sont régulièrement assisté à Londrina et Maringá (Paraná). La vie de loisirs après l'infection par le virus devient défini par des symptômes d'expérience et aussi par l'approbation de la famille. PVVIH ne se sentent pas dignes des moments de détente en raison de la distorsion inhérente à la société face à la maladie. L'Animation Socio-culturelle, dans ce contexte serait une option valable pour une expérience de rééducation de la PVVIH de temps libre, car ils ont des besoins spécifiques en matière de santé, mais surtout, ont besoin de recouvrer leur citoyenneté et d'obtenir leur droits, le loisir inclu.

MOTS-CLÉS: loisir; personnes vivant avec VIH (PVVIH); Animation Socio-culturelle.

RESUMEN: Las personas que viven con SIDA (PVHIV) experimentaron disminución en sus actividades de ocio, que se reducen, en muchos casos, a su familia. En algunos, se llega al aislamiento, con la adición de las complicaciones biológicas y del síndrome de privación social. Teniendo en cuenta este problema, es objetivo analizar las percepciones de las PVHIV en su tiempo libre, teniendo en cuenta los cambios en el tipo de actividad durante las diferentes etapas de la vida. Fue elaborada una entrevista semi-estructurada, realizada con PVHIV en Londrina y Maringá (Paraná). El ocio en vida de las PVHIV después de la aparición de la infección por el virus se sustituye por los controles definidos de acuerdo a los síntomas experimentados durante el día y también por observación de la familia. PVHIV no se sienten dignos de momentos de relajación por el sesgo inherente a la sociedad hacia la enfermedad. La Animación Sociocultural en este contexto sería una opción válida para la experiencia de re-educación del tiempo libre de las PVHIV, ya que tienen necesidades específicas en relación con la salud, pero sobre todo, la necesidad de rescate y búsqueda de sus derechos de ciudadanía, incluidos los de ocio.

PALABRAS CLAVE: ocio y tiempo livre; portadores de SIDA; Animación Sociocultural.

Introdução

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) foi descrita em 1981 nos Estados Unidos. No início, o HIV/AIDS era restrito a alguns grupos de risco, como homossexuais e usuários de drogas endovenosas, mas, com o passar dos anos, sofreu alterações epidemiológica e demográfica, tornando-se uma pandemia (Ministério da Saúde, 2010). Segundo as estimativas globais publicadas pela UNAIDS e pela World Health Organization (2010), o número de pessoas que viviam com HIV/AIDS até o ano de 2008 era de 33,4 milhões e houve 2 milhões de mortes em decorrência de AIDS.

Desde que surgiu, a AIDS propagou-se pelo mundo, transformando-se em um dos maiores desafios de saúde pública das três últimas décadas. Uma das maiores preocupações sobre a infecção pelo HIV é que ela tem afetado pessoas em idade produtiva. Segundo os dados da UNAIDS (2010), estima-se que nove em cada dez pessoas que vivem com HIV são jovens adultos.

De 1980 até junho de 2009, foram identificados 544.846 casos de HIV/AIDS no Brasil. Em média, são identificados 35 mil novos casos por ano. No Brasil, existem diferenças regionais com declínio da taxa de incidência nas regiões Sudeste e Centro-

-Oeste e aumento nas regiões Norte, Nordeste e Sul. A região Sudeste é responsável pelo maior percentual, 59,3%; a Sul, 19,2%; a Nordeste, 11,9%; a Centro-Oeste; 5,7%; e a Norte, 3,9% (UNGASS – HIV/AIDS, 2010).

Desde o início da epidemia (1980-2007), foram notificados 23.144 casos de AIDS no Paraná, e a incidência de novos casos registrados apenas em 2006 foi de 1.551 (Ministério da Saúde, 2010). Segundo o Programa Nacional de Controle de DST e AIDS, os cinco municípios do Paraná com maior concentração de casos de HIV/AIDS são: Curitiba, com 7.080; Londrina, com 1.320; Foz do Iguaçu, com 739; Maringá; com 680; e Paranaguá, com 673 (Ministério da Saúde, 2010).

Muitos progressos aconteceram em relação ao tratamento antirretroviral. Porém, novas questões surgem com o decorrer do tempo. Dentre elas, o enfraquecimento das relações sociais, as quais se perdem com a descoberta da contaminação.

A doença desorganiza parâmetros até então utilizados para o estabelecimento das relações do indivíduo nas relações sociais, bem como de seus ajustamentos à vida em sociedade. Esses problemas ainda tocam os relacionamentos pessoais mais próximos, como os contatos estabelecidos na família, no trabalho, entre amigos, nos momentos de lazer e nas relações afetivas. A partir do diagnóstico da doença, o futuro torna-se desconhecido e assustador, gerando ansiedade, insegurança e medo. E é no confronto com essa nova realidade que a pessoa passa a vivenciar momentos de grande sofrimento (Almeida e Labronici, 2007).

Em consequência, as pessoas que vivem com HIV (PVHIV) experimentam declínio em suas atividades de lazer. Elas ficam reduzidas, muitas vezes, ao âmbito familiar. Em alguns casos, chega-se ao isolamento total, fazendo com que essas pessoas passem a lidar com o difícil estado clínico pertinente à doença e, paralelamente, com a carência social, impactando diretamente sua qualidade de vida. Nesse sentido, são necessárias intervenções de lazer específicas para PVHIV, “que tenham como meta incluir a participação efetiva, tanto quantitativa quanto qualitativamente desses sujeitos” (Sales, 2009, p. 8).

Essa tendência confirma-se, de acordo com Carvalho (2008), que diz que cada vez mais o poder público recruta “profissionais de diferentes áreas de origem para agir em saúde” (p. 110). O lazer passa, assim, a apresentar seus benefícios no diagnóstico e na terapêutica em diversas situações. “O profissional que atua no campo do lazer também pode conquistar um espaço de articulação e composição no campo da saúde” (Carvalho, 2008, p. 110).

Considerando essa problemática, o objetivo deste artigo é analisar as percepções de PVHIV sobre seu lazer, considerando as mudanças no tipo de atividade no decorrer de diferentes fases da vida.

Metodologia

Para iniciar as compreensões acerca do lazer desse grupo específico, foi elaborada uma entrevista semiestruturada, realizada com pessoas regularmente atendidas no Departamento de Ciências Básicas da Saúde da UEM, em Maringá (PR), e na 17ª Secretaria Regional de Saúde da cidade de Londrina (PR).

A definição da amostra foi referente à saturação dos dados, ou seja, quando as falas se reiteravam. As entrevistas foram gravadas em áudio. No total, foram entrevistadas 37 pessoas, com idade entre 17 e 54 anos, sendo 12 mulheres e 25 homens. Antes das entrevistas, os pacientes recebiam explicação sobre o trabalho e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise considerou as falas dos sujeitos como um dado de suas representações individuais, buscando, por meio das categorias presentes em seus discursos identificar as recorrências como representações coletivas, ou seja, o pensamento do senso comum de uma PVHIV.

Resultados e discussão

A primeira pergunta da entrevista foi referente ao lazer na adolescência. Com ela, buscou-se observar como o lazer era compreendido numa época em que buscas e descobertas são constantes, identificando quais atividades foram mais procuradas pelas PVHIV e observando quais são os mecanismos de influência da idade e do gênero na adesão às práticas de lazer. De acordo com Wankel (1994), as pesquisas têm demonstrado claramente que o comportamento dos jovens não é apenas influenciado pelas experiências objetivas, mas também pela percepção dessas experiências. A acessibilidade às práticas de atividade física ou de lazer no tempo livre é claramente dependente de um conjunto de fatores, entre os quais sexo, idade e contexto social.

Tendo em vista a pluralidade de pensamentos relacionados ao lazer, no presente estudo ele será considerado uma atividade não obrigatória, de busca pelo prazer pessoal e realizada no tempo livre (Gutierrez, 2001). É possível, ainda, entender lazer como atividade que compreende as funções de recuperação (que liberam da fadiga), de divertimento (que liberam do tédio) e de desenvolvimento (que podem resgatar as forças criativas dos estereótipos e rotinas impostos pelo cotidiano) (Dumazedier, 1994). São várias as finalidades do lazer, das quais se destacam: recreação, distração, descanso, reflexão sobre a realidade, imaginação, criatividade, atenuação do estresse e renovação de energias (Burgos, Biguelini e Machado, 2002). Como resultado, pode-se obter o prazer, a inquietação para a criatividade, a tranquilidade e os sentimentos trazidos pela vivência humana.

As atividades de lazer podem ser pensadas de forma diferenciada das atividades físicas sistematizadas e que podem também proporcionar, além de melhoras fisiológicas, possibilidades de vivenciar outras realidades e viverem outros valores. Na perspectiva da saúde mental, podemos entender o lazer como atividades prazerosas realizadas no tempo livre, com intuito de divertimento, descanso e desenvolvimento (Pondé, 2007).

Parte dos entrevistados relatou residir em sítios ou áreas periféricas da cidade e que o trabalho na roça predominava em seu dia. Ao chegarem em casa, tinham afazeres domésticos, ou seja, relatavam uma adolescência de muito trabalho e pouco lazer. Este, portanto, se resumia aos fins de semana, em quermesses, pescarias, conversas com amigos, programas de televisão, brincadeiras de rua (pegar, esconder etc.). Frases como “na adolescência [...], o lazer era trabalhar, sempre trabalhei na roça”; “[...] cuidava dos meus irmãos”; “[...] jogava bola, ia ao riozinho [...]” foram comuns nas entrevistas.

Nessas regiões, verifica-se, de acordo com os entrevistados, a ausência de investimentos em infraestrutura por parte do poder público, no que se refere à criação de equipamentos de lazer mais elaborados próximos ao bairro ou no próprio bairro, fazendo com que as pessoas tenham de se deslocar para outras localidades centrais da cidade, o que pode se apresentar como um fator limitante. Além disso, o fato de terem de começar precocemente a trabalhar para ajudar a família também está inserido nesse contexto, conforme a fala abaixo:

[O lazer na adolescência] (...) era tomar cerveja, andava de bicicleta, mas comecei a trabalhar com 12 anos e ficou tudo reduzido a trabalho e estudo (homem, 46 anos, Londrina, soropositivo desde 2005).

Para Lazzarotti Filho (2007), o lazer não é somente um projeto de governo, que está presente no aparato legal do Estado brasileiro, mas configura-se como direito garantido na constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, 1988). O direito ao lazer existe, o que não existe é a sua sistematização em forma de programas e políticas sociais que possam desenvolver atividades responsáveis e que estejam comprometidas com a transformação social, que possam romper com as algemas que ajudam a prender PVHIV à ociosidade e que impossibilitam a busca por uma qualidade de vida melhor, envolvendo-os ainda mais em suas teias de preocupações, culpas e desapego à vida.

A segunda questão falava das vontades e dos anseios deste grupo de PVHIV. Foi perguntado se havia algo que gostariam de ter feito na adolescência e que, por diversos motivos, não foi feito. O intuito de tal questão foi buscar o perfil do entrevistado, além de atividades que possam ser retomadas nessa nova fase da vida. No entanto, ao se depararem com a questão, relataram que perdas de oportunidades de estudos foram

o grande arrependimento da vida adolescente de vários deles, conforme descrevem as frases abaixo:

Entrevistador: tinha algo que gostaria de ter feito na adolescência e que não fez?

Terminar os estudos (mulher, 28 anos, portadora desde 2000, Londrina).

Eu acho que relacionado aos estudos, que abandonei por causa do trabalho. Na empresa precisava ter horário disponível (homem, 42 anos, soropositivo desde 2004).

A única coisa que gostaria de fazer e não fiz foi estudar pra tentar progredir (homem, 44 anos, soropositivo desde 2005, Londrina).

Não, só de estudar (mulher, 42 anos, soropositiva desde 2008, Londrina).

Outro ponto observado dizia respeito às oportunidades vinculadas a esportes e outras atividades físicas:

Capoeira. Não fiz mais por causa da minha mãe (mulher, 26 anos, soropositiva desde 2006, Maringá).

Naquela época eu queria ter feito academia, musculação ou natação [...] ouvia meus colegas falarem que faziam (homem, 43 anos, soropositivo desde 1999, Londrina).

Parei muito cedo de brincar [...] gostaria de ter feito natação [...] sou tipo martelo sem cabo (homem, 46 anos, soropositivo desde 2005, Londrina).

Gostaria de ter feito ginástica olímpica, mas pra isso teria de ter entrado na idade certa [...] (homem, 44 anos, soropositivo desde 1991, Londrina).

As brincadeiras infantis também foram citadas pelos entrevistados:

Queria ir a piquenique, praia, mas sempre estava trabalhando. Queria novas amizades (homem, 34 anos, soropositivo desde 2002, Maringá).

Gostaria de ter viajado, ir à praia. Meus pais não deixavam (homem, 38 anos, soropositivo desde 2006, Maringá).

Estudar, brincar de boneca, brincar na rua (mulher, 28 anos, soropositiva desde 2000, Londrina).

Todo esse resgate da infância e adolescência demonstrou que a falta de oportunidades no lazer fica a cargo das condições financeiras ou da falta de tempo devido ao trabalho precoce. No entanto, os entrevistados apresentaram tal época como saudável para a saúde e, independentemente das condições, uma época de muita responsabilidade.

A PVHIV e sua família podem viver dramas humanos e sociais no cotidiano pessoal, institucional e social, em virtude do preconceito, do estigma, do medo da morte, da solidão e do silêncio. Muitas pessoas ainda atribuem à AIDS a responsabilidade e a culpa de determinados grupos sociais (homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos) (Esposito e Kahhale, 2006). Dentre os relatos, percebemos, assim, que usar drogas e buscar sexo não foram consideradas atividades de lazer, embora acontecessem na sua maioria no tempo livre e por serem o modo pelo qual contraíram o vírus. Rojek (1999) mostra que determinados aspectos antissociais e amorais não são considerados características de lazer.

O lazer, na sociedade ocidental, possui um aspecto positivo. Dessa forma, é visto como uma recompensa pela jornada de trabalho (Rojek, 1999), mas que, em certas falas, se mostra como ociosidade e tempo mal aproveitado.

Entrevistador: Como era o lazer antes do vírus?

Pescaria (homem, 46 anos, soropositivo desde 2005, Londrina).

Saía de noite, nos fins de semana, fazia caminhada (homem, 46 anos, soropositivo desde 1999, Londrina).

Eu sou bem caseiro, nunca fui de ir a “buteco”, essas coisas; fico mais em casa com a família (homem, 40 anos, soropositivo desde 2007, Londrina).

Meu lazer é tv e internet (homem, 17 anos, soropositivo desde 2009, Londrina).

Sexo e drogas foram vistos como atividades ilícitas ou suicidas. Quando indagados sobre o lazer na fase adulta, antes de contrair o vírus, essas atividades eram citadas

apenas como uma fase na qual contraíram o vírus, e que ficavam subentendidas em suas falas. Explicitamente, poucos relatavam suas experiências:

Adolescência [...] eu não tinha lazer. Por que eu comecei a usar droga com 11 anos. Só usava droga. Usei até os 22 (mulher, 28 anos, soropositiva desde 2000, Londrina).

Achei que era o fim, que tinha acabado tudo. Até por que eu tive informação. Mas mesmo assim fui e fiz e não me perdoava. No início, pensei até em me matar. Mas hoje dei uma guinada totalmente diferente. A vida promíscua que eu tinha, não tem o porquê. Eu tinha amigas prostitutas, se envolvia naquela baderna mesmo, uma bagunça. Mas hoje eu sou catequista, estou noivo (homem, 38 anos, soropositivo desde 2008, Londrina).

O conhecimento do diagnóstico desperta diversos sentimentos na vida das pessoas: medo do preconceito e dos julgamentos que a doença pode gerar, receio da rejeição da família, dentre outros. O enfrentamento da doença e sua incorporação ao processo de viver são questões que normalmente geram ansiedade e sofrimento.

A descoberta da soropositividade surpreendeu muitos indivíduos que não se identificavam como vulneráveis ao contágio. De acordo com Dessunti e Reis (2007), o período entre a contaminação do HIV e a manifestação da AIDS pode levar alguns anos. Porém, apesar da PVHIV estar muitas vezes assintomática, pode apresentar importantes transtornos na esfera psicossocial, a partir do momento que sabe de seu diagnóstico, como podemos observar nos depoimentos a seguir:

Mudou muito minha vida. Minha família, convivência, parece que todo mundo se afastou. Comportamento das pessoas com a gente. Moro eu e meu filho e meu companheiro. Poucas pessoas sabem. E acabei me afastando (mulher, 42 anos, soropositiva desde 2008, Londrina).

Eu separo em antes e depois. Pra mim [...] então, descobrir foi horrível, tinha filha pra criar, descobri pelo marido que ficou doente (mulher, 36 anos, soropositiva desde 1997, Londrina).

Foi um marco sim. Ficou com antes e pós. Mudou tudo, não tem como falar que não muda. Muda tua perspectiva de vida, muda tua projeção, qualidade de vida, relacionamento. Em algumas coisas foi até pra melhor, mas muitas, né [...] é como não te pertence mais. Como as possibilidades, perspectivas, sonhos, sabe? [...] são

coisas que te matam mais que a doença [...] matam sonhos que você gostaria de realizar (homem, 44 anos, soropositivo desde 1991, Londrina).

Conforme já apontado na literatura, receber o resultado de um diagnóstico positivo para o HIV desperta nos indivíduos uma variedade de sentimentos, entre eles surpresa, decepção, tristeza, desespero, medo do desconhecido e do que poderá acontecer. Esse diagnóstico é quase sempre interpretado como um sinal de alerta sobre o fim dos sonhos, dos planos e possibilidades de vida (Vieira e Padilha, 2007).

As emoções apresentadas a partir da devolução de um resultado positivo para o HIV estão relacionadas com sentimentos experimentados em situações limite impostas pela vida, embora a intensidade possa ser maior devido às interpretações subjetivas do sujeito acerca do conceito compartilhado socialmente sobre a AIDS. Essas reações são fortemente influenciadas pelas crenças e pelos valores cultivados pelo indivíduo, assim como pelo grupo social ao qual ele está inserido.

Os relatos sobre o lazer após a confirmação da soropositividade mostram a redução ainda maior dessas atividades. Pelo sentimento de culpa e cuidados com a saúde, muitos não se sentem à vontade em sair para a rua com o medo de terem sua identidade de “portador de HIV” revelada. Também sentem a saúde mais frágil e, dessa forma, o lazer fica resumido a atividades mais passivas, como passeios na casa de parentes e igrejas, conforme as falas a seguir:

Hoje é mais assim assistir um filme em casa, fazer um churrasquinho entre amigos de vez em quando, jogar baralho, passear na casa de parentes (homem, 24 anos, soropositivo desde 2005, Londrina).

Agora gosto de ver TV (homem, 54 anos, soropositivo desde 2003, Londrina).

Ia mais a baladas; agora é mais light, nem pensar em amanhecer na rua. Tomar uns goles a mais também não dá. E o remédio também judia demais da gente. Daí quando quero beber um pouco, não tomo o remédio (homem, 34 anos, soropositivo desde 2002, Londrina).

Prefiro ficar em casa, evito lugar com outras pessoas. No Natal mesmo passei em casa sozinha (mulher, 42 anos, soropositiva desde 2008, Londrina).

Restringiu as pessoas que mantenho contato, mas continuei saindo, mas menos que antes, até por que a gente acha que está carregando uma placa escrita que temos o vírus. Aqui mesmo, quando entramos aqui (Secretaria de Saúde), mui-

tos olham pra ver se alguém está vendo elas entrarem aqui (homem, 40 anos, soropositivo desde 2006, Londrina).

Com os sintomas começaram as mudanças, emagreci muito, principalmente o rosto. Depois que eu fiz preenchimento no rosto, que fiquei mais à vontade. Já faz muito tempo que não namoro e isso me deixa muito deprimido [...] tive uma crise forte de depressão há um ano mais ou menos e hoje faço tratamento. De uns quatro meses pra cá que tenho alguns amigos daqui (do grupo de apoio). Eu moro sozinho (homem, 43 anos, soropositivo desde 1999, Londrina).

Em seus estudos, Terto Jr. (2002) afirma que algumas PVHIV que apresentam baixa autoestima ou medo de discriminação sob pressão dos preconceitos têm encontrado dificuldades em buscar apoio e construir elos com outras pessoas, grupos, movimentos e instituições, por temor ou negligência seja consigo mesmo, seja com os outros. Com isso, percebe-se um grande comprometimento nas relações das redes sociais pessoais, tanto por parte da pessoa soropositiva, quanto por parte das pessoas que integravam sua rede.

Esses dados evidenciam que as discussões sobre a saúde da PVHIV não deve ser reduzida aos aspectos epidemiológicos. Isso seria um reducionismo, e Minayo (1998, p. 36) nos alerta que “o que a AIDS, em particular, vem mostrar é a necessidade de interação, sem pretensões de hegemonia, entre as ciências biomédicas e antropológicas”. Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8), qualidade de vida é um conceito polissêmico, mas que “pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar”.

Para endossar essa afirmativa, observa-se que, apesar dos benefícios alcançados em relação ao controle da doença, a infecção pelo vírus da AIDS ainda é frequentemente associada à adoção de comportamentos não aceitos socialmente, como a promiscuidade, a homossexualidade e o uso de drogas (Maliska, 2005). Como, a princípio, os sujeitos identificados tinham em comum a homossexualidade, a doença foi inicialmente chamada de “peste gay”. Foi atravessada pelos discursos científicos, midiáticos e moralistas, os quais entoavam que essa epidemia teria surgido em razão da “permissividade generalizada de nossos tempos”, com músicas e atitudes sexuais libertárias e “vulgares”, uso de drogas, famílias “desorganizadas” e os movimentos sociais “baderneiros” (Sontag, 2007, p. 126).

Finalizando a entrevista, foram indagados em relação ao interesse em participar de um grupo com práticas de atividade física ou de lazer. O interesse maior ficou por conta das atividades físicas sistematizadas, endossando a necessidade de melhora do físico para melhor enfrentar as patologias decorrentes da contaminação e da terapia antirretroviral.

Atividade com peso acho que seria bom pra mim também, por que eu tenho AVC e acho que pode melhorar bastante (mulher, 41 anos, soropositiva desde 1993, Londrina).

Olha, eu, como tenho diabete, hepatite e o HIV, teria até que participar de atividade física pra fortalecer (mulher, 47 anos, soropositiva desde 2004, Maringá).

Acho que atividades de musculação, pra firmar os músculos, é legal (homem, 38 anos, soropositivo desde 2008, Londrina).

Gostaria de ginástica aeróbica, com músicas gostosas, alongamentos, mexer o corpo mesmo (homem, 34 anos, soropositivo desde 2002, Maringá).

Sim, se for com acompanhamento, avaliação, eu faço sim. Caminhada, eu já sei o meu potencial. Eu gostaria de fazer alongamento, outras coisas (mulher, 53 anos, soropositiva desde 2007, Londrina).

Sem desconsiderar a importância de alguns trabalhos no campo do lazer que se dirigem à questão da saúde e, também, focalizam as PVHIV, observa-se que, em sua maioria, eles apresentam uma perspectiva funcional. Esses estudos assumem as atividades como compensatórias, instrumentalizando o lúdico (Cândido, 2005).

Com isso, acredita-se que essas atividades fazem essas pessoas deixarem de enfrentar, adequadamente, a segregação a que são submetidas e não promovem a integração com a sociedade. Para ilustrar essa constatação, Sales (2009), em um grupo de apoio acompanhado pelo autor, percebeu a importância das práticas da cultura corporal do movimento humano, como danças, jogos, esportes, brincadeiras, lutas, ginásticas e práticas de vivência lúdica na humanização da PVHIV. O autor ainda endossa o lazer como direito social conquistado pelos sujeitos e que, para as PVHIV, esses direitos passaram a ser transformados em favor e tutela, ressaltando a dependência e a exclusão, dificultando sua liberdade.

Enfatiza-se que, ao serem apontados os limites dessas investigações, não é possível desconsiderar que essas pesquisas, relacionando lazer e saúde, já vêm acontecendo há algum tempo e são tributárias de mudanças no conceito de saúde, como afirma Carvalho (2008). A importância de se discutir formas de participação de PVHIV nos serviços públicos de saúde deve-se a uma concepção que se vem tornando bastante difundida no campo da saúde pública: o avanço substantivo na qualidade dos serviços e das ações de saúde. Sejam elas preventivas ou de promoção, só são possíveis com a participação efetiva da população, pois esta pode apontar problemas e soluções que atendam às suas demandas mais diretamente.

Nesse sentido, vislumbramos a necessidade de um exercício efetivo de cidadania, qualidade de vida e transformação social; e encontramos na Animação Sociocultural essa preocupação com a emancipação dos sujeitos.

Considerações finais

Ao se deparar com a nova realidade, a PVHIV priva-se dos momentos de lazer por não se achar merecedora de momentos de relaxamento e felicidade ou pela debilidade proporcionada pela infecção do HIV/AIDS. No entanto, seria mais necessário justamente nesse momento um novo olhar sobre o futuro, colocando o lazer com certa prioridade, a fim de vivenciar novas experiências nessa fase tão cheia de incertezas perante a longevidade.

A grande maioria relatou em suas falas morar em zona rural nos períodos de infância e adolescência, onde a realidade nessas fases da vida se mostravam envoltas em responsabilidades com afazeres domésticos e trabalhos no campo, ajudando a família. Isso pode explicar os relatos sobre não terem tempo para lazer ou que, quando o tinham, ele era aproveitado de forma sadia, com passeios na casa de amigos ou na igreja.

A transferência do campo para a cidade também marcou as mudanças no lazer. As PVHIV julgaram que esse êxodo rural as deixou vulneráveis a “coisas erradas”, como drogas e sexo fácil, as quais não foram consideradas atividades de lazer, embora acontecessem em tempo livre.

O marco da descoberta da sorologia também foi grandemente explicitado. A sensação de luto antecipado e culpa pelo comportamento foi comum. Os sonhos e planos futuros foram substituídos por cuidados médicos e mudanças de hábitos de vida, pois o corpo nesse momento passa a requerer cuidados especiais.

A vida de lazer da PVHIV depois do advento da infecção pelo vírus passa a ter outros parâmetros, definidos de acordo com os sintomas vivenciados no dia a dia e também com o aval da família. Além disso, a PVHIV não se sente merecedora de momentos de descontração pelo preconceito inerente da sociedade em relação à doença, situação já discutida.

A AIDS é uma doença que apresenta significados construídos culturalmente, pois surgiu no mundo não apenas como mais uma patologia considerada sem cura, mas também como uma condição que causa pânico na maioria da população. Essa constatação indica a necessidade de se rediscutir conceitos, preconceitos e posturas diante dessa realidade (Sales, 2009).

De acordo com França (2000), em função dessas representações, as PVHIV vivenciam emoções singulares permeadas de sofrimento dentro de um contexto repleto de significados, entre os quais: o medo do abandono, de ser julgado e de revelar sua

identidade social, a culpa pelo adoecimento, a impotência, a fuga, a clandestinidade, a omissão, a exclusão e o suicídio. Essa condição, originada no convívio com o social, reforça hábitos e cria expectativas, que são, em última instância, baseados em preconceitos.

A perspectiva de PVHIV de que possam considerar as possibilidades de sentido para a vida (cotidiana e pós-contaminação) deve ser estimulante no que diz respeito à busca por novos olhares sobre sua participação na sociedade.

O presente trabalho buscará, assim, contribuir com uma reflexão sobre a apropriação do tempo livre realizada pelo soropositivo, buscando entender como a Animação Sociocultural pode cooperar para que as práticas de lazer possuam significados relevantes para um maior entendimento de sua condição concreta de saúde e de sua estigmatização na sociedade.

Visualizamos, dessa forma, o potencial da Animação Sociocultural no oferecimento de possibilidades diferenciadas de inserção do soropositivo na sociedade, uma vez que essa perspectiva visa ao “empreendimento de ações politicamente engajadas e comprometidas com a mudança da realidade injusta encontrada em nosso meio” (Isayama, 2009, p. 410). Esse processo de sensibilização, com caráter de mediação e diálogo (Melo, Brêtas e Monteiro, 2009) pode ser definido como:

[...] uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na ideia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem concretude à nossa existência cotidiana, construída com base no princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a ideia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática) sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa (Melo, 2006, p. 28-29).

Podemos conceituar Animação Sociocultural como um conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sociopolítica em que estão integradas (Melo, 2006).

Para pesquisar as práticas de lazer e sua circulação no cotidiano das pessoas que vivem com HIV/AIDS, resta a necessidade de saber como essas pessoas representam a qualidade de vida e o lazer. A qualidade de vida emerge sob uma subjetividade que torna difícil a conceituação restrita do termo, que se refere, sobretudo, à história pessoal de cada um de nós; ou seja, ao que valorizamos como aquilo que é bom para

que vivamos nosso dia a dia de forma positiva. Por isso, é relevante o estudo das Representações Sociais sobre a qualidade de vida daqueles nos quais iremos intervir. É preciso identificar qual o grau de associação que as pessoas estabelecem entre as atividades de lazer e o que se tem chamado de *qualidade de vida*.

A PVHIV enfrenta o desafio de construir uma experiência do tempo cotidiano que permita a existência da memória, em um contexto histórico de grande complexidade social que exige a reinvenção permanente do futuro. Aí, o lazer, sob a perspectiva da Animação Sociocultural, pode funcionar como campo de potencial liberdade, podendo ser uma chave para o necessário equilíbrio entre a autoconsciência e a alteridade, elementos fundamentais na constituição das sociedades democráticas. Os fenômenos relacionados com as atividades de lazer estão no centro dos processos de formação da subjetividade e dos valores sociais nas sociedades contemporâneas (Carrano, 2003).

A Animação Sociocultural, segundo Waichman (2004), surgiu em 1950 com o intuito de vislumbrar uma nova metodologia para a educação de adultos, sendo seu responsável o pesquisador Joffre Dumazedier. No Brasil, Victor Andrade de Melo (2006) apresenta um panorama dos estudos referentes a essa temática, mostrando que ela se encontra bastante presente em discussões em países europeus, mas que no Brasil ainda estamos iniciando as pesquisas sobre esta “intervenção pedagógica” (p. 15).

A discussão a respeito da Animação Sociocultural, assim como nos Estudos Culturais, instaura-se a partir do desejo de modificar a realidade social e da crença de que uma atuação dentro da perspectiva da própria Animação Cultural pode ser uma importante ferramenta para essa conquista, um meio para tal transformação. Apresentando-se de forma abrangente, essa perspectiva pode ser aplicada em diversos espaços sociais, inclusive lazer e esportes, conforme advoga o autor:

[A Animação Cultural] é uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendida por somente uma área de conhecimento (Melo, 2006, p. 29).

A Animação Sociocultural no contexto de grupos específicos seria uma opção válida de atividades de lazer para PVHIV, pois estas apresentam necessidades específicas em relação à saúde e, principalmente, de resgate da cidadania e busca por seus direitos.

Considera-se, portanto, neste estudo, o lazer como uma das possibilidades de ação educativa e como um projeto de reivindicação social (Marcellino, 1989) que gere valores responsáveis pela construção de práticas corporais e que promova a participação coletiva das PVHIV através de atividades prazerosas, tendo na alegria e

na festa elementos fomentadores de dinâmicas sociais, que resultem na emancipação e autonomia humana.

Sendo assim, advogamos um lazer estabelecido como prática social, capaz de incluir todos e, por isso, como possibilidade de construção humana, sendo veículo e objeto da cidadania, de conquista e de emancipação humana. O desenvolvimento de um tempo de lazer pode proporcionar a vivência de componentes lúdicos cujos conteúdos são altamente educativos à medida que contribuem para a manifestação de valores críticos e questionadores da realidade social.

Referências

- ALMEIDA, M. R. de C. B. de; LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral/The silent itinerary of people with HIV told through oral history. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 1, p. 263-274, jan.-mar. 2007.
- BURGOS, M. S.; BIGUELINI, G.; MACHADO, D. O. Jogos e lazer enquanto dimensões do estilo de vida: um estudo com crianças e adolescentes do Projeto Cestinha – UNISC. In: BURGOS M. S.; MAGALHÃES PINTO, L. M. S. (Orgs.). *Lazer e estilo de vida*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 65-93.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. *Boletim Epidemiol. AIDS*, Ano 5, n. 1, 1ª-26ª semanas epidemiológicas, jan.-jun. 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 2.ed. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- CÂNDIDO, F. P. Lazer, trabalho, capital e educação: reprodução x alternativa socialista. *Segundo Seminário Nacional Estado e Políticas Social no Brasil*. 2005.
- CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues. *Juventude e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARVALHO, Y. M. Lazer e saúde: a sociedade e o social. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.
- DESSUNTI, E. M.; REIS, A. O. A. Fatores psicossociais e comportamentais associados ao risco de DST/AIDS entre estudantes da área de saúde. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 267-274, 2007.
- DUMAZEDIER, J. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1994.
- ESPOSITO, A. P. G.; KAHHALE, E. M. P. Profissionais do sexo: sentidos produzidos no cotidiano do trabalho e aspectos relacionados ao HIV. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. n. 19, p. 329-339, 2006.
- FRANÇA, I. S. X. de. Convivendo com a soropositividade HIV/AIDS: do conceito aos preconceitos/ Living with positive serum for HIV/AIDS: from concept to preconceptions. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 53, n. 4, p. 491-498, out.-dez. 2000.
- GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

- ISAYAMA, H. F. Atuação do profissional de educação física no âmbito do lazer: a perspectiva da animação cultural. *Motriz*. Rio Claro, v. 15, n. 2, p. 407-413, abr.-jun. 2009.
- LAZZAROTTI FILHO, A. Formação para a ação: a experiência do esporte e lazer da cidade no “Nortão” do Mato Grosso. In: CASTELANNI FILHO, Lino (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- LAZZAROTTO, A. R. *A concepção da atividade física dos pacientes soropositivos e doentes de AIDS do serviço de assistência especializada do centro municipal de atendimento em doenças sexualmente transmissíveis e AIDS de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física, 1999
- MALBERGIER, A.; SCHOFFEL, A. C. Tratamento de depressão em indivíduos infectados pelo HIV. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 23, n. 3, p. 160-167, 2001.
- MALISKA, I. C. A. *O itinerário de indivíduos portadores de HIV/AIDS*. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. 6.ed. Campinas: Papirus, 1989.
- MELO, V. A. de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas: Papirus, 2006.
- MELO, V. A.; BRÊTAS, A.; MONTEIRO, M. B. Fundamentos do lazer e da animação cultural. In: OLIVEIRA, A. A. B. de; PERIM, G. L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009.
- MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.
- MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *AIDS em números*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2010.
- PONDÉ, M. P. *Lazer e saúde mental*. Salvador: FBDC, 2007. 230 p.
- SALES, R. A. de J. *Homossexualidade masculina, lazer e HIV/AIDS: entre a revelação e o encobrimento das identidades*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 2009.
- SONTAG, S. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Trad. Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TERTO JR., V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. *Horizonte antropológico* [on-line]. v. 8, n. 17, p. 147-158, 2002.
- UNAIDS. *Reducing HIV stigma and discrimination: a critical part of national aids programmes*. Genebra, Suíça: Joint United Nations Programme on HIV/AIDS, 2007.
- UNAIDS. *Dados epidemiológicos sobre HIV/AIDS*. Disponível em: <http://data.unaids.org/Publications/Fact-Sheets04/fs_brazil_24jul05_po.pdf>. Acesso em: 3 Jun. 2010.
- VIEIRA, M., PADILHA, M. I. C. S. O cotidiano das famílias que convivem com o HIV: um relato de experiência. *Escola Anna Nery*, v. 11, n. 2, p. 351-357, 2007.
- WAICHMAN, P. A. A respeito dos enfoques em recreação. *Revista da Educação Física da UEM*, v. 15, n. 2, p. 22-31, 2. sem. 2004.

WANKEL, L. M. Health and leisure: Inextricably linked. *Journal of Physical Education, Recreation & Dance*, v. 65, n. 4, p. 28-31, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO and HIV/AIDS*. Disponível em: <<http://www.who.int/hiv/en/>>. Acesso em: 1 jun. 2010.

Parques esportivos em Campo Grande (MS): desafios à inclusão

*Junior Vagner Pereira da Silva*¹
*Quezia Pinheiro Tosta*²
*Marceli Knapik*³
*Angela Cristina Santos Gil Lins*⁴
*Tânia Mara Vieira Sampaio*⁵

RESUMO: Objetivou-se analisar a acessibilidade em dois parques públicos de lazer em Campo Grande (MS). A técnica de investigação adotada foi a análise morfológica, utilizando-se como instrumento um *check-list* criado em conformidade com as normas de acessibilidade vigente no Brasil. Os resultados indicam a existência de diversos problemas relativos à acessibilidade – obstáculos físicos e/ou inadequação das medidas na maioria dos portões de acesso; inexistência de sinalizações (visuais/táteis/auditivas) próximas aos portões de acesso; falta de estacionamento e reserva de vagas às pessoas com deficiência; ausência – em um dos parques – e inacessibilidade – em outro – a telefones públicos; inadequação dos banheiros e vestiários; falta de cuidados e medidas apropriadas de acesso das pessoas com deficiência à piscina e inacessibilidade às quadras, em um dos parques. Conclui-se que ambos os parques são inacessíveis às pessoas com deficiência física, pois não atendem adequadamente várias recomendações, e, assim, intervenções devem ser realizadas com urgência pelo poder público municipal, a fim de fazer valer os direitos constitucionais de ir e vir e de acesso

¹ Bolsista PROSUP/CAPES, doutorando em Educação Física na Universidade Católica de Brasília. Contato: rua 14 de Julho, 5141, bl. c 7/33 – 79011-470 – Campo Grande/MS; e-mail: jr_lazer@yahoo.com.br.

² Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhanguera/UNIDERP.

³ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Anhanguera/UNIDERP.

⁴ Especialista em Arquitetura e Urbanismo.

⁵ Doutora, Universidade Católica de Brasília.

a esses bens culturais a todo cidadão, condição que pode contribuir sobremaneira com a educação – para o lazer, pelo lazer e para o respeito e convivência com a diversidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; diversidade humana; direitos sociais.

ABSTRACT: The goal was to examine the accessibility in two public parks of leisure in Campo Grande (MS). The research technique adopted was the morphological analysis using a check-list as a tool, created in accordance with the standards of accessibility existing in Brazil. The results indicated the existence of various problems related to accessibility – physical obstacles and/or inadequate measures in most access of the gates, lack of signals (visual/tactile/hearing) next to the entrance gates, lack of parking and reserved places for people with disabilities; absence – in one of the parks – and inaccessibility in another – to public telephones; inadequacy of the restrooms and locker rooms, absence of care and appropriate access to disabled people in the pool and inaccessibility to courts in one of the parks. We conclude that both parks are inaccessible to disabled people, because a number of recommendations do not meet properly, and interventions should be done urgently by the municipal government in order to enforce the constitutional rights of come and go and the access to these cultural goods to every citizen, conditions which may contribute greatly to education – for recreation, leisure and for respect and contact with human diversity.

KEYWORDS: leisure; human diversity; social rights.

RÉSUMÉ: L'objectif était d'examiner l'accessibilité de deux parcs publics de sports à Campo Grande, (MS). La technique de recherche utilisée est l'analyse morphologique, en utilisant une liste de contrôle, créé en conformité avec les normes d'accessibilité en vigueur au Brésil. Les résultats indiquent l'existence de divers problèmes liés à l'accessibilité – les obstacles physiques et/ou des mesures insuffisantes dans la plupart des portes d'accès; pas de signalisations (visuelles/tactiles/auditives) près des portes d'accès; le manque de places de stationnement et de la réserve aux personnes handicapées; absence – dans l'un des parcs – et l'inaccessibilité – dans l'autre – aux téléphones publics; salles de bains et vestiaires insuffisantes, manque de soins et un accès approprié aux personnes handicapées dans la piscine et l'inaccessibilité à la cour dans l'un des parcs. On a conclu que les deux parcs sont inaccessibles aux personnes ayant une déficience physique, parce qu'ils ne répondent pas adéquatement à plusieurs recommandations; interventions devraient être prises d'urgence par le gouvernement municipal en vue de faire respecter les droits constitutionnels

d'aller et venir et l'accès à ces biens culturels à tous les citoyens, une condition qui peut contribuer grandement à l'éducation pour le loisir, par le loisir et pour le respect et la coexistence avec la diversité humaine.

MOTS-CLÉS: loisir; la diversité humaine ; les droits sociaux.

RESUMEN: El objetivo fue analizar la accesibilidad en dos parques públicos de recreación en Campo Grande, MS. La técnica de investigación adoptada fue el análisis morfológico, utilizando como instrumento un *check-list*, creado en conformidad con las normas de accesibilidad vigente en Brasil. Los resultados indican la existencia de diversos problemas relativos a la accesibilidad – obstáculos físicos y/o inadecuación de las medidas en la mayoría de los portones de acceso; inexistencia de señalizaciones (visuales/táctiles/auditivos) próximas a los portones de acceso; falta de estacionamiento y reserva de vacancia a la personas con deficiencia; ausencia – en uno de los parques – y inaccesibilidad – en otro – a los teléfonos públicos; inadecuación de los baños y vestuarios; falta de cuidados y medidas apropiadas de acceso a las personas con deficiencia a la piscina y inaccesibilidad a las canchas, en uno de los parques. Se concluyó que, ambos parques, son inaccesibles a las personas con deficiencia física, pues no atienden adecuadamente varias recomendaciones; debiendo intervenciones ser realizadas con urgencia por el poder público municipal, a fin de hacer valer los derechos constitucionales de ir y venir y de acceso a esos bienes culturales a todo ciudadano, condición que puede contribuir sobremanera con la educación – para la recreación, por la recreación y para el respeto y convivencia con la diversidad humana.

PALABRAS-CLAVE: recreación; diversidad humana; derechos sociales.

Introdução

A sociedade tem passado por grandes transformações, dentre as quais, neste estudo, ganham destaque as relacionadas à ocupação do espaço territorial na sociedade industrial e pós-industrial, que têm provocado grandes mudanças no cotidiano das pessoas, principalmente nos grandes centros. Essas mudanças podem ser observadas nos dados populacionais apresentados pelo IBGE em 1996. Em 1970, o Brasil era um país mais ou menos homogêneo na sua distribuição populacional, tendo 52 milhões de moradores na zona rural e 41 milhões de moradores na zona urbana. Apresentou em 2000 uma proporcionalidade inversa à de 1970, pois o país passou a ser constituído predominantemente por uma população urbana, com 137 milhões de pessoas vivendo

na cidade e apenas 31 milhões na zona rural (IBGE, 2000). Ratificando esse estudo realizado pelo IBGE (2000), no Brasil, de acordo com a Carta Mundial do Direito à Cidade (2004), em 2050, a taxa de urbanização no mundo poderá chegar a 65%.

Diante dessas mudanças, os direitos legais, como o Direito à Cidade, se veem negados, contrariando, desse modo, o artigo 1º da Carta Mundial do Direito à Cidade (2004):

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas que se estabelecem nesta carta.

Ainda, esses fatores têm resultado em significativos prejuízos à sociedade, pois têm contribuído para que a rua – local que por muito tempo foi palco de jogos e de atividades recreativas de adultos e crianças (Ariès, 1981) e de ponto de encontro para o bate-papo e local privilegiado para ocorrência do lúdico – seja transformada em trajeto, local específico para o tráfego de veículos automotores (Magnani, 1998). O mesmo ocorre com as praças, locais que hoje figuram como espaços de acesso e de passagem (Marcellino, 2003).

Soma-se a esses problemas, principalmente nas regiões de grande porte ou capitais, a ausência de reservas e de espaços públicos devido ao desenvolvimento arquitetônico sem planejamento e do grande deslocamento da população rural em direção aos grandes centros (Marcellino, 2002; Marcellino, Sampaio, Barbosa e Mariano, 2007), que faz com que o espaço público deixe de ser um local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo e de espetáculo, perdendo, com isso, seu caráter multifuncional (Marcellino; Sampaio; Barbosa; Mariano, 2007).

Buscando amenizar esses problemas, políticas públicas de lazer, através da construção de equipamentos específicos, têm sido criadas em algumas cidades brasileiras. No entanto, mesmo com a criação desses locais, outros problemas têm sido identificados, pois, com frequência, eles são construídos na região central da cidade, minimizando o acesso daqueles que residem na periferia, conforme foi identificado em estudos realizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ) (Melo e Peres, 2004), Rio de Janeiro e Niterói (Brasil), Medellín e Bogotá (Colômbia), Caracas e Maracaibo (Venezuela) e Buenos Aires (Argentina) (Dias et al., 2008), Natal (RN) (Oliveira et al., 2004). Outra tendência que tem sido evidenciada na construção de espaços públicos de lazer é sua concentração em zonas que congregam a população de maior poder aquisitivo, conforme observado em Curitiba (PR) (Oliveira e Rechia, 2009).

Segundo Marcellino (2002), a centralização dos equipamentos de lazer acaba ampliando ainda mais as barreiras já existentes, principalmente entre as populações

menos favorecidas economicamente, pois, além de arcarem financeiramente com o transporte de casa aos parques, o deslocamento é muito desgastante.

Outro problema a ser considerado em relação aos bens culturais de lazer é a inobservância da adequação do ambiente às necessidades das pessoas que possuem algum tipo de deficiência, como a física, fazendo com que as possibilidades e condições de alcance seguro e autônomo (acessibilidade) sejam prejudicadas ainda mais devido às barreiras arquitetônicas – ausência de pisos adequados, degraus, rampas, dimensão de portas, ausência de corrimão, banheiros e transporte urbano (Hazard, 2001) –, porque, muitas vezes, essas exigências são ignoradas, excluindo as pessoas com deficiência da participação efetiva na sociedade (Ribeiro et al., 2007).

Dessa forma, no caso das pessoas com algum tipo de deficiência, a exclusão pode estar ocorrendo duplamente, pois elas, assim como grande parte da população brasileira, estão submetidas a um estado de subsistência e, também, devido a uma restrição física, sensorial, cognitiva e/ou comportamental, sua autonomia é prejudicada.

Em razão desses “preconceitos” e padrões estabelecidos pela sociedade, pessoas com deficiência física, mental, visual, auditiva e/ou múltipla acabam sendo excluídas de quaisquer programações sociais, sendo praticamente inexistente uma opção de lazer em sociedade para elas, e isso pode lhes ocasionar desastrosas consequências, uma vez que, possivelmente, não terão a possibilidade de escolher amigos, brincadeiras, passatempos e, por falta de oportunidades e orientação, não poderão, ou saberão, escolher seu lazer (Blascovi-Assis, 2003).

Diante do exposto, este estudo teve por objetivo analisar o nível de acessibilidade em dois parques públicos de interesse físico/esportivo de lazer em Campo Grande – MS.

Material e métodos

A pesquisa é caracterizada como descritivo-exploratória, pois, segundo Oliveira (2002), esse tipo de investigação possibilita a descoberta de práticas que precisam ser modificadas, assim como permite a elaboração de alternativas que possam ser implantadas.

O *locus* de investigação foram dois parques públicos de interesse físico do lazer em Campo Grande (MS): Parque Jacques da Luz e Parque Airton Senna; e as análises foram realizadas no primeiro semestre de 2010.

Na avaliação do nível de acessibilidade e dificuldades para as atividades em decorrência do ambiente arquitetônico, adotamos como técnica de investigação a análise morfológica, realizada por intermédio da observação direta das dependências dos equipamentos de lazer (acesso, circulação horizontal, circulação vertical, portas, sanitários, estacionamento e outros), atentando para a largura dos corredores, sina-

lização de degraus, pisos, rampas, degraus e escadas, corrimãos, elevadores, portas, rebaixamento de calçadas para travessia de pedestres, estacionamento, sanitários, espaço físico como teatros e cinemas, telefones públicos e bilheteria.

Como instrumento, foi utilizado o *check-list* de vistoria, criado pela Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo (SMPED, 2009), ou seja, trena métrica e câmera fotográfica digital.

Os resultados foram analisados em conformidade com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas para a Acessibilidade, a Edificação, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050/2004) (ABNT, 2004).

Resultados

Na análise da acessibilidade dos portões de acesso aos parques avaliados, verificou-se que, embora em ambos exista pelo menos uma entrada acessível sem nenhuma barreira arquitetônica, via circulação principal, atendendo, em parte o item 6.2.2 da NBR 9050/2004, a maioria das entradas é inacessível.

Tabela 1 Nível de acessibilidade dos portões de entrada aos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade de entradas	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	3	1	2
Parque Airton Senna	4	1	3

Percebe-se que nenhum dos parques avaliado atende o item 6.2.1 da NBR 9050/2004, que estabelece: “Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício” (ABNT, 2004, p. 40).

Dentre os problemas de acessibilidade encontrados nos portões de acesso, podem ser citados, como barreiras, a abertura parcial de um dos portões (o que não permite a passagem de cadeirantes); o desnível entre um piso e outro na faixa de transição; o vão de acesso, que é de 60 centímetros, inferior ao necessário para a passagem de pessoas cadeirantes (item 6.9.2.1); a inexistência de pavimentação em local cuja superfície deveria ser regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição (o que provoca

trepidação das cadeiras de rodas) (item 6.1.1); e o bloqueio do portão principal, de 5 metros, por uma corrente, deixando livre apenas um vão de 70 centímetros (Parque Jacques da Luz); a existência de catraca e inexistência de catraca acessível ou passagem alternativa aos cadeirantes (item 6.2.4); inadequação da altura do dispositivo de campainha (item 4.6.7); inexistência de interfone (4.6.7); permanência de uma via de acesso fechada com portão em largura e condições acessíveis (Parque Airton Senna).

A respeito da sinalização informativa, indicativa e direcional de acessibilidade nas entradas, verificou-se que, em ambos os parques, nenhuma dessas sinalizações existia, o que contraria o item 6.2.6 da NBR 9050/2004: “Deve ser prevista a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis de acordo com a seção 5” (p. 40), pois, embora a maioria das entradas não estivesse acessível, devendo a sinalização ser inserida somente após as correções e respectivas adequações às normas de acessibilidade, a sinalização, visual, tátil e sonora, deveria estar instalada próxima aos dois portões de acesso sem barreiras arquitetônicas.

Em nenhum dos parques avaliados foi observada área destinada ao estacionamento de veículos automotores, sendo os carros estacionados em locais improvisados, o que implica a inexistência de reserva de vaga às pessoas com deficiência e a ausência de sinalização do local, conforme as indicações internacionais (item 6.12.1), condição que pode prejudicar o uso desses locais de lazer por pessoas com deficiência física, que necessitam de atendimento específico quanto ao local de desembarque para acesso aos espaços físicos.

O local de circulação horizontal é composto basicamente por lama asfáltica e concreto polido, respectivamente áreas de acesso/pistas de caminhada e complexo poliesportivo. No que diz respeito à largura dos corredores que dão acesso às quadras, salas de ensino e piscinas, essas medidas atendem ao item 6.9.1.1, uma vez que possuem vão livre superior a 3 metros. Contudo, no Parque Airton Senna, foi observada uma irregularidade na superfície, a existência de degrau (meio-fio) que dá acesso da rota principal às outras rotas (item 6.1.4) sem rampa na transição de um piso para o outro.

Tabela 2 Nível de acessibilidade nos locais de circulação horizontal nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	2	2	0
Parque Airton Senna	3	1	2

As rampas de acesso ao palco, em ambos os parques, mostram-se inacessíveis, pois, embora alguns requisitos de acessibilidade tenham sido atendidos, vários outros apresentaram irregularidades, tais como: a ausência de piso tátil de alerta no início e término da rampa (item 5.14.1.2); inexistência de corrimãos em ambos os lados (item 6.7.1.1); e falta de corrimão intermediário (item 6.7.1.6) em ambos os parques, além de o piso da rampa localizada no Parque Airton Senna ser escorregadio.

Tabela 3 Nível de acessibilidade das rampas de acesso nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	1	–	1
Parque Airton Senna	1	–	1

Outra forma de acesso ao palco é via escadas, que, a exemplo das rampas, também se mostraram inacessíveis, pois os degraus não possuíam faixa em cor contrastante (item 5.13) nem dispunham de corrimão em nenhum dos sentidos. Ainda, em nenhum dos parques foi observada a existência de piso tátil de alerta no início e término da escada (item 5.14.1.2).

Tabela 4 Nível de acessibilidade das escadas de acesso nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	1	–	1
Parque Airton Senna	1	–	1

Embora alguns itens de acessibilidade tenham sido atendidos nos sanitários e vestiários adaptados às pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeiras de rodas, essa condição não ocorria em sua plenitude, o que os tornava inacessíveis, uma vez que não se encontravam em conformidade com a NBR 9050/2004, pois foram identi-

ficadas diversas inadequações como: ausência de sinalização (item 5.4.4.2); ausência de boxe adequado (item 7.3.3.4); inexistência de papeleira instalada próxima à bacia sanitária (item 7.3.8.2); falta de instalação de barras de apoio na bacia sanitária (item 7.3.1.2); falta de lavatório correspondente à bacia sanitária (item 7.3.3); inadequação da torneira do lavatório adaptado (item 7.3.6.2); ausência de barra horizontal de apoio no lavatório (item 7.3.6.4); inconformidade da instalação dos acessórios dos sanitários no que tange à altura (item 7.3.8); carência de espelho no lavatório e ausência de chuveiros adaptados.

Nenhum instrumento de acessibilidade foi identificado no interior dos vestiários, como bancos acessíveis às pessoas em cadeiras de rodas (item 7.4.1), pois a altura do assento era inadequada (item 7.4.1).

Tabela 5 Nível de acessibilidade dos sanitários e vestiários adaptados nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	2	–	2
Parque Airton Senna	2	–	2

Verificou-se que nenhum dos parques dispõe de telefones públicos acessíveis (item 9.2.1.2), sendo a inexistência de piso tátil na projeção do telefone (item 5.14.1.2), a inexistência de pelo menos um dos aparelhos com amplificador de sinal (9.2.2.2), a falta de anteparo superior de proteção com altura livre de no mínimo 2,10 metros (item 9.2.7) e a ausência de cabines telefônicas (item 9.2.8) as principais barreiras identificadas.

Tabela 6 Nível de acessibilidade dos telefones públicos nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	3	–	3
Parque Airton Senna	0	–	–

Além da disponibilização de apenas um bebedouro em cada um dos parques, diversas inadequações relativas à acessibilidade foram observadas no bebedouro instalado no Parque Jacques da Luz, dentre elas a inadequação da altura (item 9.1.2.1), a não localização da bica d'água no lado frontal do bebedouro (item 9.2.1.2) e a não localização dos controles na frente ou na lateral próxima à borda frontal (item 9.1.2.2). Verificou-se que o bebedouro do Parque Airton Senna encontra-se em condições acessíveis.

Tabela 7 Nível de acessibilidade dos bebedouros nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	1	–	1
Parque Airton Senna	1	1	–

Apenas no Parque Jacques da Luz foi identificada a existência de mesas, sendo que a quantidade de mesas acessíveis atende o percentual mínimo de 5% exigido pela NBR (item 9.3.1.), apresentando adequação no que tange à localização – próxima às rotas acessíveis (item 9.3.2) –, à altura do tampo (item 9.3.4) e à profundidade da área de aproximação (item 9.3.3.3).

Tabela 8 Nível de acessibilidade das mesas nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	15	14	1
Parque Airton Senna	0	–	–

Apenas o Parque Airton Senna tem assentos fixos disponíveis, localizados ao longo de toda a pista de caminhada. Contudo, além de estarem em mal estado de conservação, todos são inacessíveis às pessoas com deficiência física, pois existe um

desnível de 0,15 centímetros em forma de degrau (meio-fio) que impossibilita às pessoas que utilizam cadeira de rodas se aproximarem desses assentos para utilizá-los.

As bibliotecas disponíveis no interior dos parques mostraram-se acessíveis no que tange à localização dos terminais de pesquisas em rotas acessíveis (item 8.7.1), número de mesas e terminais de consultas acessíveis (item 8.7.6), número de mesas de estudo acessíveis (item 8.7.2) e distância entre as estantes (item 8.7.3). Todavia, o balcão de atendimento não está localizado em rota acessível (item 8.7.1) nem possui rebaixo para atendimento a cadeirantes; além disso, a altura dos fichários não atende às faixas de alcance manual e parâmetros visuais (item 6.7.4).

Tabela 9 Nível de acessibilidade das bibliotecas nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	1	–	1
Parque Airton Senna	1	–	1

Sobre as questões inacessíveis nas dependências esportivas, no Parque Jacques da Luz, observou-se: inexistência de espaços reservados nas arquibancadas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida (item 8.5.1.2); ausência de rota acessível que interligue os assentos adaptados das arquibancadas aos locais de apresentação (quadras esportivas e palcos) (item 8.5.1.3); e todas as áreas de práticas esportivas não são acessíveis (item 8.5.1.4). Ao contrário do evidenciado no Parque Jacques da Luz, o Parque Airton Senna mostrou-se acessível em relação às quadras esportivas, com rota acessível interligando espaços para cadeirantes e assentos para pessoas com mobilidade reduzida (item 8.5.1.3).

Tabela 10 Nível de acessibilidade das dependências esportivas nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	3	–	3
Parque Airton Senna	3	3	–

Na piscina, foram observadas as seguintes inadequações: piso no entorno não possui superfície antiderrapante (item 8.5.2.1); não há acesso para cadeirantes à piscina (item 8.5.2.2); a escada ou rampa submersa não possui corrimãos em três alturas (item 8.5.2.3); as alturas dos corrimãos da piscina são inadequadas (item 8.5.2.3); não há banco de transferência (item 8.5.2.5); não existe área de aproximação e manobra que não interfira na área de circulação (item 8.5.2.5c); e não existe rampa de acesso à água (item 8.5.2.2).

Tabela 11 Nível de acessibilidade das piscinas nos parques públicos de interesse esportivo Jacques da Luz e Airton Senna, Campo Grande (MS)

	Quantidade	Acessíveis	
		SIM	NÃO
Parque Jacques da Luz	3	—	3
Parque Airton Senna	3	—	3

Discussões

Os resultados obtidos em nosso estudo indicam que as pessoas com algum tipo de deficiência passam por um duplo processo de exclusão, pois além de estarem submetidas às barreiras de centralização dos equipamentos, suas oportunidades de lazer são restringidas ainda mais devido à ausência ou inadequação de espaços que atendam as normas de acessibilidade, tanto no que diz respeito às oportunidades de vivência do lazer no gênero prático quanto contemplativo, uma vez que, provavelmente, muitas das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência física dificilmente conseguiriam sequer adentrar nesses locais devido às restrições arquitetônicas.

A inadequação do atendimento às necessidades de pessoas com deficiência física nos equipamentos de lazer também foi observada em estudo realizado por Ribeiro et al. (2007), em Salvador (BA), quando constataram que diversos pontos dos cinemas, teatros, parques e praias analisados não atendiam adequadamente às normas de acessibilidade à edificação mobiliária, espaços e equipamentos urbanos, destacando, entre eles, a pouca infraestrutura voltada aos deficientes físicos nas praias e nos parques.

Bacil e Watzlawick (2007), em investigação desenvolvida por intermédio de pesquisa de opinião junto às pessoas com deficiência física (5) e deficiência motora (5), em um parque aquático em Irati, Paraná, verificaram que 60% (6) dos deficientes físicos/motores alegaram ter dificuldade de adentrar o local devido à existência de obstáculos

no acesso, citando a inadequação do estacionamento/vagas reservadas (60%; 100%), o desajuste das rampas (80%; 100%), a inexistência de placas informativas – tátil, visual e auditiva (80%; 100%), a existência de obstáculos na área de circulação – degraus na entrada e calçadas estreitas (80%; 60%), a falta de corrimão e barra de apoio nas escadas (100%; 100%) e a ausência de telefones públicos (100%; 100%), respectivamente pessoas com deficiência física e deficiência motora.

A inobservância das normas de acessibilidade em espaços públicos de lazer foi igualmente verificada em Barra Mansa, Rio de Janeiro, por Araújo, Cândido e Leite (2009), que apontaram como principais problemas: o acesso (inclinação das rampas superior ao necessário, corrimão fora das medidas estabelecidas e sem indicações necessárias), o estacionamento (localização do estacionamento não possibilita acesso a pessoas com deficiência/cadeirantes), sanitários adaptados (inexistentes), sinalização tátil (inexistente) e sinalização visual (não adequada às normas, inserida em locais inadequados e de difícil leitura).

Melo et al. (2010), em trabalho desenvolvido em equipamentos de lazer (praias, parques, cinemas e teatros) em Natal (RN), também identificaram não existir nenhuma adequação dos espaços avaliados relacionada aos corrimãos das escadas, telefones públicos, sanitários e sinalização dos degraus. O estudo mostrou ainda que, nos parques, 50% dos estacionamentos, portas e sinalização eram inacessíveis, o mesmo ocorreu com 100% dos telefones públicos e sanitários. Contudo, um resultado favorável no que tange à acessibilidade foi observado na área de circulação, que apresentou 100% de acessibilidade (pisos, rampas e rebaixamentos).

Sobre as limitações impostas pelas barreiras arquitetônicas à autonomia das pessoas com deficiência, ao seu convívio social e às oportunidades de lazer, Munster (2004, p. 140) expõe que:

A pessoa com deficiência, muitas vezes, tem a sua liberdade de escolha cerceada por barreiras arquitetônicas, que impedem o acesso aos diferentes espaços e equipamentos de lazer. No caso de pessoas com comprometimento motor ou que possuem dificuldade de locomoção, tais como usuários de muletas, andadores ou cadeira de rodas, a presença de escadas, corredores e portas estreitas, ausência de rampas, elevadores ou adaptações especificadas por lei constitui um obstáculo para o acesso e circulação nas instalações físicas.

A respeito das limitações impostas à participação social das pessoas com deficiência física, estudo realizado por Hunger, Squarcini e Pereira (2004, p. 96) evidenciou que a ausência de um local acessível restringe as pessoas de ocuparem seu tempo disponível com atividades de lazer. Ao indagar uma das pessoas com deficiência/cadeirante, os autores obtiveram a seguinte resposta em relação à infraestrutura.

[...] nem todos os lugares estão adaptados [...]. Não que me impeça de..., mas dificulta de sair na rua, as calçadas, as ruas são esburacadas. Se você vai numa praça também, o piso é inadequado para a cadeira de roda, então acaba desistindo de sair de casa. É melhor ficar em casa mesmo do que ter que enfrentar todos esses obstáculos.

A inexistência de equipamentos de lazer adaptados, com espaços acessíveis para receber e atender as especificidades das pessoas com deficiência física, assim como a inadequação dos transportes coletivos, figuram como alguns dos principais fatores responsáveis pelo desencorajamento da vivência do lazer, como a prática de esportes (Gorgatti e Gorgatti, 2005).

Essa condição foi observada em pesquisa realizada por Ceccato (2004) com 160 deficientes físicos em Blumenau (SC), constatando que, dentre as mudanças necessárias na cidade para melhorar a comodidade e o bem-estar da amostra investigada, o planejamento de ações para a promoção da acessibilidade, seguido pela melhor adaptação dos transportes públicos às suas necessidades, figuravam como as principais.

Contudo, cabe ressaltar, ainda, que as barreiras que agem negativamente sobre as oportunidades de socialização, integração e vivência de oportunidades de lazer pelas pessoas com deficiência física não se limitam às questões arquitetônicas, pois se somam a elas as barreiras atitudinais, que ocorrem tanto por parte da pessoa com deficiência (devido ao receio de se aproximar ou negar-se a atender ou sentir autopiedade), como também por parte de terceiros, que, muitas vezes, receiam aproximar-se ou, até mesmo, zombam das pessoas com deficiência (Munster, 2004).

Blascovi-Assis (2003) ressalta que as barreiras sociais/atitudinais em relação às pessoas com deficiência muitas vezes são superiores às arquitetônicas, pois, conforme salienta a autora, embora seja fundamental para que a inclusão ocorra, não basta a criação de rampas e elevadores adequados às normas, é preciso também exigir da sociedade uma educação para inclusão, ou seja, que todas as pessoas sejam conscientizadas e trabalhadas sobre a importância do respeito à diversidade existente em nossa sociedade, caso contrário,

em razão desses preconceitos e dos padrões estabelecidos pela sociedade, pessoas com deficiência física, mentais, visuais, auditivas ou múltiplas acabam por ser excluídas de quaisquer programações sociais, sendo praticamente inexistente uma opção de lazer em sociedade para elas (p. 103).

Sobre essa questão, Bauman (2004, p. 130) nos ensina que, na modernidade líquida, a cidade configura-se como um local em que estranhos se movimentam e permanecem proximamente quer queiram ou não, mas que, mesmo com essa pro-

ximidade, se mantêm estranhos por longo tempo, ou seja, a cidade é um espaço em que todos estão juntos, ao mesmo tempo que estão separados, sendo difícil escapar dessa condição, “mas o modo como os habitantes de cada cidade se conduzem para satisfazê-la é questão de escolha. E esta é feita diariamente – por ação ou omissão, desígnio ou descuido”. E, mais ainda,

quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme – na companhia de outras “como elas”, com as quais podem “socializar-se” de modo superficial e prosaico sem o risco de serem mal compreendidas nem a irritante necessidade de tradução entre diferentes universos de significados –, mais tornam-se propensas a “desaprender” a arte de negociar um *modus covivendi* e significados compartilhados (p. 134-135).

Já que esqueceram ou não se preocuparam em adquirir as habilidades necessárias para viver com a diferença, não surpreende muito que essas pessoas vejam com um horror crescente a possibilidade de se confrontarem face a face com estranhos (p. 135).

Referindo-se ao comportamento do estado frente às pessoas que não se encaixavam nos padrões cognitivos, moral e estético do mundo moderno, Bauman (1998) expõe que se travou uma guerra contra os “estranhos” e o “diferente”, sendo estratégias de exclusão desenvolvidas, dentre elas a antropoêmica, que consistia em:

[...] vomitar os estranhos, bani-los dos limites do mundo ordeiro e impedi-los de toda comunicação com os do lado de dentro. Era essa a estratégia da *exclusão* (grifo do autor) – confinar os estranhos dentro das paredes visíveis dos guetos, ou atrás das invisíveis, mas não menos tangíveis, proibições da *comensalidade* (grifo do autor), do *conúbio* (grifo do autor) e do *comércio* – em sua acepção primeira, ou seja, de relacionamento social, intercâmbio de emoções, ideias – (grifo do autor); “purificar” – expulsar os estranhos para além das fronteiras do território administrado ou administrável; ou, quando nenhuma das duas medidas fosse factível, destruir fisicamente os estranhos (p. 29).

Percebe-se com isso que, na sociedade pós-moderna, caracterizada pela liquidez das relações, a ação do estado, assim como o comportamento da sociedade em relação às pessoas que necessitam de um atendimento diferenciado devido a suas particularidades, como aqueles que precisam da adequação arquitetônica a níveis acessíveis, não é tão diferente do que se fazia com os loucos no início da Idade Moderna, pois, se agora não são arrebanhados e lançados ao mar, as pessoas com

algum tipo de deficiência acabam sendo enclausuradas em suas residências devido às barreiras arquitetônicas, pouco lhes sendo oportunizado conhecer o mundo além das paredes da casa e dos centros de tratamento e, nas poucas ocasiões que se arriscam ao convívio social, são vistas de forma preconceituosa ou, pior ainda, não são vistas, pois são tratadas com indiferença.

Todavia, nem tudo está perdido nas relações humanas, considerando que Bauman (2007, p. 103) nos lembra da ambivalência das atitudes e reações existentes na sociedade pós-moderna, expondo que, ao mesmo tempo que o espaço da cidade configura-se como um local de convívio de estranhos em proximidade, onde mesmo próximos se mantêm estranhos, acredita-se que é no espaço público que a vida urbana alcança sua mais plena expressão, sendo esta a condição mais propícia de ocorrer em espaços públicos que reconheçam o valor criativo e de vivacidade da diferença, em que o engajamento da diversidade em diálogo seja encorajado, sendo que “é a exposição à diferença que com o tempo se torna o principal fator da coabitação feliz, fazendo com que as raízes urbanas do medo venham a definir e desaparecer”.

Dessa forma, compartilhamos das ideias apresentadas por Rechineli, Porto e Moreira (2008) em relação à inclusão das pessoas com deficiência, quando os autores expõem que as diferenças corporais devem ser tidas como oportunidades de trocas que possibilitam aprendizagens favoráveis de respeito à diversidade humana.

Inerente às oportunidades do lazer às pessoas com deficiência, Araújo, Cândido e Leite (2009) ressaltam que elas são importantes para a integração comunitária, melhora da autoestima e descoberta de potencialidades individuais.

Nesse sentido, faz-se necessário efetivar iniciativas com a finalidade de se criar condições arquitetônicas e atitudinais para que as pessoas com qualquer tipo de deficiência, não só aquelas com alguma limitação física, também usufruam dos bens culturais da cidade, uma vez que, de acordo com o Censo 2000, IBGE (2000), cerca de 24,5 milhões de brasileiros têm alguma deficiência, o que equivale a 14,5% da população nacional.

Considerações finais

Os dados obtidos em nova investigação indicam que ambos os parques avaliados apresentam diversos e graves problemas em relação à acessibilidade no que diz respeito aos portões de acesso, estacionamento, rampas e escadas, espaços esportivos, sanitários e vestiários, bebedouros, mobiliário e telefone públicos, condições que corroboram com dados disponíveis na literatura, evidenciando, com isso, que a cidade tem-se configurado num espaço de exclusão daqueles que necessitam de condições especiais para sua locomoção.

Em relação à falta de acessibilidade nos espaços analisados, constatou-se que os maiores problemas não estão relacionados à existência de medidas que busquem a acessibilidade, mas sim à inadequação e inobservância do atendimento às especificações da NBR 9050/2004 na construção dos mesmos.

Diante dos dados obtidos, faz-se necessário o poder público municipal, responsável pela administração dos parques, criar, com urgência, medidas de adequação desses espaços de lazer à NBR 9050/2004, permitindo que o direito de ir e vir – Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2002), o direito à cidade (Carta Mundial do Direito à Cidade, 2004) e o direito ao lazer – Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) sejam efetivados, porquanto esses direitos são estendidos a todo cidadão, independente de raça, gênero, credo ou condição intelectual, física, visual.

Cabe ressaltar, também, que criar condições de acessibilidade aos equipamentos de lazer configura-se em condição *sine qua non* para um processo educativo de inclusão, pois entendemos que, assim como o lazer se configura num importante mecanismo duplamente educativo, sendo veículo e objeto de educação, conforme salientado por Marcellino (2002), dentre outros estudiosos, a ausência de barreiras arquitetônicas também poderá configurar-se em uma importante estratégia de favorecimento e estimulação ao uso dos parques por pessoas com deficiência física, o que pode favorecer o conhecimento e reconhecimento desses indivíduos pela sociedade como cidadãos, contribuindo, desse modo, para uma educação para a diversidade.

Por fim, torna-se necessário que outras investigações sejam desenvolvidas nos parques de lazer a fim de se conhecer as programações de Animação Sociocultural desenvolvidas e constatar se elas envolvem pessoas com deficiência física, dentre outras deficiências, em suas atividades, como também é necessário que a avaliação da acessibilidade seja realizada em outros bens culturais de lazer, como teatros, bibliotecas, museus, praças, dentre outros, para que, assim como o acesso aos parques esportivos, as experiências com outros interesses culturais do lazer possam configurar-se como importantes iniciativas de inclusão e educação à diversidade.

Referências

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C.; LEITE, M. F. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. *Licere*, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 1-43, 2009.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

- BACIL, Maristela Kosak; WATZLAWICK, Luciano Farinha. Análise da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida no Parque Aquático, Irati (PR). *Revista Eletrônica Lato Sensu*, ano 2, n. 1, p. 1-25, 2007.
- BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Claudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Vida líquida*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BLASCOVI-ASSIS, S. M. Lazer para deficientes mentais. In: MARCELLINO, N. C. *Lúdico, educação e educação física*. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2003. p. 101-111.
- BRASIL. Promoção de acessibilidade. *Decreto 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 15 ago. 2009.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. *Fórum Mundial Urbano*. Barcelona, 2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=12>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- CECCATO, M. W. *Mapeamento das necessidades dos portadores de deficiência física do município de Blumenau (SC) através do design macroergonômico*. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Engenharia) – Escola de Engenharia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DIAS, C. A.; ALVES JÚNIOR, E. de D.; ALTUVE, E.; FERNÁNDEZ, J. F. T.; PERES, F. de F.; BEDOYA, V. A. M.; MELO, V. A. Espaço, lazer e política: uma análise comparada das desigualdades na distribuição de equipamentos culturais em cidades brasileiras, colombianas, venezuelanas e argentinas – resultados preliminares. *Licere*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2008.
- GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da (Org.). *A atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 484-519.
- HAZARD, D. *Salvador: cidade repartida*. Salvador: Associação Vida Brasil, 2001.
- HUNGER, D.; SQUARCINI, C. F. R.; PEREIRA, J. M. A pessoa portadora de deficiência física e o lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 85-100, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000*. Primeiros resultados da amostra. Parte 1. Rio de Janeiro, 2000. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Rio de Janeiro.
- LIMA, D. M. M. C. O espaço de todos, cada um no seu lugar: o uso dos espaços públicos destinados ao lazer em Natal. In: CARVALHO, J. E. (Org.). *Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias*. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 169-180.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 10.ed. Campinas: Papirus, 2003.

MARCELLINO, N. C.; SAMPAIO, T. M. V.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. *Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano: políticas públicas – os casos de Campinas e Piracicaba (SP)*. Curitiba: Opus, 2007.

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. Divisão social na metrópole: relações entre a distribuição dos equipamentos culturais e o desenvolvimento social na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16, 2004, Salvador. *Anais...* Salvador, 2004. p. 253-262.

MELO, F. R. L. V. de; BRANDÃO, D. L. dos S.; OLIVEIRA, L. C. de; KLEMIG e SILVA, L. R.; SANTIAGO, L. M. de M.; DELGADO, R. N. Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do Natal (RN). *Licere*. Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-19, 2010.

MUNSTER, M. de A. V. Atividades recreativas e deficiência: perspectivas para a inclusão. In: SCHWARTZ, G. M. (Org.). *Atividades recreativas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. p. 135-155.

OLIVEIRA, M. V. F.; ARAÚJO FILHO, J. A. de; MAIA, L. F. dos S. Vivências do lazer no espaço público de Natal (RN). In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 16, 2004, Salvador. *Anais...* Salvador, 2004. p. 125-135.

OLIVEIRA, S. L. *Tratado de metodologia científica*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, M. P.; RECHIA, S. O espaço cidade: uma opção de lazer em Curitiba (PR). *Licere*. Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 1-25, 2009.

ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948. *Declaração Universal dos direitos humanos*. Assembleia Geral das Nações Unidas. 1948. Disponível em: <<http://furb.br/cmdcabnu/site/index2.php>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da Educação Física. *Rev. Bras. Ed. Esp.* Marília, v. 14, n. 2, p. 293-310, 2008.

RIBEIRO, N. M. da S.; SILVEIRA, M. L. da; RIBEIRO, I. B.; COELHO, G. de M.; GAMA, M. M.; DOURADO, P. C. F. Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência com alteração na locomoção, na cidade de Salvador. *Diálogos possíveis*, v. 2, n. 1, p. 223-242, 2007.

SMPDMR/SP. Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo. *Roteiro básico para vistoria* (critérios de avaliação de acessibilidade em edificações e projetos). São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2009.

Cultura no lazer: uma referência de educação não formal no SESC São Paulo

Yara Schreiber Dines¹

RESUMO: A temática do lazer e da educação não formal apresenta uma relevância crescente na sociedade atual, perante o quadro de mudanças gerado pela globalização, suscitando um leque de questões e reflexões em relação às práticas do lazer, a seus significados e seu alcance social. Este trabalho aborda o lazer na metrópole paulistana, buscando compreender os sentidos adquiridos por esse conceito e pela problemática da cultura nas décadas finais do século XX em São Paulo. Nessa época, consolida-se o campo do lazer como área do conhecimento associada à esfera da educação não formal e a novas demandas de entretenimento na metrópole, reforçando-se, assim, a necessidade de entender seus múltiplos significados. O artigo focaliza a atuação do SESC São Paulo para analisar o seu direcionamento e as práticas sociais ali implementadas desde sua criação nos anos 1940. A pesquisa realizada trabalhou com a documentação do SESC São Paulo e depoimentos de membros e ex-funcionários da instituição. Essa metodologia permitiu compreender a significação das diversas práticas esportivas e culturais desenvolvidas pela instituição no decorrer de sua trajetória, possibilitando identificar aspectos da orientação seguida por esta entidade e refletir sobre os significados de lazer e da educação não formal no interior desse universo, em diálogo com a metrópole.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; SESC São Paulo; educação não formal.

¹ Doutora em Antropologia Social e historiadora. Ex-pesquisadora do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU)/Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA)/Universidade de São Paulo. Contato: rua General Vitorino Monteiro, 304 – 05053-060 – São Paulo-SP; e-mail: yara_schreiber@uol.com.br.

ABSTRACT: The themes of leisure and non-formal education play an increasingly important role in today's society, in the context of the changes ushered in by globalisation, which generated a whole new range of issues and reflections regarding leisure practices, their meanings and social reach. This text studies leisure in the city of São Paulo, seeking to understand the meanings gained by this concept and by the set of problems related to culture in the last decades of the 20th century in São Paulo. At that time, the field of leisure consolidated as an area of knowledge associated to the sphere of non-formal education, and new entertainment demands emerged in the metropolis, thus reinforcing the need to comprehend its multiple meanings. The article focuses on the work developed by SESC São Paulo, so as to carry out an analysis of its directives and social practices implemented within this institution since its creation in the 1940's. The research made use of documents at SESC São Paulo and interviews with members and former employees of the institution. This methodology allowed both the comprehension of the meaning of the diverse sporting and cultural activities developed by the institution and the reflection about the meanings of leisure and non-formal education within this universe, in dialogue with the metropolis.

KEYWORDS: leisure; SESC São Paulo; non-formal education.

RÉSUMÉ: Le thème du loisir et l'apprentissage non formel a une importance croissante dans la société d'aujourd'hui, étant donné le contexte des changements engendrés par la mondialisation, ce qui pose une série de questions et de réflexions sur les pratiques de loisirs, leurs significations et leur portée sociale. Ce travail aborde le loisir dans la métropole "paulistana", cherchant à comprendre la signification acquise par ce concept et la problématique de la culture dans les dernières décennies du XXe siècle à São Paulo. A cette époque, se consolide le domaine des loisirs en tant qu'espace de connaissances liées à la sphère de l'apprentissage continu et à de nouvelles exigences pour le divertissement dans la métropole, ce qui renforce la nécessité de comprendre ses significations multiples. L'article met l'accent sur la performance du SESC São Paulo pour analyser la direction et les pratiques sociales mises en oeuvre depuis sa création dans les années 40. Ce noyau de recherche a travaillé avec la documentation du SESC São Paulo et des témoignages de membres et d'anciens employés de l'institution. Cette méthodologie nous a permis de comprendre la signification des différentes activités sportives et culturelles développées par l'institution au cours de sa trajectoire, permettant ainsi d'identifier les aspects de l'approche adoptée par cette entité et de réfléchir sur le sens des loisirs et l'apprentissage non formel au sein de cet univers, en dialogue avec la métropole.

MOTS-CLÉS: loisir; SESC São Paulo; apprentissage non formel.

RESUMEN: El tema del tiempo libre y de la educación non formal tiene una importancia creciente en la sociedad actual, dado el contexto de las transformaciones generadas por la globalización, lo que plantea una serie de cuestiones y reflexiones sobre las prácticas de ocio, sus significados y su alcance social. Esta investigación aborda el tiempo libre en la metrópoli de São Paulo, buscando comprender los significados adquiridos por este concepto y la problemática de la cultura en las últimas décadas del siglo XX en São Paulo. En esta época, se consolida el campo del tiempo libre como un área de conocimiento relacionada a la esfera de la educación non formal, y a nuevas demandas para el entretenimiento en la metrópoli, lo que refuerza la necesidad de comprender sus múltiples significados. El artículo se centra en la actuación del SESC São Paulo para examinar su direccionamiento y las prácticas sociales allí implementadas desde su creación en los años 40. La investigación trabajó con la documentación del SESC São Paulo y con testimonios de miembros y ex empleados de la institución. Esta metodología permitió comprender la significación de diferentes prácticas deportivas y culturales desarrolladas por la institución en el curso de su trayectoria, permitiendo identificar aspectos del enfoque adoptado por esta entidad y reflexionar sobre los significados del tiempo libre y de la educación non formal en el interior de este universo, en diálogo con la metrópoli.

PALABRAS CLAVE: tempo livre, SESC São Paulo, educação no formal.

Introdução

É em retrospecto que se percebe a relevância insuspeitada que a problemática do lazer veio a conquistar para as sociedades contemporâneas. Já vai longe o tempo em que, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o lazer começou a encontrar algum espaço em um meio acadêmico relutante em reconhecê-lo como tema importante de pesquisa no Brasil. Na atualidade, o lazer torna-se tema de destaque em várias áreas de estudo, exigindo um repensar constante de suas implicações frente às transformações drásticas que hoje confrontam o mundo do trabalho na realidade contemporânea (Marcelino, 1991).

A temática do lazer tornou-se ícone da sociedade pós-industrial, mostrando mudanças profundas na estrutura produtiva, no perfil do emprego, na organização e nos ritmos do trabalho, e trazendo à tona elementos que, com seus inesperados desdobramentos sociais, hoje desenharam para a pesquisa um quadro inteiramente novo, como destacou o sociólogo italiano Domenico de Masi no V Congresso Mundial de Lazer, realizado em São Paulo, em 1998 (De Masi, 1997; 2000; 2001).

Quando se conhecem melhor as regras que organizam o uso do tempo livre por meio de diversas formas de lazer, percebe-se que sua dinâmica ultrapassa amplamente a necessidade de descanso do tempo de trabalho, possibilitando meios de aprofundamento e reforço de laços de identificação e lealdade “que garantem a rede básica de sociabilidade” (Magnani, 1996, p. 31), como marcos de referências que, para indivíduos ou grupos sociais, balizam sua experiência de vida. Este é um fator que, como destaca ainda Magnani, adquire especial significado para uma população cuja inserção social no tecido da cidade limita seu acesso aos bens que a vida urbana oferece, não lhes permitindo usufruir plenamente do seu direito à cidade ou, o que é o mesmo, seus direitos de cidadania.

O estudo do lazer, por abranger maior domínio de opções e escolhas pelos indivíduos, também possibilita que se entendam atitudes, valores e padrões de comportamento encontrados em diferentes meios sociais. Nesse sentido, a visão de Arantes (1999, p. 129-130) – de que as atividades do tempo livre e a educação não formal podem ser pensadas em sua relação com práticas de consumo e como integrantes de uma mediação dinâmica de vínculos polissêmicos entre pessoas em posições estruturais claras –, permite que a ordenação do tempo livre possa ser interpretada como reprodutora ou transformadora do elemento moral das relações sociais, possibilitando uma reflexão crítica sobre o significado das atividades que preenchem o tempo de lazer em diferentes circuitos sociais.

Objetivos

Lazer é um tema importante de pesquisa e um foco privilegiado para se compreender a cidade e a dinâmica cultural urbana. Recortar como objeto de estudo a problemática do lazer promovido por uma instituição associada ao mundo do trabalho – o SESC São Paulo – constitui o objetivo deste trabalho.

Analisar o processo de mudança e de ressignificação das noções de lazer e de cultura por meio das práticas sociais e pela educação não formal promovidas pelo SESC em São Paulo, contextualizando-as dentro do universo do urbano e suas transformações, forma um recorte significativo de análise. Tanto em virtude das mudanças por que passa a ação da instituição ao longo de seus 60 anos de atuação, quanto pela especificidade dos locais em que estão situados os seus equipamentos na cidade, bem como pelo leque amplo de sua programação para públicos distintos. Além disso, é relevante destacar a amplitude da população e de moradores de diferentes bairros, frequentadores das unidades – o número de matriculados em 2009 foi de 1.392.259 e o número daqueles que atualizaram suas matrículas nesse mesmo ano somou 1.011.263 (www.secsp.org.br).

A pesquisa permitiu indicar os traços da diversidade cultural existente no meio urbano e a proposta de análise da educação não formal por meio das práticas de lazer e de cultura propiciadas pelo SESC, possibilitando a apreensão de determinados padrões sociais e culturais que orientam sua atuação em relação aos frequentadores de seus equipamentos. Assim, pode-se questionar: qual o sentido das práticas propostas pelo SESC? Será que elas possuem somente um caráter de serviço social prestado aos trabalhadores ou será que o resultado das atividades oferecidas pela instituição também adquire outros significados específicos no interior da dinâmica cultural que é própria à cidade?

Com base na relevância desse universo assim definido e adotando uma perspectiva antropológica, minha proposição de pesquisa partiu da hipótese de que uma análise cuidadosa da documentação da trajetória do SESC São Paulo, com a inserção da problemática da instituição no seu âmbito específico, mas também contextualizada no da sociedade, possibilitaria o conhecimento das mudanças de significação de suas práticas, bem como dos novos sentidos adquiridos pelas noções de lazer e de cultura introduzidas pelas práticas dessa entidade. Essas ressemantizações conceituais e seus resultados nas práticas implantadas pela instituição foram analisados, no intuito de se responder à questão: qual a lógica nas mudanças dos significados de lazer e cultura e os seus desdobramentos para a instituição associados à educação não formal e, em um âmbito maior, para a metrópole paulistana onde ela se insere?

Outro aspecto importante considerado neste estudo são os diferentes modos como se configuram os espaços de lazer do SESC, que passam por mudanças físicas relevantes, relativas a maneiras específicas de se compreender a relação prática/espaço/usuário dos equipamentos, como veículos de expressão e de comunicação de sentido das atividades ali realizadas. Em outra dimensão, é importante salientar, em relação ao lazer e às práticas sociais a ele relacionadas, o componente das emoções que a elas se associa, como um ponto de cristalização de um amplo espectro de outras experiências.

Complementando a pesquisa documental, foram gravados depoimentos de pessoas significativas que trabalharam e ainda atuam nessa instituição, conhecendo-a profundamente. Funcionários do setor administrativo em cargos de direção e planejamento, assim como técnicos que organizam a implantação das diversas práticas sociais e professores nela envolvidos tiveram seus depoimentos registrados, pois acompanham o fazer da instituição e o seu pensamento sobre a educação não formal, permitindo seu conhecimento e crítica. Esses testemunhos constituem material fundamental para o trabalho de análise efetuado, representando uma ancoragem e uma memória viva a ser interpretada em conjunto com os documentos.

Desenvolvimento

Um dos temas muito importantes revelados na pesquisa é a ideia de espaço que está simbolizada principalmente pela imagem do SESC Pompeia (1982), mas que também está presente nas unidades que surgem posteriormente, como Ipiranga (1992), Vila Mariana (1997), Santana (2005), Santo Amaro (reabertura em 2010), Belenzinho (reabertura em 2010). Infere-se que há uma grande valorização do espaço aberto, da discussão e reflexão sobre a concepção do projeto arquitetônico e de seu uso, incluindo muitos espaços para circular, para a sociabilidade e para o encontro social.

Além disso, nesses espaços livres em que são desenvolvidas práticas culturais e esportivas, destacam-se o encontro e a interação entre gerações, o que não ocorre na maior parte das vezes na moradia dos usuários, nos seus locais de trabalho ou em outras áreas urbanas. Desenvolve-se ali uma sociabilidade importante e incomum entre gerações distintas, com a coexistência de vários grupos sociais e redes de relações que se organizam segundo uma grande variedade de práticas sociais.

Esses espaços abertos procuram configurar-se como praças de múltiplos usos e como ponto de parada e de reflexão. Como comenta Erivelto Busto Garcia (1999), ex-Assessor Técnico de Planejamento, a respeito da área de convivência do SESC Pompeia:

A praça é pausa. Dentro da cidade, você está andando na avenida, você senta em um local mais agradável de ficar, fazer uma pausa, descansar um pouco, recuperar, pensar um pouco na vida: Volto para casa? Não volto? Vou para um tal lugar? E isso no SESC tem. Tem essa função, a função que responde ao que estávamos falando antes, a esta indefinição presente no tempo livre [...] (p. 27-28).

Roberto da Matta (1985) enfatiza a riqueza do espaço social, no que se refere à sua singularização e ao conhecimento de suas delimitações e fronteiras, ressaltando que estes são marcados de forma individualizada. Nesse sentido, é possível afirmar que, em cada uma das unidades do SESC, existem múltiplos percursos percorridos e específicos mapas mentais espaciais para seus frequentadores, assim como uma importante memória social tecida a partir das vivências nesses territórios carregados de significação.

A praça ou área de convivência existente nos territórios do SESC criam momentos de parada, mas também atuam como pontos de inflexão para se pensar o que fazer no tempo livre e escolher o seu destino, pois, como comenta Erivelto Busto Garcia (1999), muitas vezes, o usuário vai até a unidade no fim de semana, mas não sabe o que fazer em seu lazer:

Boa parte das pessoas que não têm assim muito claro ainda o que vão fazer naquele momento, a pessoa vem para cá, levanta, vê uma coisa na biblioteca: Ah, vou ler um livro ali. Vou ficar lendo, hoje. Ou fica sabendo que vai ter um espetáculo de teatro... Mas é um pouco a ideia da praça, mesmo. Até do ponto de vista da distribuição dos fluxos, de ser um local de fácil acesso de qualquer ponto em que você esteja, e também uma parte de distribuição, a partir de onde ele pode se dirigir a qualquer ponto sem dificuldades (p. 27-28).

A proposta da visibilidade e da transparência dos espaços tem sido uma preocupação maior em projetos mais recentes, com a intenção de aproximar intervenções sociais diferenciadas, possibilitando a existência de um diálogo e de comunicação entre as práticas, como em relação à dimensão da leitura e da criatividade ou da informática, dentre outras. Nesse sentido, comenta ainda Erivelto Busto (1999), sobre o projeto para o SESC Pinheiros, fundamentado nos projetos e experiências anteriores com o espaço e uso do território:

Então, você tem um andar enorme, os andares lá são muito grandes, uma quantidade enorme de pessoas, ao mesmo tempo, e todas se vendo e vendo o que está acontecendo... Isso provoca uma certa sinergia, um certo estar mais à vontade, o ambiente parece que não tem barreira, circula-se mais livremente. Na área de atividades físicas, na área de ginástica, nós não temos mais divisão de salas de ginástica lá em Pinheiros. É um andar inteiro, também enorme, como eu te falei, onde tudo está dentro do mesmo espaço. Não tem separação nenhuma. Inclusive com algumas atividades diferentes aí que são ginástica funcional, umas práticas diferentes de ginástica, uns aparelhos também diferenciados que estão sendo criados agora, claro, com um tratamento acústico melhor, porque a quantidade de pessoas juntas... [Tratamento] térmico, também, porque muita gente junta fazendo atividade física [...] Mas não chega a ser conflitante. E, por outro lado, é estimulante também para os dois lados. Porque muita gente está esperando lá a vez para entrar na internet, vai na biblioteca do lado ali, é só pegar um livro para ler. Certamente não faria isso se estivesse em um ambiente separado. E vice-versa também, alguém que está acostumado com livros mas nunca mexeu na internet. Está acontecendo muito com a terceira idade, esse espaço da internet, frequentando bastante, começando a aprender [...] (p. 27-30).

A multiplicidade de usos no mesmo espaço também propicia a proximidade e o contato entre gerações diferenciadas, seja em relação às práticas físicas ou mesmo ao uso da internet. Nesses espaços multifuncionais, como os usuários estão em tempo

de lazer, ou seja, com maior disponibilidade, pode ocorrer, tomando, por exemplo, o conhecimento e uso da internet, que os idosos tenham possibilidade de serem escutados e também possam contar suas experiências para os mais jovens, o que também é um valor de cidadania.

Ainda em relação à questão da valorização e do uso dos espaços abertos urbanos –, prática já adotada pela instituição ainda nos anos 1970, buscando a reutilização e ressignificação do espaço da rua e mesmo da praça – há também embutida nas formas de intervenção determinada noção de cultura, pensada e discutida, que se traduz em ação social e cultural

Outra faceta dessa noção de cultura e de cidadania é a criação de múltiplas possibilidades, para o comerciário e o usuário do equipamento de lazer manifestar-se artisticamente, propiciando-lhes o acesso e o conhecimento de técnicas que permitem criar formas de expressão pessoal pela arte e não simplesmente buscar o aumento de repertório cultural e o seu consumo. Como destaca Newton Cunha (2004), ex-pesquisador e assessor da Gerência de Desenvolvimento Social (GEDES) no seu depoimento sobre o que denomina de *alfabetização cultural*:

Sim existe o que alguns chamam, teoricamente, de alfabetização cultural, ou seja aprender técnicas e habilidades que dizem respeito à criação de objetos artísticos ou artesanais, por exemplo. É o complemento, digamos, manual, da compreensão teórica da realidade. No âmbito das artes, pelo menos. Uma coisa é você ter acesso ao espetáculo para que você entenda a arte com a qual você convive. Outra coisa é você aprender técnicas que lhe permitam avançar na compreensão da forma artística que você escolheu. Isso tem na área da música na Vila Mariana, por exemplo, no SESC Consolação você tem o teatro, mesmo na Pompeia tinha um curso de teatro [...] (p. 21).

Desse modo, quando nas oficinas de arte dos galpões do SESC Pompeia, veem-se crianças e adultos trabalhando a argila no seu tempo livre, a imagem pode ser tomada como um ícone visual desse processo de alfabetização artística, quando têm a possibilidade de experimentar materiais e técnicas e descobrir outras habilidades pessoais.

Outra dimensão da noção de cultura presente no SESC, que permeia as suas práticas sociais, é citada por Ivan Giannini (2004), Superintendente de Comunicação Social, indicando o conhecimento e a consciência de operar com uma categoria de cultura próxima à de antropologia e em um sentido bastante abrangente.

Bem, essa palavra *cultura* tem centenas de definições e é difícil pegar uma específica. A gente tenta trabalhar com a ideia mais antropológica da cultura. Da cultura permeando desde os nossos restaurantes, a gastronomia, até o es-

porte, todas as atividades que a gente faz. Do ponto de vista da ação cultural, a gente utiliza mais a arte, para levar a mensagem que a gente acha que deve ser levada, que é a mensagem da crítica, a mensagem da alfabetização cultural, da informação no sentido da cidadania, das pessoas poderem cada vez mais com essas informações que a arte lhes dá, o desequilíbrio que a arte lhes dá, se colocar em situações limites, diferentemente do entretenimento, em que você fica na ocupação do tempo mais lúdica, mas menos crítica. Eu acho que é uma fase de amadurecimento da instituição (p.13).

Em relação a essa compreensão ampliada de cultura na atualidade pelo SESC São Paulo, há uma interface com a ideia de diversidade cultural, que passa a ser disseminada e valorizada pela UNESCO a partir do final dos anos 1990, quando há uma preocupação em se lidar com problemas associados à tolerância, respeito à diferença e particularidades de outros modos de vida e comportamento – ou seja, destacar e ampliar a prática da cidadania. Propõe-se lidar com essas questões por meio da arte, ou seja, a arte atuar como uma mediação e um instrumento cultural para problematizar e fazer dialogar sobre esses temas.

Nesse sentido, além de a programação do SESC ser bastante aberta e incluir *performances* de cultura tradicional, popular e erudita brasileiras, intervenções artísticas provindas do exterior também são apresentadas com ênfase na diversidade cultural. Como destaca Dante Silvestre (2004), ex-gerente da GEDES:

Isso foi muito forte a partir dos anos 1980, reconhecer outras formas de expressão cultural e ver de perto, mostrar, trazer isso. Havia aí, primeiro, a ideia de que existe uma afirmação de uma cultura, de culturas tradicionais, cultura de grupos ou culturas nacionais – defesa da nossa cultura, a chamada *cultura popular*, mas que não é exclusiva, “aquilo que é nosso é melhor”. Não. Aquilo que vem de fora pode ser bom também, vamos conhecer. Não interessa muito aquilo que está na mídia, por exemplo, na corrente principal. Não interessa para o SESC a difusão daquilo que já é difundido, mecanizado, que é da indústria cultural. Mas importa ao SESC mostrar coisas que estão um pouco ocultas por aí. É a ideia desse Fórum Cultural Mundial, que o SESC está promovendo agora em junho. Querendo trazer pessoas da África, pessoas da Ásia, pessoas da América Latina, para falar sobre cultura de um ponto de vista que não é o ponto de vista do europeu. Também tem que apresentar (p. 39).

Desse modo, é importante perceber o quanto essa forma de atuação se alinha com uma problemática contemporânea. Apesar do cenário mundial da globalização, a UNESCO passou a enfatizar, como contrapartida, ações sociais e educação não formal

em relação à diversidade cultural junto a instituições e fundações culturais, buscando justamente ressaltar valores associados a paz, tolerância, convivência e respeito à diferença. Nessa fase, o SESC aproxima-se de entidades internacionais como a Fundação Goethe, o United States Informations Service (USIS), dentre outras, e intensifica seus contatos com elas.

É importante destacar que, apesar dessas ações de caráter propositivo por parte da instituição, a introdução de *performances* de universos distantes e pouco conhecidos atinge um público ainda bem restrito. Como ressalta Ivan Giannini (2004) em relação à compreensão dessa linha de ação cultural:

A primeira coisa: toda essa ação cultural do SESC em áreas que são mais restritas, nessa área que estou te falando da diversidade cultural, de trazer grupos de música ou de dança da Índia, da África, sempre foi uma minoria que se interessa por isso. O que o SESC faz quando traz essas coisas é ampliar um pouquinho essa minoria. Tem pessoas que nunca foram familiarizadas com isso, de repente têm uma verdadeira descoberta. “Olha que coisa legal!” É este o eco que nos chega. “Que legal aquele projeto que vocês fizeram no SESC Pompeia, que vocês trouxeram músicos de todas as partes do mundo. Eu vi lá um músico egípcio, que legal!” Isso acontece, você fica sabendo. Então, você faz uma provocação de estímulos que se ramificam. A partir do momento em que você vê um cantor ou uma dançarina, você se interessa pelo assunto, você vai procurar, às vezes tem um vídeo sobre aquilo, se você encontra aquele tipo de música, você busca informação num livro. Esse trabalho de ramificação existe mesmo. Você põe a pessoa em contato com uma coisa, com uma produção qualquer – esse contato muitas vezes é casual, o sujeito está passando em uma unidade, ele vai fazer uma coisa qualquer, ele vai nadar na piscina, mas vê um grupo se apresentando, dá uma espiada e gosta, já fica fascinado por aquilo. É assim que as coisas funcionam. Então, há uma diversificação de público, um público que tem contato com uma grande diversidade de manifestações, e há o crescimento desse público também. Mas o SESC faz, sobretudo, um trabalho de contaminação, viu? Você faz com que as pessoas vejam coisas que elas nunca viram. Esse ver coisas que elas nunca viram pode dar em nada, a pessoa nem toma conhecimento, ou pode tomar conhecimento, gostar, se interessar, se apaixonar, se ligar àquilo, procurar se informar, se documentar... Este é o passo mais importante, você contaminar pessoas com coisas diferentes, com coisas bonitas, com coisas inteligentes. Esta é um pouco a ideologia da programação do SESC (p. 40).

Procuramos mostrar, através do trabalho analítico com séries de documentos, recursos da oralidade e reflexões sobre as temáticas abordadas, as formas de intervenção social mais relevantes do SESC em um período mais recente, abrangendo práticas corporais e artísticas e buscando expor a ênfase atribuída ao âmbito da cultura e do lazer como matriz geradora de sua linha de ação social e da educação não formal.

Considerações finais

Agora, vendo com distanciamento o resultado dessa construção narrativa que constitui o presente trabalho, podemos dizer que as práticas sociais em estudo do SESC São Paulo, em espaços e regiões específicas da metrópole paulistana, compõem uma rede de cultura e sociabilidade. Desenvolvida em equipamentos destinados ao lazer, que funcionam como focos de atração e irradiação para os usuários desses equipamentos e para os moradores do seu entorno físico, que apresentam em cada caso características socioeconômicas e culturais singulares.

Para se entender melhor o caráter dessa rede, convém reportar-se ao catálogo de uma exposição sobre o trabalho de Lina Bo Bardi, intitulado *Cidadela da Liberdade*, no qual André Vainer e Marcelo Carvalho Ferraz – arquitetos colaboradores de Lina no projeto do SESC Pompeia – explicam a expressão escolhida pela arquiteta em relação à sua obra:

Cidadela – do inglês *goal*, igual a meta ou “ponto de defesa de uma cidade” – foi o termo usado por Lina Bo Bardi para designar o conjunto; e *Liberdade* é o sentimento comum do rico e variado público que frequenta a nova/velha fábrica (p. 11)

É muito fértil a utilização da ideia de cidadela para denominar a antiga fábrica restaurada, reciclada e que continua sendo apropriada para diversos fins associados ao lazer, à cultura, às artes e ao esporte. No caso, pode-se tomar a ideia de cidadela como “ponto de defesa de uma cidade” enquanto foco e centro irradiador de valores como educação, cultura, dignidade, tolerância, respeito à diversidade cultural e à heterogeneidade social, dentre outros – cuja presença é tão fundamental numa cidade, mas ao mesmo tempo tão ausente numa metrópole como São Paulo caracterizada por certo tipo de barbárie moderna. Tanto é assim que esses valores implícitos na noção de cidadela não estão somente presentes nas práticas sociais da instituição, mas também integram a própria concepção do espaço físico por meio da arquitetura, da limpeza, das formas de atendimento e de manutenção do conjunto, por exemplo.

Além disso, os centros culturais e esportivos do SESC procuram atuar como cidadelas no coração da cidade, no sentido de que são entendidos como lugares de encontro, de referência, de territorialidade vivenciada como pertencimento para jovens, crianças e integrantes da “melhor idade”, contrapondo-se aos “não lugares” (Augé, 1997) da urbanidade e mostrando-se carregados de sentido simbólico e múltiplos significados para seus frequentadores.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que a concepção de cidadela originalmente associada ao SESC Pompeia se difunde para as outras unidades a partir de meados dos anos 1980, com a entrada de uma nova gestão da instituição, que permanece até hoje, e a construção de novos equipamentos espalhados pela metrópole. Assim, podemos entender cidadela como ilha, oásis, bastião, mas também é preciso lembrar a característica que se associa à ocupação de tal espaço, isto é, uma “ação propositiva”. Nesse sentido, Dante Silvestre (2002) esclarece:

[...] Esta escala foi deliberada pelo SESC, esta escala de instalações mais completas, mais bem cuidadas. Claro que sempre houve, e até seria muito melhor fazer, pequenas instalações com um número grande em todos os bairros de São Paulo: aqui faz um teatrinho, ali faz um cineminha, ali faz um campo de futebol – o SESC estaria mais presente. Mas acabou prevalecendo a tese ao contrário. Então, o seguinte: melhor fazer coisas muito bem feitas, porque o SESC [...] jamais vai poder, não vai ter recursos para ter uma presença física, atender a todos os bairros da cidade, todas as cidades do interior. Não dá. Então, pelo menos nós vamos fazer coisas que sirvam, digamos assim, de exemplos. O Danilo gosta de chamar isso de ação propositiva: – O SESC tem uma ação propositiva. Olha, isso aqui é um modelo de equipamento cultural! Seria ótimo que o poder público fizesse a mesma coisa (p. 23).

Em relação a esse tipo de ação propositiva da instituição, é preciso lembrar que ela não nasce pronta. A partir dos anos 1960, ocorre gradativamente no SESC São Paulo a passagem de um perfil assistencial para outro de caráter de lazer, educação não formal e cultural. Essa passagem foi sendo aceita pelos empresários à medida que foram sendo convencidos da importância da perspectiva educacional e da relevância dessa missão, a partir do discurso dos técnicos. Como enfatiza Danilo Miranda (2001), diretor do Regional do SESC São Paulo:

Aqui, nesses 23 anos, e com muita clareza, a gente coloca isso: aqui não é braço auxiliar de empresário, nós não fazemos política auxiliar de empresário. O que nós fazemos é cumprir o objetivo da instituição, que nasceu nesse ângulo, dos empresários, nos anos 1940, mas que tem sua vida própria, recursos próprios,

sua história, sua trajetória, seus objetivos. Isso está claro, especialmente aqui (p. 19-20).

Nesse sentido, pode-se entender que há um *projeto* do SESC em curso, que provém das múltiplas demandas existentes de acordo com a localização física das unidades, e que é discutido, revisto e atualizado de modo permanente, por meio da contínua formação dos técnicos. Para compreender melhor a significação desse projeto, é importante lembrar a maneira como o conceito é definido pelo antropólogo Gilberto Velho (1994), e que se mostra bastante ilustrativo para o estudo da instituição em pauta:

Relaciono projeto, como uma dimensão mais racional e consciente, com as circunstâncias expressas no campo de possibilidades, inarredável dimensão sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas. Nessa dialética, os indivíduos se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais. [...] O projeto no nível individual lida com a *performance*, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade (p. 8-28).

Gilberto Velho apresenta essas noções no livro *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (1994), efetuando uma relação entre a concepção de projeto e a de indivíduo. Essa associação mostra-se muito pertinente em relação à análise das práticas sociais e culturais do SESC, na medida em que as ações sociais implementadas são voltadas para um vasto universo diversificado de usuários, implicando possibilidades, escolhas e *performances* que cada um encontra à sua disposição no seu tempo de lazer.

Por outro lado, em relação à própria instituição, seria também possível falar em um *projeto* que orienta sua atuação. Nesse caso, convém lembrar uma afirmação já comentada de um de seus dirigentes, de que o SESC possui um caráter “iluminista”. De fato, é possível entender como um projeto iluminista uma atuação que visa à formação dos indivíduos, pois as práticas sociais implementadas pela instituição apresentam uma ordenação segundo um objetivo que pode ser definido por um conceito ou uma ideia política de que a produção e os bens culturais devem ser partilhados coletivamente. Assim, mesmo o que parece mais fragmentado, ou uma forma de expressão cultural mais desvinculada de compromissos, dentro do panorama da pós-modernidade, é apresentado na programação da instituição como parte de um modo de pensamento, que também contribui para a reflexão e a formação dos usuários.

Desse modo, por meio de ampla divulgação na mídia e pela internet, encontram-se nesses territórios de lazer na metrópole paulistana múltiplas opções e liberdade de escolha em relação à esfera da cultura e do esporte, o que possibilita o contato e o intercâmbio com as manifestações da diversidade cultural do Brasil e do mundo. Isto

é o que no SESC São Paulo torna possível uma variedade de apropriações, releituras e sínteses sobre o universo da cultura, além de estimular formas de sociabilidade e de pertencimento entre os frequentadores. Para se compreender melhor essa forma de atuação, é interessante recorrer ainda uma vez mais ao depoimento de Danilo Miranda (2004), que salienta:

Tento até hoje explicar essa ação de modo muito claro e teoricamente e estou cada vez mais, digamos, fundamentado, estou buscando isso de maneira muito clara [...]. Esses autores que eu citei, Edgar Morin e outros, mesmo gente atual, como Laymert Garcia, muitos pensadores brasileiros que têm se manifestado: a *ação cultural* – no sentido mais profundo, de ação pública, voltada para o grande público, voltada para o interesse público – é mais importante. Ela abrange, de alguma forma, todos os demais campos. E aí eu vou na raiz, no conteúdo antropológico da palavra cultura, eu vou buscar lá. Não estou falando da cultura das artes e dos espetáculos [...]. Estou falando do simbólico na vida do ser humano, para tudo, e que tem influência no seu corpo e no espírito. Quando eu falo em atividade cultural no SESC – sociocultural – eu coloco esse “sócio”: não podia ficar só o cultural, porque ela abrange o social, ela abrange o educacional. A escola regular, esse caráter educacional – todo mundo fala que no Brasil falta educação: no Brasil falta cultura, no sentido mais profundo –, é uma parte do processo. A educação permanente é uma maneira de falar do processo cultural permanente. Depende da escola. Você ainda está frequentando a escola regular, seja como pós, que seja, mas no pré, aluno também está na escola regular. Só que tem muita gente antes desse pré, e muita gente depois do pós, na vida, no trabalho, e essas pessoas também estão sendo educadas. E esse é o processo cultural efetivo e aí nós temos uma ação cultural como a nossa. Se alguém perguntar: Vocês são uma instituição cultural? Nesse sentido, somos, de educação permanente. Somos uma instituição educativa, sim, de educação permanente, voltada para essa dimensão, onde há esporte, onde há saúde, onde há cultura das artes e de espetáculos, onde há educação permanente, onde há educação profissional. Tudo isso cabe aí dentro. É um processo. Então, quando a gente tem a percepção disso muito clara, a gente procura equilibrar melhor a ação do SESC, de modo que não seja voltada apenas para o aspecto de receber e oferecer uma permanente à disposição. Claro que uma permanente à disposição ali é importante, mas nós não somos uma série de instalações colocadas à disposição do público dos comerciários, como um clube, para ocupar o tempo livre. O tempo livre, para nós, só tem significado se ele for utilizado como elemento fundamental para a construção da cidadania e da educação permanente (p. 25-26).

Nessa declaração do mais alto responsável pela direção do SESC São Paulo, vemos o quanto a atuação da instituição inova a concepção tradicional do lazer que ali é oferecido. Não se trata de um tempo livre alheio ao mundo social do trabalho e para o qual se deveria organizar um conjunto de atividades postas à disposição dos indivíduos como em um supermercado, em que pudessem escolher como preencher suas horas de lazer. Ao contrário, vemos o quanto essa concepção se aproxima da ideia de *cidadela da liberdade* de Lina Bo Bardi.

No século XIX, a grande utopia de Marx pensava a resolução do conflito estrutural da sociedade capitalista, a contradição entre o capital e o trabalho – a natureza coletiva e social do trabalho que determina o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada dos meios de produção – como o fim do “reino da necessidade” e o início do “reino da liberdade”. Pouco mais de um século depois, sem que a implantação de sociedades ditas socialistas tenha conseguido resolver aquelas contradições, elas voltam a colocar com vigor ainda maior para as sociedades contemporâneas a questão da relação entre o tempo livre do lazer e o tempo do trabalho.

“Tempo livre” que, no mundo contemporâneo, em face da reestruturação da produção capitalista na era da globalização, pode significar para o trabalhador o sinal inequívoco de que, desempregado, dispensável para o mundo do trabalho, torna-se também descartável para a vida social como um todo. Mas também o “tempo livre” que, nos interstícios do sistema social capitalista, pode significar para cada um a construção, *desde já*, de um “reino da liberdade” como força de resistência contra a barbárie, a desumanização e o desenraizamento que esse mesmo sistema impõe a todos como condição de vida. Este é o lugar da cultura e da educação permanente a que se refere o depoimento de Danilo Miranda. Esta é a função que o projeto da instituição atribuiu a esses espaços para o gozo do tempo livre e do lazer que ela erige em *cidadelas da liberdade*, na construção da cidadania.

Entretanto, como garantir a todos o acesso a esses bens culturais que o projeto do SESC se propõe a oferecer-lhes? Em relação à questão do acesso à cultura, Isaura Botelho (2003) mostra que as pesquisas internacionais sobre a democratização da cultura e a prática de uma verdadeira democracia cultural indicam que os maiores impedimentos à adoção de hábitos culturais são de ordem simbólica. A primeira lição evidenciada é a “lei do sistema de gostos”, que afirma que

não se pode gostar daquilo que não se conhece; logo, o gostar e o não gostar só podem existir dentro de um universo de competência cultural, significando uma soma da competência institucionalizada pela hierarquia social, pela formação escolar e pelos meios de informação (p. 145).

A autora também salienta que, além das ações dos órgãos públicos que buscam incentivar a aquisição de cultura, as respostas do público ligam-se ao repertório herdado da família e do vínculo da pessoa com a escola. Desse modo, enfatiza que as políticas de democratização cultural só produzirão resultados significativos se não forem realizadas isoladamente.

Nesse sentido, a política de ação cultural do SESC alinha-se com essa visão e procura completar o trabalho realizado pela escola e outras instituições sociais, pois, como foi dito por Danilo Miranda (2004), a instituição busca a educação permanente e, com ela, também a formação do gosto. Subjacente à realização de espetáculos, mostras, *shows*, simpósios, conferências, cursos e exposições, não há somente a proposta de um evento cultural, mas a articulação de intervenções culturais que expressam a noção de educação permanente para públicos diferenciados, de acordo com a faixa etária, o gênero e a condição social.

Esses centros culturais e esportivos que hoje constituem as unidades do SESC São Paulo, em sua conexão indissociável com a cidade no que se refere à dimensão social, cultural e subjetiva da vida em um grande centro urbano, talvez possam ser vistos como as instituições culturais mais intensamente contemporâneas, caracterizando-se por serem lugares de expressão de formas de prática social de caráter democrático, carregadas de significados para o ser humano, e contrapondo-se à perda de raízes, à crise de uma economia sem trabalho, à negação da história e da memória.

Referências

- ADORNO, T. *Tiempo libre*. Buenos Aires: Consignas; Amorroutu, 1973.
- ALMEIDA, Miguel de. *Uma idéia original*. SESC São Paulo: 50 anos. São Paulo: Serviço Social do Comércio, 1997.
- ARANTES, Antonio Augusto. Horas hurtadas. Consumo cultural y entretenimento en la ciudad de São Paulo. In: SUNKEL, Guillermo (Coord.) *El consumo cultural en América Latina*. Santafé de Bogotá: Convenio André Bello, 1999.
- BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo: Neru, n. 43-44, p. 141-151, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte: In. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *La distinción: criterio y bases sociales del gusto*. Madri: Taurus, 1988.
- _____. A procura de uma sociologia da prática e gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1993.

- CAMARGO, Luiz O. Lima; RAMOS, M. L. B (Orgs.) *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: SENAC, 2008.
- _____. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. *O que é lazer?* 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAILLOIS, R. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Cotovia, 1991
- CANCLINI, Nestor Garcia. El consumo cultural: una propuesta teórica. In: SUNKERL, Guillermo. *El consumo cultural en America Latina*. Santafé de Bogotá: Convenio Andres Bello, 1999.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Usos da cultura: políticas de ação cultural*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DE MASI, Domenico. *As emoções e a regra*. Os grupos criativos na Europa: 1850 a 1950. São Paulo: José Olympio, 1997.
- _____. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: SENAC, 2000.
- DINES, Yara Schreiber. *Cidades da cultura no lazer: um estudo de antropologia da imagem do SESC São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 2007.
- DUMAZEDIER, Joffre. *La revolution culturelle du temps libre 1968-1988*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988.
- _____. *The sociology of leisure*. Nova York: Elsevier, 1974.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deport y ocio en el proceso de civilizacion*. Mexico: Fondo de Cultura, 1986.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A criação do Sesi e SESC: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio*. Campinas: IFCH, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARCIA, Erivelto Busto. Quo vadis Pompeia? In: FERRAZ, Marcelo; VAINER, André (Curadores) *Cidadela da liberdade*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardí, 1999.
- HUIZINGA, J. *Homo ludens: essai sur la fonction du jeu*. Paris: Gallimard, 1951.
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LALIVE D'ÉPINAY, C. Beyond the antinomy: Work versus leisure? Stages of a cultural mutation in industrial societies during the Twentieth Century. *Loisir et Society*. Automne, 1991.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e educação*. 4.ed. Campinas: Papirus, 1991.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MIRANDA, Danilo Santos de. *Ética e cultura*. São Paulo: Perspectiva; SESC, 2004.
- PARKER, Stanley R. *The sociology of leisure*. Londres: George Allen and Unwim, 1976.

PROVONOST, Gilles. *Temps sociaux et pratiques culturelles*. Québec: Presse de l' Université du Québec, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado: história e lazer*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

STOPPA, Edmur Antonio. *Considerações sobre a problemática do lazer na sociedade contemporânea*. São Paulo: Plêiade, 2009.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

UVINHA, Ricardo Ricci. *Aspectos sobre a relevância do campo do lazer na adolescência*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Ministério
do Esporte



Esporte e Lazer
da Cidade - PELC

ISSN 2179-5371



9 772179 537007 >